

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO**

**UM TRABALHISTA NA NOVA REPÚBLICA:
PENSAMENTO POLÍTICO E ATIVIDADE
PARLAMENTAR DO SENADOR DARCY RIBEIRO (1991-
1997)**

JOÃO PAULO APRÍGIO MOREIRA

**GOIÂNIA
2010**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO**

**UM TRABALHISTA NA NOVA REPÚBLICA:
PENSAMENTO POLÍTICO E ATIVIDADE
PARLAMENTAR DO SENADOR DARCY RIBEIRO (1991-
1997)**

JOÃO PAULO APRÍGIO MOREIRA

**GOIÂNIA
2010**

JOÃO PAULO APRÍGIO MOREIRA

**UM TRABALHISTA NA NOVA REPÚBLICA:
PENSAMENTO POLÍTICO E ATIVIDADE
PARLAMENTAR DO SENADOR DARCY RIBEIRO (1991-
1997)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás como requisito para obtenção do grau de Mestre em História.

Área de concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de pesquisa: Identidades, Fronteiras e culturas de migração.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Fabiana de Souza Fredrigo

**GOIÂNIA
2010**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG**

M838t Moreira, João Paulo Aprígio.
Um trabalhista na Nova República: pensamento político e atividade parlamentar do senador Darcy Ribeiro (1991-1997) [manuscrito] / João Paulo Aprígio Moreira. - 2010. xv, 130 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Fabiana de Souza Fredrigo.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2010.
Bibliografia.

1. Memória 2.Trabalhismo 3. Ribeiro, Darcy. 4. PDT. I.
Título.

CDU: 331.1

JOÃO PAULO APRÍGIO MOREIRA

Um trabalhista na Nova República: pensamento político e atividade parlamentar do senador Darcy Ribeiro (1991-1997)

Dissertação defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História, nível Mestrado, da

Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, aprovada em ____ de ____ de

_____ pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Professora Doutora Fabiana de Souza Fredrigo/ UFG

Presidente

Professor Doutor Alberto Aggio/ UNESP

Examinador

Professora Doutora Libertad Borges Bittencourt/ UFG

Examinador

Professor Doutor Luís Sérgio Duarte da Silva/ UFG

Suplente

AGRADECIMENTOS

Para que esta dissertação de mestrado fosse concluída, devo muito a algumas pessoas e instituições – já que, na ausência destes apoios, este trabalho não seria realizado. Agradeço primeiramente à minha professora e orientadora – doutora Fabiana de Souza Fredrigo –, que me acompanhou atentamente quando procurei sua ajuda, e por ter feito de minhas quartas-feiras (dia de receber meus textos revisados) sempre um motivo de alegrias. Agradeço também, especialmente, à professora Libertad Borges Bittencourt – ambas me ensinaram que uma orientação é muito mais do que o cumprimento de prazos e projetos, e sim um aprendizado, superando (e muito) a relação de crescimento apenas acadêmico. Posso apenas exprimir aqui minha eterna dívida... Agradeço a alguns professores do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás – que muito me estimularam intelectualmente e na minha formação como profissional na área de Ciências Humanas –, especialmente ao professor Luís Sérgio Duarte da Silva (pelas contribuições em Teoria da História), à erudição em História Política e à meticulosidade metodológica do professor Noé Freire Sandes, ao professor João Alberto (orientador no início desta pesquisa), ao professor Nasr Fayad Chaul, e à nossa querida e competente secretária, Neuza Lima (que sempre me ajudou quando estive fora fazendo a pesquisa). Aos amigos da História, pelo apoio de sempre: Mariana de Castro Schwab, Alice Maria, Marcela Borela e Elaine Maria. Aos das Ciências Sociais: Myriam Mastrella e Patrick Thames; à professora de Antropologia, Custódia Selma do Amaral; Maria Luiza e Izabela Tamaso. Na Filosofia: à Andressa Alves Souto, sua mãe Sônia Alves e ao professor Adriano Corrêa, por sempre me acolherem em Goiânia. Aos meus amigos goianos: Pablito Dutra Dantas e Letícia de Almeida Badan. Também devo deixar registrado o apoio de meus colegas em São Carlos: Marília Martins Bandeira, Thaís Mantovanelli, Michele Maestro e Elis Piera. Agradeço a alguns professores da UFSCar, especialmente do Departamento de Ciência Política: professora Vera Cepêda (pelo apoio durante as horas de desespero, quando tive problemas com a bolsa); meu orientador na Antropologia, professor Marcos Lanna e; por fim, ao professor Piero de Camargo Leiner. Agradeço a Marcelo Câmara, pelas longas conversas por telefone sobre Darcy Ribeiro. E, em especial à minha família: primeiramente ao meu pai, pelo estímulo intelectual e o exemplo de carreira acadêmica e de pesquisador; à minha mãe, a primeira a acreditar na minha vida; às minhas irmãs,

Ana Paula e Analice e; finalmente, agradeço a duas pessoas – que perdi durante esta pesquisa, mas que participaram dela, de alguma forma –, meu Tio Dionílio Moreira (*in memoriam*), responsável por parte do acervo desta pesquisa, e à minha avó, Jacyra Bernardes Jannotti (*in memoriam*) – que nestes últimos tempos, veio tendo papel decisivo na vida de todos nós, onde quer que ela esteja. Agradeço também ao apoio financeiro da CAPES, em parte desta pesquisa.

RESUMO

UM TRABALHISTA NA NOVA REPÚBLICA: PENSAMENTO POLÍTICO E ATIVIDADE PARLAMENTAR DO SENADOR DARCY RIBEIRO (1991-1997)

Esta dissertação analisa a atualização de alguns temas da cultura política trabalhista, durante o processo de consolidação da democracia no Brasil. A partir das relações entre memória e história, investigou-se a trajetória política de Darcy Ribeiro e o papel que esta desempenhou na apropriação e mudança de princípios do trabalhismo, possibilitando uma nova síntese política, atuante na década de 1990. Nesse sentido, a avaliação das experiências políticas de Darcy Ribeiro, desde os anos 60, revelou que tais experiências tornaram-se patrimônio desta cultura política renovada. Sua atividade parlamentar, durante os anos 90, trouxe ao debate político os temas caros ao projeto de reformas de base dos anos de 1960, quais sejam: o nacional-desenvolvimentismo, um projeto republicano, as propostas na área da educação e a reforma agrária. Desse modo, as experiências políticas dos anos de 1960 e 1990 foram comparadas, sob a luz do conceito de cultura política, objetivando demonstrar a apropriação e a mudança como conformadoras de um projeto político para o Brasil.

Palavras chaves: Memória, Trabalhismo; Darcy Ribeiro; PDT; Senado Federal.

ABSTRACT

A LABOURIST IN THE NEW REPUBLIC: POLITICAL THOUGHT AND PARLAMENTARY ACTIVITY OF SENATOR DARCY RIBEIRO (1991-1997)

This dissertation examines the actualization of some themes of labourist political culture during the process of the consolidation of democracy in Brazil. Considering the relation between memory and history, i studied Darcy Ribeiro's political career and the role it played in the change of ownership and principles of labourism, allowing a new political synthesis, active in the 1990s. Accordingly, in the assessment of his politic experiences, since the 60's, i found that such experiences have become shareholders of this renewed political culture. His parliamentary activity, during the 90s, brought into the political debate the issues dear to the design of basic reforms of the 1960s, namely: national development, a republican project, and proposals on education and land reform. Thus, the political experiences of the years 1960 and 1990 were compared, in the light of the concept of political culture, aiming to demonstrate how to change ownership in conformity to a political project for Brazil.

Keywords: memory, labourism, Darcy Ribeiro, PDT, senate

SUMÁRIO

Introdução	10
CAPÍTULO I Darcy ribeiro e os tempos do trabalhismo	32
CAPÍTULO II A nova cultura política trabalhista dos anos de 1990: o debate sobre reforma do estado e o desenvolvimento a partir de Darcy Ribeiro	63
CAPÍTULO III Um projeto republicano para o Brasil: Darcy Ribeiro e os usos do passado.....	90
A memória do golpe militar e as eleições de 1994: repensando a democracia	97
A afirmação da tradição política trabalhista por meio das propostas de Darcy Ribeiro: a política agrária e a LDB, de 1960 para 1990.....	111
Considerações finais	122
Documentos e arquivos consultados	129
Bibliografia.....	130

Introdução

A História tem como objeto precípua as mudanças que afetam a sociedade e tem por missão propor explicações para elas, não escapando ela própria à mudança. (René Remond)

...não basta pensar para ser, como o proclamava Descartes... o sujeito advém no momento em que o pensamento se obstina em apreender a si mesmo e se põe a girar como um peão enlouquecido... (F. Guattari)

Foi durante a década de 1990 que o Brasil conseguiu a tão sonhada estabilidade econômica e o controle da inflação. Contudo, foi um momento em que entraram em disputa vários projetos políticos – e é de um deles que essa dissertação pretende tratar, analisando, especialmente, a atividade parlamentar do senador Darcy Ribeiro. Por meio dessa atividade, examinar-se-á o projeto político trabalhista, na Nova República.

O objetivo desta dissertação é entender as mudanças ocorridas nas ideias trabalhistas que, com sua longa tradição na história política brasileira, apresentaram-se distintamente na década de 1990, e foram tomadas como patrimônio de um novo partido, o PDT. A formação de um partido (ou sua identidade, como a de qualquer grupo social) pode ser construída pelo que Pandolfi (1995) chamou de ‘espólios políticos’. Por exemplo, a própria história de uma cultura política – que é composta das versões que seus signatários fazem do passado, para orientar ações no presente e projetos futuros – constitui um dos elementos simbólicos e amalgamadores da identidade partidária. A hipótese que guiará esta pesquisa é a de que é possível (tendo como ponto de partida a trajetória política de Darcy Ribeiro) demonstrar como se realizou (a partir da experiência política dos partidários do PTB nos anos 60, como Darcy Ribeiro e Leonel Brizola) a atualização de uma cultura política durante a formação do PDT e sua atuação na arena congressual, nos anos 90. Assim partindo da constatação, mais do que comprovada, da persistência de uma cultura política

trabalhista no Brasil, trata-se de encontrar o “momento de apropriação e de mudança” dessa cultura política (que, por sua vez, produz uma “nova síntese”), tomando como eixo a análise da atividade parlamentar de Darcy Ribeiro, durante a década de 1990. Ressalta-se que este movimento se deu de uma maneira peculiar, ou seja, a partir da experiência política de seus fundadores, vinculada a uma história. No caso particular, aqui analisado, interessa a trajetória política de Darcy Ribeiro, apenas. Então, o reforço é fundamental: ao partir do pensamento político e da atividade parlamentar de um dos mais eminentes líderes do PDT, na década de 1990, busca-se entender a renovação de uma tradição política, localizada no contexto do processo de consolidação da democracia no Brasil.

As ideias trabalhistas constituem possibilidades para a compreensão da história recente do Brasil – pois fornecem índices para a interpretação de um momento quando o estado tendeu a diminuir e passou a adotar uma política econômica mais liberal para a estabilização financeira (perspectiva inversa ao ideário defendido pelo trabalhismo – ideário este que permite, também, entender as proposições de Darcy Ribeiro no parlamento¹).

Grandes mudanças ocorriam no mundo, no início dos anos de 1990 – como o fim da Guerra Fria e a vitória do capitalismo ocidental, a despeito da resistência de lógicas localistas. No plano das ideias, no campo da esquerda, veio a crítica à burocratização; a proposta de transformação do ‘Estado’ (que, ao invés de provedor, deveria abrir espaço para formas de auto-gestão); e a defesa de uma epistemologia das transformações históricas e não das revoluções – que viam no reformismo o lugar da

¹ O conceito de tradição política segue a caracterização específica, de Ângela de Castro Gomes, da cultura política trabalhista. Tal escolha tem sua justificativa ao ressaltar uma característica particular desta cultura política – que daqui por diante será tratada a partir do conceito de tradição política – que é o seu enraizamento histórico. Tal peculiaridade a diferencia das formas de representações e práticas políticas de outros partidos (ou grupos políticos mais recentes), no caso da história política brasileira. O conceito, portanto, diz respeito ao quesito duração – embora trate da mesma natureza dos fenômenos, vistos em outros conceitos utilizados pela autora como: mitos políticos, tradição política e cultura política (que se referem, de uma forma ou de outra, ao conjunto de valores e práticas que orientam o comportamento político dos indivíduos). A especificação da autora (sobre estes conceitos) permite uma caracterização – a partir dos casos por ela analisados – da história do Brasil. Por exemplo, a autora se reportou à caracterização do período da república democrática no Brasil (entre 1945-1964) não a partir do conceito de populismo (como é costumeiro na literatura acadêmica, e o foi tratado, diferentemente, em sua tese sobre o trabalhismo), mas definindo o populismo como um mito político da história brasileira, presente no imaginário social do país – ao lado de dois outros grandes mitos, um deles, contado a partir da noção de ‘raça’ (que ensejou a leitura da ‘democracia racial’) e outro, o de que o ‘país é bonito por natureza’. Estas questões são discutidas, mais detidamente, em ‘FERREIRA, Jorge. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001’. Para o tratamento dos três conceitos, em conjunto, deve-se consultar um artigo mais recente da autora: GOMES, A. M. C. “Reflexões em torno do populismo e trabalhismo”. In: _____, *Vária História*, Belo Horizonte, n. 28, p. 55-68, 2002.

cristalização do poder em nome de conceitos como os de identidade, sociedade, modernidade, entre outros. Todo esse campo de pensamento crítico esteve marcado, principalmente, pelo maio de 68 e o pós-estruturalismo. Para os críticos de direita, ao trabalhismo sobrava uma prática política ultrapassada, levando em conta as necessidades do mercado em um mundo globalizado.

No Brasil, disputavam-se posições políticas defensoras ora de uma economia voltada para o mercado, ora de uma política econômica de intervenção estatal. Esta última foi baseada na experiência política do programa nacionalista – que remonta a Vargas –, mas que se consolidou na proposta de reforma social, no governo João Goulart. O nacional-estatismo do PDT – partido fundado por Leonel Brizola e herdeiro destas experiências – viveu seu apogeu ainda na década de 1990 – quando dois de seus mais eminentes líderes (Darcy Ribeiro e Brizola) participaram da cena política ativamente, tentando retomar o programa de desenvolvimento baseado no nacionalismo, anteriormente levado a cabo no PTB, tendo como crítica central a dependência econômica externa.

Neste quadro, surge um novo partido disputando a política sindical – que, por muitos anos, ficou sob o domínio dos trabalhistas (partido este do presidente atual, Luis Inácio Lula da Silva). Seu governo articulou uma política econômica de cunho mais liberal – no que diz respeito às diretrizes da política do Banco Central, tais como formuladas pelo governo antecessor, de Fernando Henrique Cardoso. Todavia, incrementou-se, no seu governo, a esta política, um programa radical de reformas sociais, como o que foi defendido pela esquerda durante toda a década de 1990.

Esta dissertação tem como objeto de estudo a relação entre a atividade parlamentar de Darcy Ribeiro e as atualizações que dela se podem depreender – de modo que, se torne possível entender as principais questões colocadas pelo projeto político trabalhista, durante os anos 1990. Para tanto, foi analisado todo o conjunto de proposições do senador (durante seus seis anos de mandato), além dos debates políticos propostos pelo mesmo – utilizando-se, também, um periódico de distribuição restrita do próprio gabinete do senador, a revista Carta’.

II

Este conjunto de proposições diz respeito à atividade parlamentar de Darcy Ribeiro (entre os anos de 1991 e 1997), que está contabilizada, segundo as fontes, em 1

PEC - proposta de emenda à constituição, 6 PLS - projetos de leis do senado e 39 RQS – requerimentos. Totalizando a soma de 46 proposições analisadas, neste trabalho.

Segundo o regimento interno do Senado Federal, as proposições podem assumir as seguintes espécies: PEC - proposta de emenda à constituição; PLS – projeto de lei iniciado no senado; PLC – projetos de lei iniciados na câmara; PRS – projeto de resolução do senado; PDS – projeto de decreto legislativo; MPV – medida provisória; PLV – projeto de lei de conversão e RQS – requerimentos, indicações, pareceres e emendas.²

Darcy Ribeiro utilizou-se de três expedientes: RQS – requerimentos, versando sobre pedidos de informações a ministros (a respeito de determinada matéria de interesse do legislativo e, também, como expediente de justificativa para solicitações de licença durante ausência nos trabalhos da casa); PLS, projetos de lei, para a regulação de determinada matéria; e, por último, uma PEC, proposta de emenda à constituição, que altera o texto da carta constitucional, podendo ser feita através da adição de incisos, entre outros. As fontes analisadas estão disponíveis na página online do Senado Federal, que oferece documentos relativos às legislaturas, conforme publicação do Diário Oficial do senado³.

Logo que iniciada a pesquisa – na busca das respostas para a pergunta sobre as atualizações do trabalhismo, e quando apareceu a necessidade de qualificar o debate em torno da atividade política de Darcy Ribeiro (durante o período que a revista circulou) –, percebeu-se que a própria atividade parlamentar compunha boa parte das respostas e poderia tornar-se (como efetivamente o foi, por fim) a fonte substancial desta pesquisa.

Primeiramente, tencionou-se, portanto, a análise do periódico; posteriormente, abriu-se o escopo da pesquisa – com a ampliação das fontes para a análise da atividade parlamentar, a partir das publicações do Diário Oficial do senado. A revista passou, assim, a complementar o debate sobre os temas verificados na atividade parlamentar de Darcy Ribeiro. Buscou-se, nela, o significado de determinados conteúdos, que apareciam (nas proposições de Darcy Ribeiro) de maneira esparsa, sendo que, a partir da atividade parlamentar, analisou-se a compreensão das ideias correlatas veiculadas

² Regimento interno do senado federal, pp. 123-129 (2007): Das espécies – seção I, II, III, sub-seção I, II, III, IV e seção IV, V e VI.

³ Parte da atividade legislativa do senador Darcy Ribeiro está registrada no DCN2 – que corresponde ao Diário do congresso nacional. Uma medida do congresso nacional, de 02/10/95, alterou a denominação do Diário do congresso nacional – seção II para Diário do senado federal, conforme informação do Regimento interno do senado federal (2007), p. 25. Assim, as atividades do senador Darcy Ribeiro (a partir do ano de 1995) aparecem referenciadas no DSF.

pela revista. Este procedimento, na pesquisa, trouxe à luz os termos pelos quais as ideias trabalhistas foram (re)formuladas por Darcy Ribeiro, naquele contexto.

A estratégia foi, então, unir a prática legislativa e o conteúdo das ideias partidárias de Darcy Ribeiro, de acordo com a exposição destas últimas no periódico, verificando de que modo estas proposições se modificaram (desde o contexto da república de 1945-1964, de onde foram gestadas) e como foram debatidas no processo de consolidação da democracia no Brasil, durante os anos 1990.

Ainda com relação ao periódico (a revista Carta’): esta foi uma publicação de distribuição restrita, do senador Darcy Ribeiro, que circulou entre os anos de 1991 a 1996. Com efeito, há também os próprios discursos e os apartes, que são de grande valia, pois estabelecem a interlocução feita pelo senador e suas posições acerca de determinados assuntos, no intuito de compor as diferenças entre os projetos em disputa no contexto e os que constituem parte de sua atividade legislativa. No próprio periódico também consta, não exaustivamente – além de apartes do próprio senador Darcy Ribeiro –, apartes de outros senadores a seus discursos que são, por completo, fornecidos pelas publicações do Diário Oficial do senado.

No que diz respeito às fontes analisadas, os textos integrais relativos aos pronunciamentos (que são partes da atividade parlamentar, assim como as proposições) só estão disponíveis, no portal do Senado Federal, (com relação à legislatura de Darcy Ribeiro), a partir do ano de 1995. Quando lidos, então, com os outros textos sobre a atividade parlamentar de Darcy Ribeiro (de publicação nas revistas Carta’) permitiram, a esta pesquisa, alcançar seus objetivos. Por último, destacam-se os sumários de tramitação das atividades parlamentares (que constam nos requerimentos), os projetos de lei e a proposta de emenda à constituição (pois que estes orientam todo o percurso dos processos legislativos de Darcy Ribeiro, e respondem sobre a conclusão e o destino destes processos). Na contracapa do periódico, encontra-se a seguinte indicação (que bem resume seu objetivo):

CARTA’ Informe de distribuição restrita do Senador Darcy Ribeiro – quer ser um enlace de reflexão crítica de brasileiros lúcidos e insatisfeitos com nossa realidade tal qual ela é. Nosso propósito é passar o Brasil a limpo. Sabendo, porém, que para transformar é preciso, primeiro, entender, nos empenhamos em criar uma opinião melhor informada e mais combativa. (Revista Carta’, 1991,1992,1993,1994,1995,1996, p.2)

Alguns pontos, presentes na citação, são recorrentes em outras obras de Darcy Ribeiro tais como uma certa estrutura de pensamento político do autor: reflexão crítica; revisitação do passado (a partir da expressão ‘passar a limpo’); necessidade de opinião melhor informada sobre determinados assuntos e, mais do que isto, o combate e a necessidade de transformação.

Estes elementos justificam por si só o sentido da imagem que Darcy Ribeiro criou para si como um intelectual crítico conforme a leitura de Mattos (2007). No entanto, não nos ateremos sobre as imagens construídas sobre e por Darcy Ribeiro, questão debatida também em trabalhos como o de Heymann (2009) (a partir de uma reflexão sobre o papel desempenhado pela Fundação Darcy Ribeiro, a FUNDAR, como mais uma produtora de imagens de Darcy Ribeiro). Nesse trabalho a autora estabelece a relação entre arquivos e patrimônios como mecanismos sociais de reprodução e produção de sentido *post-mortem*, analisando especificamente o caso de Darcy Ribeiro⁴.

Com relação a esta relação entre patrimônio e memória, Luciana Heymann chama atenção para como a partir desta é possível mostrar o papel da fundação na preservação – ‘produção’ – de memória sobre o autor. Se a fundação Darcy Ribeiro desempenha um papel fundamental de referência a Darcy Ribeiro, o que quero chamar atenção com a expressão ‘patrimônios vivos’ do trabalhismo (numa alusão a Darcy Ribeiro e a Leonel Brizola), no contexto dos anos 90, diz respeito a esta mesma relação, só que tendo como tema não o próprio Darcy Ribeiro, mas sim o trabalhismo, onde Darcy Ribeiro seria, a partir de sua atividade legislativa, responsável pela preservação – ‘produção’ – da memória do trabalhismo, em sentido aproximado ao de sua fundação para a preservação da memória do próprio. Esta pesquisa é importante, pois esclarece uma relação que é cara à relação de estudos que trabalham com diversas temporalidades a partir de um enfoque específico, a saber: Darcy e a efetivação de uma memória trabalhista construída, *pari passu*, à sua atividade legislativa. Mas a despeito destas considerações sobre a biografia de Darcy Ribeiro, nesta dissertação, pretende-se dar ênfase ao sentido político na trajetória de Darcy Ribeiro. Desta forma, haveria alguma identificação entre a tradição política trabalhista e Darcy Ribeiro, a partir das imagens que o senador fez de si, de seu comportamento, sendo a recíproca verdadeira também.

⁴ Sobre a tese consultar, HEYMANN, Luciana Quillet. *De arquivo pessoal a patrimônio nacional: reflexões sobre a construção social do "legado" de Darcy Ribeiro*. Tese de Doutorado em Sociologia. IUPERJ. Rio de Janeiro, 2009.

Retornando à apresentação da revista, ela seguia um modelo temático. Por exemplo: a revista *Carta*, número 6, de 1993, teve o manifesto presidencialista como tema central. Delimitado o tema, seguia-se um prólogo do próprio Darcy Ribeiro, com o diagnóstico do problema político a ser discutido. Como próximo tópico, tinha-se, em ordem, as referências aos seguintes títulos de sessões: ‘Falas e Escrituras’ – que correspondia, na maioria das vezes, aos discursos de Darcy Ribeiro na plenária –; depois, ‘Memórias’ ou ‘Registros’ – seções, onde eram colocados textos históricos (relativos ao tema da revista) e célebres (no que diz respeito a documentos que podem ser considerados constitutivos da tradição trabalhista ou de seus interesses; como, por exemplo, os escritos de Leonel Brizola sobre a crise de 1961 e sua atuação política, a carta testamento de Getúlio Vargas, entre outros, como ver-se-á adiante). Por último, constava uma sessão de artigos com o título de ‘Reflexões’, que contava com textos políticos de diversos autores, também relativos ao tema central (discutido na proposta de cada revista).

A revista possuía uma catalogação diversa: somente no último número – 16, foi possível perceber a formatação final, em que o periódico foi numerado e publicado – já que sua seriação teve mudanças ao longo de seu período de circulação. No primeiro ano da revista, em 1991, foram publicados os números 1, 2, e 3; em 1992, o número 1 correspondeu ao número 4. A partir de 1992, inicia-se a numeração sequencial, pelo número 5, que se completa na última de número 16. A revista possuiu um número aproximado de 500 destinatários, registrados em *mailing*. Sua distribuição, sendo restrita, poderia ser solicitada a partir de pedidos (CÂMARA, 2009).

A interlocução entre o periódico e seus leitores era feita através de cartas com sugestões, críticas e elogios – que eram dirigidas para o endereço do Gabinete do senador Darcy Ribeiro, Senado Federal. A revista também acompanhava um cartão impresso, destinado pessoalmente para a confirmação do endereço de entrega do número seguinte.

Os 16 números da revista chegaram a este pesquisador, em parte, por comporem um acervo pessoal, doados por Dionílio Moreira (que o fez ao saber do assunto da pesquisa). Com relação aos números que faltam à coleção, estes foram consultados através do Acervo Florestan Fernandes – doado à Biblioteca comunitária da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) –, e o restante foi obtido a partir da visita à Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR) – localizada no bairro de Santa Tereza, no

Rio de Janeiro (que disponibiliza material referente a Darcy Ribeiro para consulta pública).

Outro tipo de fonte corrente, nesta pesquisa, foi a ‘virtual’ – utilizada para a análise dos dados relativos à atividade parlamentar do senador. É importante registrar que, a internet aparece como *meio* e não como o material de análise em si. A mídia virtual propiciou, apenas, um melhor acesso ao material – que, de outro modo, necessitaria do deslocamento físico do pesquisador. Portanto, no caso de alteração dos *sites*, todos os dados coletados seguem com referências ao local onde estão no Diário Oficial do senado – conferido em alguns casos, mas não exaustivamente.

A última fonte utilizada para análise, nesta pesquisa – que não fora sugerida *a priori* –, é a cobertura jornalística da *Folha de S. Paulo* sobre a morte de Darcy Ribeiro. Esta também está disponível *online*, acompanhada de obituários e declarações de personalidades sobre Darcy Ribeiro que aqui foram utilizadas, pois coincidem com o fim do período analisado (o final de sua legislatura).

Estes foram os principais materiais analisados em busca de respostas para o nosso problema de investigação: a partir de que temas se atualizou o trabalhismo brasileiro durante a década de 1990? A participação de líderes históricos do antigo PTB (no pré-golpe) foi fundamental para a retomada da tradição política trabalhista, ao mesmo tempo que se tornava um dos elementos, ‘patrimônios vivos’ da tradição que se queria (re)construir, tendo ela sido desmantelada a partir das perseguições militares durante o regime de exceção. Esta pesquisa, ao mesmo tempo possibilita compreender o comportamento político de Darcy Ribeiro durante sua atividade parlamentar, orientado por uma cultura política específica, e o papel desempenhado pelo trabalhismo, na trajetória versátil deste sujeito histórico.

III

Como sabido, o trabalhismo é uma importante tradição política presente na história do Brasil. Perpassou várias gerações em momentos complexos da política brasileira. Darcy Ribeiro – então no cargo de senador da república (durante os anos 90) – participou de um processo de reordenação do jogo político brasileiro, sob os auspícios da democracia nascente. Sua atuação, no decorrer de sua vida política, amparou-se nos princípios que compõem o trabalhismo. Conforme o sugerido, esta dissertação tem por

objetivo investigar as atualizações temáticas desta tradição política, a partir da análise da atividade parlamentar de Darcy Ribeiro.

Darcy Ribeiro foi um importante político brasileiro e intelectual⁵, atuando como antropólogo, romancista, além de ter sido um notável idealizador de políticas de educação no Brasil. Estas várias facetas de sua biografia são afirmadas pelo mesmo, como quando foi agraciado com o título de *doutor honoris causa* pela Universidade de Copenhague em 1992: “Quem sou eu? Às vezes me comparo com as cobras, não por serpentário ou venenoso, mas tão só porque, eu e elas, mudamos de pele de vez em quando. Usei muitas peles nessa minha vida já longa e é delas que vou falar hoje” (RIBEIRO, 1992a, p. 17). Seu caráter multifacetário é sempre lembrado por outros pesquisadores, que se debruçaram sobre sua trajetória, como Simon (2001), Pinheiro (2006) e Mattos (2008).

Contudo, há uma permanência na trajetória de Darcy Ribeiro e que subordinou todos os campos de sua atuação pública: tal permanência orienta-se por um conjunto de idéias, de viés político, e que pode ser caracterizada a partir do conceito de cultura

⁵ A definição que se utilizou da noção de intelectual segue a proposta de Jean François Sirinelli. Segundo o autor: “É preciso, a nosso ver, defender uma definição de geometria variável, mas baseada em invariantes. Estas podem desembocar em duas acepções do intelectual, uma ampla e sócio-cultural, englobando os criadores e ‘mediadores’ culturais, a outra mais restrita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito. Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto postam-se uma parte dos estudantes, criadores ou ‘mediadores culturais’ em potencial, e ainda outras categorias de ‘receptores’ em potencial, além de outras categorias de ‘receptores de cultura’. (...) Estes últimos podem ser reunidos em torno de uma segunda definição, mais estreita e baseada na noção de engajamento na vida da cidade como ator – mas segundo modalidades diferentes, como por exemplo, a assinatura de manifestos” (SIRINELLI, 1996, pp.242-243). Esta segunda noção de intelectual, mais restrita – pela qual Sirinelli defende que o historiador não deve dela partir –, diz respeito à imagem de intelectual que Darcy Ribeiro fazia de si. Tal imagem, de intelectual engajado, foi o que fomentou as primeiras pesquisas sobre o papel dos intelectuais na política e na historiografia. Para Sirinelli, esta abordagem é fruto de um contexto histórico específico, quando o intelectual se envolveu na política – principalmente ao lado de partidos de esquerda, como no caso de Darcy Ribeiro. Para este fenômeno, na cultura brasileira, as décadas de 1950 e 1960 foram emblemáticas – tal como foram caracterizadas por Marcelo Ridenti (2005), que as entende com uma “estrutura de sentimento” específica, associada a da “brasilidade romântico revolucionária”. É a partir deste estado da cultura no Brasil que, ao lado de Russel Jacoby (1990), Ridenti nos fala sobre o declínio da intelectualidade, comparando este período ao início da década de 1980 – quando esta estrutura de sentimento entra em decadência, ou seja, a perspectiva do intelectual, de esquerda, envolvido em questões públicas, é substituída por uma profissionalização específica da produção do saber científico. A partir da abordagem de Sirinelli, pode-se dizer que, na década de 1980, esta noção restrita do papel da intelectualidade, na política, deixa de ser dominante. Por isso, é necessário, segundo Sirinelli, uma noção mais ampla de intelectual. Novamente, o autor chama a atenção dos historiadores sobre o problema de sempre tomar o papel do intelectual como o de crítico, correndo o risco de desembocar na observação segundo a qual “o conceito de intelectual de direita é contraditório em sua essência”. (BON e BURNIER apud SIRINELLI, 1996, p.256). Aprofundando-se nessa argumentação, Sirinelli destaca, por exemplo, que, no período pré - I Guerra Mundial, os intelectuais de direita eram, estatística e ideologicamente, dominantes. No caso do Brasil, é só observar o que Mônica Pimenta Velloso (2003) afirmou sobre a participação de alguns intelectuais autoritários, na construção do aparelho burocrático do estado novo, durante o governo Vargas.

política⁶. No caso de Darcy Ribeiro, a permanência que se assinala na abordagem aqui proposta de sua trajetória, seria seu perfil político como um trabalhista – que foi, definitivamente, orientado pela tradição política do trabalhismo brasileiro, pela qual Darcy Ribeiro se manteve vinculado desde a sua adesão, no fim dos anos 50. Esse perfil pode ser percebido, até mesmo, em suas obras posteriores aos anos 60 – os “Estudos de Antropologia da Civilização⁷” –, quando afirma (implícita ou explicitamente) sua vinculação a esta tradição política.

⁶ Para Berstein (1988), o conceito de cultura política é “um conjunto coerente de idéias, em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama. Se o conjunto é homogêneo, as componentes são diversas e levam a uma visão dividida do mundo, em que entra em simbiose uma base filosófica ou doutrinal, a maior parte das vezes, expressa sob a forma de uma vulgata acessível ao maior número, uma leitura normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa com os grandes períodos do passado, uma visão institucional que traduz, no plano da organização política do Estado os dados filosóficos e históricos precedentes, uma concepção de sociedade ideal, tal como a vêem os detentores desta cultura e, para exprimir o todo, um discurso codificado em que, o vocabulário utilizado, as palavras-chaves, as fórmulas repetitivas são portadoras de significação, enquanto ritos e símbolos, ao nível do gesto e da representação visual, tem o mesmo papel significante.” (BERSTEIN, [1988], 1996, pp. 352-353). No entanto, o autor ainda destaca que o sentido do conceito de cultura política (para os historiadores) não assume a perspectiva dos cientistas políticos da escola desenvolvimentalista, enfatizando o caráter plural das culturas políticas, num dado momento histórico e num país, além de ser algo maior do que apenas uma ideologia pelo papel que as representações assumem na definição do conceito. Diante dessa pluralidade, o autor conclui que, se num dado momento da história, essa área de valores partilhados se mostra bastante ampla, temos então uma cultura política dominante que faz refletir pouco ou muito na maior parte das outras culturas políticas contemporâneas. (BERSTEIN, [1988], 1996, p. 354)

⁷ A obra de Darcy Ribeiro é vasta, compreendendo pelo menos dois períodos, aqui assinalados, a partir do recorte sobre a influência da tradição política trabalhista brasileira em sua obra. Em um primeiro momento, há obras etnológicas – diretamente ligadas às suas pesquisas de campo (durante a década de 1950) como “Culturas e línguas indígenas do Brasil” (1957); “Arte plumária dos índios Kaapo” (1957); “A política indigenista brasileira” (1962). Depois de se juntar a Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro escreve sobre educação – como no plano orientador da Universidade de Brasília (1959), momento quando o senador começa a trabalhar com o tema da educação brasileira, tendo como consequência sua aproximação com o trabalhismo. Mas, a partir do meio da década de 1960, todas suas obras (a despeito da variação nos temas trabalhados) atravessam a discussão política orientada pela perspectiva do trabalhismo, a partir do nacionalismo (como o definido por esta tradição política). Principalmente os “Estudos de Antropologia da Civilização” – escritos durante o exílio –, quando Darcy Ribeiro estendeu seu projeto político para além do Brasil, atingindo a América Latina, e ressaltou que este movimento para fora foi o que permitiu ‘racionalizar’ suas ideias políticas (antes apenas no nível da experiência brasileira) para a composição de suas obras. Foram elas: “O Processo Civilizatório - Etapas da Evolução Sócio-Cultural” (1978); “As Américas e a Civilização - Processo de Formação e Causas do Desenvolvimento Cultural Desigual dos Povos Americanos” (1970); “O Dilema da América Latina - Estruturas do poder e forças insurgentes” (1978); “Os brasileiros - 1. Teoria do Brasil” (1972); “Os Índios e a Civilização - A integração das populações indígenas no Brasil moderno” (1970); “The Culture - Historical Configurations of the American Peoples” (1970) – edição brasileira de 1975 –; “O Povo Brasileiro - A formação e o sentido do Brasil” (1995). Alguns ensaios como: “Configurações histórico-culturais dos povos americanos” (1975); “Sobre o óbvio - Ensaio insólito” (1979); “Aos trancos e barrancos - Como o Brasil deu no que deu” (1985); “América Latina: a pátria grande” (1986); “Testemunho” (1990); “A fundação do Brasil - 1500/1700” (1992); “O Brasil como problema” (1995); “Noções de coisas” (ano?). E, por fim, alguns romances como Maíra (1976); O mulo (1981); Utopia selvagem (1982); Migo (1988). Portanto, segundo a leitura desta pesquisa, há um divisor entre os objetivos políticos (assumidamente expostos nas obras a partir dos anos 60); divisor este sustentado por uma ideia de desenvolvimento nacionalista, com estreitas relações com a ‘teoria da dependência’ e ancorado nas noções trabalhistas.

A relação entre a trajetória intelectual e a atividade política de Darcy Ribeiro foi substancialmente tratada por Mattos (2007), entre o período de 1944 a 1982. A primeira data – que marca o recorte da pesquisa de Mattos sobre a biografia de Darcy Ribeiro – diz respeito ao ano que antecede a chegada de Darcy Ribeiro a São Paulo (MATTOS, 2007, p.49), quando este abandona o curso de medicina, em Minas Gerais, para estudar sociologia (a convite de Donald Pierson), e se forma como etnólogo, pela ELSP – Escola Livre de Sociologia e Política – sob orientação de Herbert Baldus (RIBEIRO, 1997). Mattos analisa a trajetória de Darcy Ribeiro do ano de 1944 até o de 1982 – este último ano corresponde ao período que Darcy Ribeiro abandona a academia e retoma sua trajetória no campo da política, ao eleger-se vice-governador do Rio de Janeiro, na chapa de Leonel Brizola. Esta época, segundo o autor, “inaugurou uma nova fase na trajetória de Darcy Ribeiro na política pública, que não esteve em questão na tese”. (MATTOS, 2007, p.281). Segundo a tese do autor, Darcy Ribeiro (por sua militância partidária) passou a ter um papel de intelectual ‘*outsider*’ dentro de seu campo de origem, o acadêmico, a partir deste período.

Cumprido, portanto (a partir da análise de Mattos), cobrir um campo que ainda não fora explorado pelo autor, a saber, Darcy Ribeiro na política – entendendo que esta resvalou, sumariamente, em outros aspectos de sua trajetória. Para tanto, a dissertação procura investigar as bases que deram sustentação ao comportamento político de Darcy Ribeiro, neste período, a partir das reflexões sugeridas pelo conceito de cultura política.

A trajetória política de Darcy Ribeiro pode ser dividida em dois momentos com relação à política brasileira – momentos estes que dizem respeito a dois tempos do trabalhismo (se seguirmos a caracterização desta tradição política como sugerida por Gomes, explorada com mais detalhes no capítulo I): o período em que esteve vinculado ao PTB (com cargos no governo João Goulart) e depois no contexto da Nova República, no PDT. Essa experiência, de Darcy Ribeiro, em dois períodos distintos do trabalhismo, é o que permite analisar (em termos historiográficos) as transformações desta tradição política, considerando a trajetória de um ator.

Tomando o trabalhismo como uma tradição política, presente na trajetória de Darcy Ribeiro, em dois momentos distintos, é que se pergunta: como a tradição política do trabalhismo – gestada em um segundo momento do Estado Novo e que se consolidou durante o período da república democrática (de 45-64) – se manifestou nos anos 90, já

que a partir da década de 1980, passou a ter sua forma institucional no PDT?⁸ Quais os novos temas emergentes, na década de 1990, e como foram articulados pelo novo PDT, com vistas a dar continuidade a esta tradição política, ainda mobilizadora de uma expressiva votação entre os eleitores? Em outras palavras, como se deram estas mudanças e como elas podem ser relacionadas à trajetória política de Darcy Ribeiro?

Trata-se de tomar a trajetória política de Darcy Ribeiro como campo de análise – sendo esta emblemática para a compreensão do jogo político de consolidação da democracia no Brasil, após o período de redemocratização, quando o PDT surgiu como um partido representante de uma tradição política histórica, destinada a participar da nova democracia que se estabelecia (depois de 20 anos de regime militar). A hipótese que guia estas perguntas é a de que um programa político, nos anos 1990, teve, como uma de suas marcas, a retomada de experiências políticas, especialmente a de Darcy Ribeiro (em torno do projeto de ‘reformas de base’), sendo tal, um dos mecanismos importantes para a identificação e (re)formulação das idéias do PDT – no interior do jogo político que ia se conformando durante o processo da consolidação democrática no Brasil.

Com relação ao primeiro momento de sua trajetória política, Darcy Ribeiro foi ministro da educação e cultura do gabinete Hermes Lima – logo quando deixou a reitoria da UNB (Universidade de Brasília), universidade que planejou e fundou. Posteriormente, ainda no governo João Goulart (1961-1964), assumiu o cargo de ministro-chefe da Casa Civil, já durante a fase presidencialista do governo. Com a deposição de João Goulart – em 1964, pelo golpe militar –, Darcy Ribeiro saiu do país,

⁸Trabalhos como os de Santo-Sé (2007), um texto específico de Vainfas (2007), bem como de Ferreira (2007) abordam o trabalhismo da perspectiva do PDT, com ênfase na formação do PDT. Penso que a referência dos autores está ligada, sobretudo, à questão da redemocratização e ao nascimento do partido com referência à década de 1980. Esta dissertação tem como enfoque um período posterior, a década de 1990 e o processo de consolidação da democracia no Brasil. Portanto, chamo atenção para que, por mais que o tema da democracia (como ressaltado na análise dos autores para a construção do PDT) ainda fosse questão principal nos anos de 1980. Durante a década seguinte (1990), a grande questão colocada pelo partido, não seria somente a democracia, mas também o projeto de reformas do estado e a políticas econômicas de liberalização da economia. Seria esta a diferença que esta pesquisa gostaria de enfatizar. Se por um lado, para o nascimento do PDT, a temática da democracia se mostrara muito importante, como demonstrado pelos autores durante a década de 1980, por outro lado, na década de 1990, já não mais com respeito à formação do partido, (mas seu período de consolidação no jogo político) a grande temática foi o desenvolvimento. Sobre estes textos consultar: VAINFAS, R.. A luz própria de Leonel Brizola: do trabalhismo getulista ao socialismo moreno. In: Aarão Reis, Daniel; Ferreira, Jorge. (Org.). *As Esquerdas no Brasil. Revolução e Democracia. 1964...* 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3, p. 479-502. e SENTO-SÉ, J. T. L. . Um Encontro em Lisboa: O Novo Trabalhismo do PDT. In: Aarão Reis, Daniel; Ferreira, Jorge. (Org.). *As Esquerdas no Brasil. Revolução e Democracia. 1964...* 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3, p. 429-450.

como exilado político, indo para o Uruguai. Seu nome era o terceiro da lista do Ato Institucional I⁹, que versava sobre a cassação dos direitos políticos.

Depois deste primeiro momento de atuação política de Darcy Ribeiro (com cargos do Executivo e vinculado ao PTB), deve-se mencionar seu exílio em países da América Latina – como Uruguai, Chile, Venezuela e Peru. Tal período de exílio foi, também, de intensa atividade política – conforme se observa em algumas informações obtidas em sua autobiografia (intitulada ‘Confissões’) e trabalhos voltados para análise de sua obra durante o período (como é o caso da pesquisa de Pinheiro, 2006¹⁰).

O segundo momento da vida pública de Darcy Ribeiro, como político (e que dá início ao período de foco desta investigação), é marcado pela lei da anistia¹¹. Darcy Ribeiro volta do exílio em 1976, e em 1979 mobiliza-se, politicamente, para o processo de redemocratização. O principal recurso de luta política (durante seu retorno) foi a brecha dada pela lei de anistia – com a concessão dos direitos políticos a alguns políticos (cassados pelo regime militar) e a extinção do sistema bipartidário (que vigorou anteriormente e que possibilitou a organização de novos partidos, que não fossem a ARENA e a oposição consentida do MDB). Darcy Ribeiro consegue voltar ao Brasil, antes da aprovação da lei de anistia, ao justificar problemas de saúde (devido a um câncer no pulmão esquerdo) e manifestar o desejo de tratar-se no Brasil (perto de seus familiares), conseguindo autorização dos militares para seu regresso.

Em 1979 – em decorrência da abertura provocada pela lei de anistia –, ocorre a fundação de um novo partido trabalhista, o PDT, sob o corolário do Encontro de Lisboa. Neste ambiente institucional, a tradição trabalhista e os que a professavam – em torno da figura de Leonel Brizola – se alocaram (depois do lapso de presença desta) na política brasileira, em decorrência do golpe militar. O partido foi formalmente reconhecido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 3 de novembro de 1981.

Darcy Ribeiro foi um dos políticos do antigo PTB que participou da fundação do partido, a partir deste encontro. Segundo Gomes (2005, p.40), os trabalhistas foram duramente perseguidos. A autora afirma que: “(...) foi sobre o PTB e sobre as lideranças

⁹ FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 340.

¹⁰ RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras (1997a). E para o momento anterior, não obstante, o foco da pesquisa seja a trajetória acadêmica de Darcy Ribeiro, consultar: MATTOS, André Luís Lopes Borges. *Darcy Ribeiro: uma trajetória (1944-1982)* IFCH/Unicamp/ Campinas, SP. Tese de doutorado, 2007. PINHEIRO, Lucas M. *Darcy Ribeiro e a América Latina: um pensamento em busca da identidade e da autonomia latino-americanas*. UNESP/Franca. Dissertação de mestrado, 2006.

¹¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6683.htm - Acesso em 29.jan.2010.

sindicais trabalhistas e comunistas, que a repressão mais rápida e duramente se abateu”. Com o fim do regime militar e a abertura política, Darcy Ribeiro retoma suas atividades políticas no Brasil, via a fundação e militância no PDT.

No caso apresentado acima, percebe-se a necessidade de reestruturação de um novo partido trabalhista, sobre a insígnia da experiência política dos trabalhistas da década de 1960. Neste movimento, Darcy Ribeiro se mostra um sujeito agente no processo de atualização desta cultura política. Darcy Ribeiro, primeiro, torna-se figura fundamental para a fundação do partido e, em seguida, para a associação entre os princípios que seriam defendidos, em contexto democrático, e que, ao mesmo tempo, vinham identificados com a tradição trabalhista, que era, assim, ressignificada. Tratava-se de unir as pontas entre as décadas de 1960 e 1980, tornar os indivíduos cientes da transformação patrocinada pelo regime militar – o que obrigou à esquerda repensar suas estratégias políticas.

Seguindo o conceito de cultura política, uma tradição política constitui-se por elementos como códigos, valores, sentimentos – todos coerentemente organizados – e, no limite de certa constância, tais elementos (não alheios a mudanças) estruturam os comportamentos políticos dos indivíduos, e por eles são estruturados, sendo capazes de atravessar gerações. Assim, esta pesquisa, apoiada em inúmeros outros trabalhos, para os quais essa tese não é novidade, defende que o trabalhismo não desaparece, se perde ou é submergido pelo golpe militar, mas revitaliza-se e transforma-se com a fundação do PDT. Desse modo, pode-se aludir a uma tradição política trabalhista, que será destacada por meio da análise da trajetória política de Darcy Ribeiro, após o retorno da democracia brasileira. Em virtude das mudanças e da sua presença ao longo da história política do Brasil, o trabalhismo seria definido, pela historiografia, como uma importante tradição da política brasileira – especialmente na república de 45-64, conforme a historiadora Ângela de Castro Gomes. A autora afirma, também, que vários analistas sustentam esta tese em outros campos afins, como o da ciência política e o da sociologia – há a citação dos trabalhos de historiadores e cientistas políticos e sociais para confirmar a diversidade no uso de tal argumento, as referências são: Renato Lessa, João Trajano Sento-Sé, Regina Morais Morel, Eliana Fonte Pessanha, Jorge Ferreira, Daniel Aarão Reis.

O tema e objeto desta dissertação dizem respeito à história do tempo presente; isto traz a necessidade de um fundamental exercício crítico por parte do historiador – visto que, neste tipo de abordagem, o tempo (que, antes de tudo, seria seu grande aliado) aparece como bastante problemático. No calor dos acontecimentos, a distância necessária para uma avaliação crítica (que justifique “certa objetividade” do conhecimento histórico) deveria tornar-se mais evidente.

No entanto, vários historiadores já se debruçaram sobre o problema e é consenso que, uma das maneiras de se livrar destas armadilhas teórico-metodológicas, é apoiar-se em um exercício reflexivo, pelo qual o historiador – a partir do levantamento de dados sobre a história de sua própria disciplina e da sociedade a que pertence – situa-se e evidencia ao leitor, o lugar de onde parte sua fala. (RÉMOND, 1988), (CAPELATO, 1996), (CARVALHO, 1997), (AGROU, 2009).

Alguns problemas teóricos, em relação à história do tempo presente como uma sub-disciplina da história contemporânea, surgiram a partir de críticas, principalmente, concernentes a este distanciamento entre o pesquisador e o objeto. Como afirma Agrou (2009):

A expressão "história do tempo presente", introduzida na França no final dos anos 1970 por uma nova escola, que queria se diferenciar historiograficamente daquela que até então estudara o século XIX, foi explicitamente inspirada na terminologia alemã. Entretanto, a ruptura de 1989 está provocando uma mudança de terminologia, uma vez que nos sentimos cada vez menos contemporâneos deste século, que encontrara uma nova unidade com o desaparecimento de regimes e ideologias que fizeram parte de sua singularidade. (AGROU, 2009, s/p)

Percebe-se que, a terminologia deste campo, em história, varia com relação aos países de origem. No caso brasileiro, com relação ao estudo da história republicana, Carlos Fico (2004) mostra que os interesses dos historiadores do Brasil – quando se voltam ao tempo presente – vão ao limite do regime militar (e ressalta que foi um esforço enorme para seu grupo, recuar a um período tão recente, quando os estudos da história eram dominados pelos temas do Brasil colônia ou imperial). Neste diapasão, o estudo do passado recente (pela historiografia) tendeu a ser substituído por análises de conjunturas; e ficou a cargo, fundamentalmente, dos cientistas políticos orientados por outras questões (como o voto) – isto, conforme o explicado pela teoria da

racionalidade¹² ou análise das formas institucionais em que a política se manifesta, como demonstrou Gomes (1996, p.2).

Agrou (2009) mostra esta aproximação entre a política e a história, em relação a outros contextos nacionais, fazendo um breve histórico da produção intelectual no período posterior ao pós-guerra, afirmando que:

A vanguarda intelectual e a elite acadêmica – esta que detinha boa parte da produção acadêmica bem como os postos nas universidades – desprezavam seu exercício, deixando a história de eventos e fatos, bem como as batalhas recentes da história aos historiadores da segunda zona. No entanto, este desinvestimento não foi imediato. (...) Quais foram então, os historiadores que ocuparam seus lugares e em qual estado exerciam eles suas profissões? De modo esquemático, nós podemos distinguir dois tipos de historiografia contemporânea emergente em diferentes países da Europa ocidental entre os anos de 1950-1970: a historiografia dita “pluralista” e outra produzida nos institutos do Estado. (op. cit. s/p)

Este contexto mundial interessa, aqui, ao colocar a questão das historiografias – diretamente envolvidas – com instituições, como o estado nacional. A principal crítica a história (produzida no estado) é seu esquema de reprodução de uma história oficial, que se contrapõe ao modelo de história “vista de baixo”. A história política passa a ser enquadrada – seja como história oficial da nação, seja como reprodutora de ideologias partidárias. Agrou (2009) mostra, ainda, que:

Em cinqüenta anos, a prática da história “do tempo e do país onde vivemos”, como a define Saint-Simon, conheceu um desenvolvimento surpreendente, desde a descrença e falta de legitimidade à profissionalização de uma sub-disciplina conhecida por sua competência. Por muito tempo esta história foi considerada como uma *Legitimationswissenschaft*, um discurso de legitimação sob os olhos

¹²John Ferejohn e Pasquale Pasquino (2001), em “A teoria da escolha racional na ciência política: conceitos de racionalidade em teoria política”, fazem referência à explicação baseada na teoria política movida a partir de um tenso diálogo entre teoria normativa e teoria positiva. Segundo os autores, a “(...) a teoria normativa trata com (ou contém) sujeitos racionais ou inteligíveis, cujas ações podem ser entendidas ou talvez alteradas pela mudança do seu contexto institucional. A racionalidade é, nesse sentido, um ponto de partida inescapável para uma teoria normativa. As instituições políticas e sociais são formas de regular ou direcionar as atividades de pessoas que são capazes de responder de forma previsível a seus comandos. A tentativa de criar uma vida pública através do desenho de instituições e normas pressupõe a capacidade das pessoas de responder de forma minimamente racional a suas diretrizes, o que não implica, é claro, que as pessoas reais sejam perfeitamente racionais”. Nesse sentido (na história política), pode-se trabalhar com relação a um período, de acordo com um estudo sistemático sobre o funcionamento de instituições que regulam a vida social, a partir destes pressupostos. Contudo, ainda segundo os autores, uma oposição entre teoria normativa e teoria positiva aparece como estéril – já que uma seria base de outra. Importa, aqui, sublinhar as preocupações de um cientista político (dividindo um mesmo campo de investigação), que se situa, por exemplo, na questão sobre o regime militar que, circunscreve-se, na maioria das vezes, em outros objetivos e, consequentemente, vê obtidos resultados outros (com relação à historiografia).

da cientificidade, especialmente após 1945, seja em sua versão “pluralista” de uma historiografia das famílias políticas ou em sua versão nacional dos historiadores “oficiais”. (op. cit. s/p)

Nesse sentido, o mais rentável diante do problema investigado, nesta pesquisa, é uma abordagem que responda sobre a formação e a história de uma tradição política, constantemente reativada, modificada, (é importante salientar que não se compreende “tradição”, seja qual for ela, como sinônimo de um passado “morto ou estático”) entendendo sua participação na construção do jogo político democrático brasileiro, fazendo com que a abordagem histórica permita uma relação crítica e um novo olhar sobre o próprio processo de consolidação da democracia – tendo em vista o processo como fruto de disputas e negociações. É por isto que, um olhar atento e crítico ao papel do trabalhismo, neste jogo político, viabiliza uma melhor compreensão do processo.

Partindo da análise das idéias e da atuação política de Darcy Ribeiro, busca-se o conhecimento de como uma ideologia partidária se estabeleceu e atuou (em um momento de “crise das ideologias” ou de emergência de novas formas de ação política, como os movimentos sociais), atentando-se para a possibilidade de que não se tratava apenas de momentos de negociação de formas opostas de atuação política, ou que estas se davam apenas em termos de exclusão. Mas que, ao contrário, estas propostas estabeleceram diálogos – o que permite desnaturalizar uma visão dicotômica deste processo, além de captar (por meio da análise) formas de representação e participação política no Brasil contemporâneo, considerando que este passou por uma mudança evidente (como a passagem de um regime militar a um estado democrático). Agrou afirma que:

A história recente não perdeu em nada sua particularidade. Esta é calcada na competição territorial dentro de um campo em que o objeto de estudos é alvo de muitos encontros e de muitas pressões e ainda com o desafio e a dificuldade de se estabelecer uma construção historiográfica a distância das críticas. Como em 1743, podemos concluir com Saint-Simon: “Compreendemos que o conhecimento é sempre bom, mais que o bem ou o mal, consiste no uso em que fazemos deles”. (op. cit. s/p)

Capelato chama a atenção para o ressurgimento do interesse pela história política:

A queda do muro de Berlim e a desestruturação da União Soviética foram festejados como um triunfo da democracia sobre o totalitarismo. Mas as dificuldades decorrentes dessas mudanças logo abalaram a crença dos otimistas de primeira hora na afirmação de uma ordem mundial mais democrática. A integração dos países da Europa do Leste mostrou-se problemática e a emergência dos interesses localistas apontam no sentido da desintegração. O ressurgimento recente dos movimentos nacionalistas, regionalistas, localistas, com caráter religioso ou étnico causou perplexidade entre os historiadores que consideravam definitivamente enterradas essas alternativas. (CAPELATO, 1996, p.3)

A análise empreendida permite, portanto, perceber essas tensões em torno da construção de uma sociedade democrática no Brasil, pois traz as negociações e os problemas da própria tradição política trabalhista frente a estas novas maneiras de participação política na contemporaneidade. A autora afirma, ainda, que:

O tema da participação política é chave para a compreensão da história brasileira. Visto pela perspectiva da longa duração, pode contribuir para esclarecer muitas outras coordenadas dessa história, permitindo melhor compreensão da cultura política do passado para poder construir algo novo no presente. (CAPELATO, 1996, p.5)

Assim, levando em consideração tais questões, é possível – a partir de um panorama da tradição política trabalhista no pré-golpe de 64 – analisar as continuidades e discontinuidades (no conteúdo ideológico) propugnadas na reestruturação partidária do trabalhismo, da qual o PDT é resultante, durante a década de 1990.

A apresentação deste tópico enseja a possibilidade de inserir-se em um campo de investigação que discute tal problemática, especificamente, como no caso da história do Brasil. Para apresentar tal discussão – relativa aos problemas e às perspectivas abertas na história do Brasil, pela história cultural, estando estes contextualizados às questões contemporâneas – a principal referência (utilizada nesta pesquisa) foi o texto de José Murilo de Carvalho, intitulado “O Historiador nas Vésperas do Terceiro Milênio”. Neste texto, o autor destaca três problemas básicos que dirigem a discussão da historiografia (sobre ou feita no Brasil) à atualidade: o primeiro diz respeito à questão do processo de globalização – onde se percebe a diluição das fronteiras e a crítica à ideia de estado-nação. O segundo problema está na relação entre a noção de estado-nação (contestada a partir da globalização) e a própria gênese da disciplina “história do Brasil”, subsumida a este conceito. Por fim, o autor salienta a questão do estatuto epistemológico do conhecimento histórico – diante das críticas que apagam as fronteiras entre a historiografia e a literatura – e, por conseguinte, faz uma reflexão sobre a escrita

da história e os perigos da relativização (ensejados por este tipo de debate), a partir do conceito de cultura. Com relação ao primeiro problema, a grande discussão reside sobre o declínio do nacionalismo – e é nesse ponto que o autor destaca a questão da relação entre a globalização e a história do Brasil. Segundo José Murilo de Carvalho:

Como ponto crucial do processo de globalização, está à vista o desafio a essa forma de organização, aperfeiçoada no século XIX, a que chamamos de estados-nacionais. Os estado-nacionais se enfraquecem seja pela unificação econômica e política, como se dá na Comunidade Européia, seja pelo fim dos Impérios, como o soviético, seja pela explosão interna de casamentos forçados entre estados e nações, como se dá no Balcãs e, em menor medida, em países como a Espanha e a Itália, onde nações se rebelaram contra os estado que as oprimem. A redução do peso dos estados-nacionais reflete-se diretamente no destino do nacionalismo, presença tão forte na cultura política brasileira desde a década de 30. (CARVALHO, 1997, p.443)

Por trás destas transformações (como as apresentadas por Carvalho), a grande questão da disciplina história do Brasil está colocada, segundo o autor, da seguinte maneira: “Como ficam, nesse caso, a escrita e o ensino da História se o estado-nacional perde a centralidade que o caracterizava, se o nacionalismo chega a ser visto como uma ameaça à liberdade?”. Uma questão semelhante é colocada por Maria Helena Capelato (1996), quando esta reflete sobre a história política, discutindo a relação sobre os aspectos políticos da produção da historiografia brasileira, na atualidade. Segundo a autora, a problemática da democracia é a responsável pelo retorno da política à história, que se impôs a partir da década de 1980. Principalmente no caso brasileiro, que vinha saindo do regime militar, tendo como grande questão a conciliação do fator democracia e a crise econômica. Para a autora, (que afirma em conjunto com Maria Stella Brescianni) os louros da nova historiografia política estão na capacidade de “tecer as tramas mais complexas e nuançadas da História Política” (1996, p.4). Retornando a pergunta de Carvalho – sobre o sentido de uma história do Brasil no presente – o autor dá ênfase na necessidade de se refletir sobre um novo conceito de cidadania, em que se destacasse o papel dos atores históricos, como uma das orientações para o estudo da história do Brasil. Como o mencionado anteriormente, a pesquisa de Gomes sobre o trabalhismo parte do pressuposto da ênfase sobre o papel desempenhado pelos trabalhadores, na conquista de seus direitos e, por isso, faz sentido a revisão (por ela proposta) do conceito de populismo – adotada como perspectiva teórica nesta pesquisa.

Alguns problemas na efetivação desta mudança de foco estão na função que a disciplina história do Brasil sempre cumpriu. Primeiramente, na construção do estado; posteriormente, para a formação da nação (com as discussões dos clássicos sobre a identidade nacional). Para José Murilo de Carvalho, a crise dos estados-nacionais não justifica a descentralização da historiografia, bem como o abandono das temáticas de construção do estado e formação das identidades nacionais – o autor afirma que é necessário atentar-se para a constituição de uma nova sociedade que signifique, simultaneamente, uma redefinição do estado e das bases do nacionalismo. Sob este aspecto, não se fala do nacionalismo mais no sentido xenofóbico e caudatário do contexto da corrida imperialista (do início do século XX), mas de um nacionalismo que se baseie na qualidade de vida dos cidadãos compartilhantes do espaço nacional, levando em conta as reivindicações das minorias étnicas.

Do ponto de vista metodológico, essas transformações (a partir dos anos 1970) passam a ser iluminadas pelo paradigma da história cultural – disciplina, esta, crítica aos modelos ditos esclarecedores que ofuscassem o sujeito para se fazer história das estruturas ou do capital; em outras palavras, com ênfase em explicações deterministas das ações individuais, subordinadas a uma lógica específica (quer seja a social ou a econômica). A nova abordagem preconiza o destaque do papel criativo dos agentes diante das conjunturas, a partir do conceito de cultura.

Segundo Carvalho, a nova história cultural deixava de “estudar as circunstâncias do homem para estudar o homem em suas circunstâncias” (CARVALHO, 1997, p. 447). O grande problema epistemológico (pelo qual enveredou a discussão sobre esta renovação nos métodos, abordagens e objetos) foi a questão do relativismo – a que estavam imiscuídos os historiadores, que se ancoravam no conceito de cultura para a explicação das ações humanas no passado; além, é claro, da fragmentação do campo, como o ressaltado por François Dosse (2003), na visão de Carvalho.

Com efeito, o que importa salientar é que, como na proposta de Capelato, trata-se de colocar o homem como o protagonista da história, como o responsável por suas próprias ações, e não como algo meramente condicionado. Isso porque, como afirma Carvalho, em referência à relação indivíduo e sociedade (como delineada metodologicamente pela abordagem da história cultural):

Não será difícil indicar que várias características da nova historiografia, apontadas acima, são compatíveis com os valores que acabo de explicitar. A razão, obviamente, é que, em parte, aquelas características devem sua origem aos mesmos fenômenos responsáveis pela emergência dos valores. Assim é que, os deslizamentos da ênfase do historiador das circunstâncias do homem para o homem nas circunstâncias, correspondem à ênfase na cidadania que reivindiquei. Colocar o homem, ou melhor dito, o ser humano, para ser politicamente correto, no centro das preocupações, significa recuperar sua condição de fazedor de história, de agente de seu próprio destino. Significa libertá-lo da imagem de fantoche das forças externas a ele, em geral fetichizadas, como a própria imagem do Estado e do capital. A nova ênfase não significa, obviamente, ignorar as circunstâncias. Ela significa que as próprias circunstâncias adquirem sentido quando mediadas pela representação que delas fazem os agentes sociais. (CARVALHO, 1997, p.453)

Por fim, como o último ponto discutido pelo autor, destaca-se a escrita da história. Quando o humano se torna o tema da história, multiplicam-se as abordagens e as metodologias – que é vista, por alguns, como perigosa à identidade do historiador (CARVALHO, 1997). O autor ressalta que o perigo não está nessas possibilidades, mas no fato de algumas teorias reduzirem a zero a diferenciação entre a narrativa histórica e a ficcional. Está, aí, o debate da narrativa¹³, residente na questão da escrita da história. Para o historiador, tal debate situou-se mais como um sintoma da *malaise* intelectual do que de enriquecimento – já que Carvalho defende o historiador como ainda possuidor de seu terreno próprio, preocupado com a temporalidade e a indispensabilidade do trato com o documento (posição com a qual esta pesquisa se alinha).

O primeiro capítulo desta dissertação tem como objetivo analisar os diversos tempos do trabalhismo, tendo como orientação teórica principal os trabalhos da historiadora Ângela de Castro Gomes. Tal empreendimento visou a composição de um quadro comparativo, que permitiu situar as mudanças da tradição (desde os seus anos de formação), mas com o foco, principalmente, voltado aos anos do governo João Goulart – contexto do primeiro cargo político de Darcy Ribeiro, o que justifica sua aproximação e atuação política ao lado do trabalhismo, ainda durante os anos 90.

O segundo capítulo se detém (a partir da análise da atividade parlamentar de Darcy Ribeiro) no tema do desenvolvimento (durante o contexto de reforma do papel do

¹³ Para a discussão sobre o tema consultar: GINZBURG, Carlo. "Paris, 1647: um diálogo sobre ficção e história" e " Montaigne, os canibais e as grutas. In: ____ *O fio e os rastros* : verdadeiro, falso e fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. RÜSEN, Jörn (Org.). *Razão histórica – Teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. BERBERT JR, C. O. *A história e as aporias da narratividade*: um estudo sobre Jörn Rüsen, Paul Ricoeur e Carlo Ginzburg. In: SERPA, Elio Cantalicio; MENEZES, Marcos Antonio de. (Org.). *Escritas da História: narrativa, arte e nação*. Uberlândia - MG: EDUFU, 2007, v. , p. 33-50

estado, colocado pela conjuntura dos anos de 1990), atentando-se, segundo os fundamentos críticos de Darcy Ribeiro, à maneira como o mesmo defendeu o nacional-desenvolvimentismo como o projeto, a ser seguido pelo governo.

O terceiro capítulo explorou os usos do passado por Darcy Ribeiro – referentes aos temas que marcaram sua identificação com a tradição política trabalhista – e como, apropriando-se do passado, também a atualizou, conforme a sua atividade parlamentar. Primeiro, o capítulo destacou o uso do passado como forma de remeter a uma cultura política republicana possível, depois, observou este uso como estratégia de campanha eleitoral do PDT, e, por fim, discutiu o tema da reforma agrária e da educação.

Atentando à complexidade dos assuntos tratados, e tomando como fonte os registros da atividade parlamentar de Darcy Ribeiro, tem-se um parâmetro para analisar como o valor da democracia (caro à tradição política trabalhista) tivera de se renovar para sobreviver (BERSTEIN, [1988] 1996, p. 354). Considerando o que se entende por tradição política e tendo em vista sua mutação no tempo, a pergunta que orientou esta pesquisa foi: a partir de quais temas propiciou-se a renovação dos princípios trabalhistas, no Brasil?

Para respondê-la a contento, desfiamos a trama dos tempos, passado e presente, percebendo o quanto o conteúdo democrático, ontem e hoje, segue sendo o norte para se refletir sobre os rumos para o Brasil. Com a democracia consolidada – ao menos, bem mais consolidada do que nos anos de 1980 – ainda assim, o debate não parece encerrado. Sorte da história e dos historiadores, que muito têm a ganhar com o debate candente sobre os projetos políticos e as propostas intelectuais.

CAPÍTULO I

Darcy Ribeiro e os tempos do trabalhismo

Exercer a crítica afigura-se a alguns que é uma fácil tarefa, como a outros parece igualmente fácil a tarefa do legislador; mas, para a representação literária, como para a representação política, é preciso ter alguma coisa mais que um simples desejo de falar à multidão. Infelizmente é a opinião contrária que domina, e a crítica, desamparada pelos esclarecidos, é exercida pelos incompetentes. (Machado de Assis, 1865)

A despeito de o trabalhismo ser caracterizado como uma tradição, Gomes (2002) não deixa de apontar as mudanças significativas que esta tradição política sofreu ao longo de sua história. Por isto, a autora, caracteriza o trabalhismo em pelo menos três tempos que, em parte, serão apresentados no decorrer deste capítulo: o primeiro, seu período de formação, situado no pós-1930 – como amplamente abordado em sua obra ‘A Invenção do Trabalhismo’ de 1988; o segundo, durante a república de 1945-1964; e um terceiro tempo, sob a tendência do brizolismo, estabelecido, a partir dos anos 80, após o regime militar (durante o processo de redemocratização no Brasil).

O objetivo deste capítulo é a apresentação de um breve panorama para caracterização do trabalhismo enquanto uma tradição política, a partir do exame da historiografia¹⁴ disponível sobre o assunto; trata-se de indicar as principais idéias que dão base a esta tradição política, bem como situá-la no processo histórico. Se o objetivo da pesquisa é entender, a partir da atividade legislativa de Darcy Ribeiro, como esta

¹⁴ A historiografia aqui adotada diz respeito a uma corrente específica, que tem como figura de proa Ângela de Castro Gomes. Seu trabalho, ‘A Invenção do Trabalhismo’, abriu caminho para uma releitura da história do Brasil crítica da noção de populismo. Esta releitura, que a autora define como mais positiva, atenta-se para a atuação dos trabalhadores participantes da construção do regime democrático, que se iniciou no período de 45-64, a partir da defesa de direitos, atuando assim como sujeitos de sua própria história. Deve-se, contudo, destacar que a autora não desconhece a relação desigual entre o Estado e os trabalhadores naquele período. Esta relação, de outro ponto de vista, foi posta em questão a luz do conceito de populismo, onde os trabalhadores apareciam como manipulados em uma relação de mão única por grandes líderes carismáticos como no caso de Getúlio Vargas, ou expressavam falta de ‘consciência de classe’ nas leituras marxistas para o período. Posteriormente, como já mencionado, a autora se reportou a este tipo caracterização do período, a partir do conceito de populismo, como um mito político da história do Brasil. Vale a pena notar, então, que as obras consultadas para a caracterização do período neste trabalho, são de autores que se alinham a esta corrente historiográfica. Com exceção dos textos de Alfredo Bosi, do brasilianista Thomas Skidmore e alguns comentadores utilizados na apresentação do texto, na medida em que interessa, também, a política econômica do período.

tradição renovou-se, é central caracterizá-la segundo as discussões da historiografia. Tal empresa também permite compreender a atividade política de Darcy Ribeiro no Congresso Nacional nos anos 90. Cabe, porém, alertar o leitor para o conteúdo de aspectos gerais apresentados neste capítulo, devido aos limites de tal empresa, considerando a amplitude do recorte temporal atravessado pela tradição; este recorte compreende o período entre os anos trinta e noventa.

Entretanto, a exposição destes aspectos gerais foi orientada por uma pergunta central, que merece ser repetida: definida a ‘tradição política trabalhista’ como uma das culturas políticas brasileira, importa compreender como essa tradição foi adotada na trajetória política de Darcy Ribeiro, situando esse ator histórico entre as várias perspectivas que ensejaram o trabalhismo. Este objetivo segue a afirmação de alguns estudiosos de tradições políticas e culturas políticas que afirmam que estas agregam posições diferentes, mesmo que compondo uma unidade – um dos motivos da dinamicidade associada ao conceito (RÉMOND, 1988, BERSTEIN, 1988)

Com relação à gênese da tradição política trabalhista no Brasil, segundo Ângela de Castro Gomes, o trabalhismo surgiu envolvendo

(...) um conjunto de idéias, valores, vocabulário, e também práticas festivas (como um certo tipo de comemoração do Dia do Trabalho), o trabalhismo, como ideologia, foi um produto do Estado Novo em seu segundo movimento. Isto é, tal ideologia foi articulada e difundida, por meio de uma série de modernos e sofisticados procedimentos e atos comunicativos, a partir do ano de 1942, possuindo, como base operacional o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, então comandado por Alexandre Marcondes Filho. (GOMES, 2002, p.38)

Este momento demonstra ainda autora, tem como base a vinculação do trabalhismo ao getulismo, a partir de uma ‘democracia autoritária’ defensiva dos direitos sociais, respondendo aos interesses dos trabalhadores por meio de uma legislação trabalhista, previdenciária e sindical.

Segundo Alfredo Bosi (1992), o trabalhismo foi herdeiro do reformismo, que remonta a uma filosofia social de cunho positivista que, no Brasil, chegou ainda no final do século XIX. Às propostas reformistas, já inauguradas nos governos de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros regionalmente, no estado do Rio Grande do Sul,

sucedeu um projeto nacional que foi consolidado pela Revolução de 1930, com Getúlio Vargas, sob forte influência deste ideário. Assim o autor defende que a gênese das idéias socialistas no Brasil pode ser entendida como uma das bases do trabalhismo, e se deu a partir da influência da doutrina positivista nos clubes militares da Primeira República até chegar à formulação ideológico-partidária de alguns partidos de esquerda.

Este texto também foi publicado na revista Carta', periódico de distribuição restrita do gabinete de Darcy Ribeiro¹⁵, indicando que é referência para entender a tradição política de Darcy Ribeiro. O texto ressalta um aspecto importante que é a não vinculação do modelo sindical corporativista com o fascismo e sim com o positivismo. Segundo o autor foi este modelo sindical que deu base à relação do trabalhismo com os trabalhadores. Darcy Ribeiro concordava com esta tese sobre a relação do modelo sindical adotado por Getúlio Vargas. Darcy Ribeiro em entrevista confirma a hipótese de Bosi, afirmando que:

Lindolfo Collor, aqui uma das burrices brasileiras, ele pediu para considerar que a legislação do trabalho do Getúlio era uma legislação fascista, da Carta del Lavoro, há um livro do Alfredo Bosi em que ele mostra que não. Que é positivista, foi copiada do sindicalismo positivista... (RIBEIRO, 1995, s/p)

Neste primeiro tempo do trabalhismo, final dos anos de 1940, (fim do Estado Novo e início da República de 45-64) Darcy Ribeiro ainda não estava vinculado ao trabalhismo. Em sua autobiografia, Darcy Ribeiro, afirma, contudo, que já estava envolvido com questões políticas, no início de sua formação acadêmica, que corresponde a este período. Na década de 1940, o autor participava de uma célula do Partido Comunista, organizada em Minas Gerais. Tal participação se deu em seu tempo de estudante de medicina na cidade de Belo Horizonte, curso que não completou. (RIBEIRO, 1997)

Na juventude de Darcy Ribeiro, sua ação política restringira-se apenas à militância e não há registro de escritos relevantes que evidenciem a produção de uma obra política por parte do autor ou mesmo sua atuação na esfera da política *tout court*. Também não há para a trajetória de Darcy Ribeiro, neste período, o sentido dado pela noção de intelectual orgânico de que fala Gramsci¹⁶, para o caso de produção de idéias

¹⁵ Revista Carta' 1993-3, número 8, pp. 139-164.

¹⁶ Segundo Russell Jacoby (2001), Gramsci "(...) desejava suplantiar os intelectuais "tradicionais" da igreja e da academia com um novo tipo, os intelectuais "orgânicos", com raízes no proletariado; como tantos marxistas também viam no trabalho industrial a base de novo tipo de intelectual. Este novo tipo não será definido pela "eloquência", mas sim por uma participação ativa na vida prática, como construtor,

para o PCB – não obstante ocorra para o de sua relação com o PTB posteriormente, mais precisamente para o PDT, que se efetivou da década de 1980 em diante. Apesar do fato de Darcy Ribeiro ter militado no Partido Comunista Brasileiro. Ao contrário, mesmo que no momento mencionado não seja possível observar qualquer postura crítica de Darcy Ribeiro sobre o PCB, anos depois, um posicionamento crítico ao PCB não tardará a ser manifestado. Darcy Ribeiro comenta o PCB da seguinte forma durante os anos 60 quando já ligado ao trabalhismo:

(...) Os comunistas têm um talento invejável: o de assenorear de diretrizes políticas singelas ou de inventar outras, que eletrizam multidões. Justamente eles, que são tão ideológicos, tão principistas, só usam esses saberes teóricos para formar seus quadros. Ao povo o que dão são diretivas simples, como a do "O petróleo é nosso", que criou a Petrobrás, ou "Getúlio, pai dos pobres", em que se assentava o velho PTB. Outras diretrizes agrediam a oposição, com um nome virtuosíssimo. É o caso de "Brigadeiro, bonitão e solteiro". Outra invenção no mesmo rumo, eficientíssima foi: "Nós somos marmiteiro". No momento, estão querendo plantar uma nova diretriz fantástica: "A terra também é nossa". Essa técnica de ação política num povo em que analfabeto também vota e o eleitorado é muito ignorante constitui um achado da maior eficácia. (RIBEIRO, 1993d, s/p)

Cumprido, portanto, apenas enfatizar que neste primeiro tempo do trabalhismo, Darcy Ribeiro estava vinculado ao PCB e foi este partido o responsável pelo despertar do autor para as questões e a possibilidade de fazer política. Assim, a esquerda comunista teve, na época de estudante e propriamente na trajetória do autor, um papel fundamental na sua formação política, mesmo o autor tornando-se crítico posteriormente do projeto político pecebista.

Já na década de 1950, Darcy Ribeiro rompe com o Partido Comunista. Na verdade, como o mesmo afirma, o partido foi que rompeu com ele. Depois de formado, teve algumas oportunidades de emprego como narrado por ele em sua autobiografia. Darcy Ribeiro menciona a possibilidade de secretariar Roberto Simonsen no recém criado SENAI e outra de trabalhar no Instituto do Patrimônio Histórico com Rodrigo Mário Franco. No entanto, o autor assinala sua preferência de continuar vinculado ao PCB. Sua vontade era substituir Câmara Ferreira na direção do 'Notícias de Hoje'¹⁷. À revelia de Darcy Ribeiro, neste momento ocorre sua separação do PCB:

organizador, permanente persuasor. Além disso, para Gramsci, a subordinação dos intelectuais ao partido revolucionário e à classe trabalhadora continuava sendo fundamental". (JACOBY, 2001, pp. 147-148.)

¹⁷Este jornal foi fundado por Caio Prado Júnior e depois ele o passou ao PCB de São Paulo, sob a responsabilidade de Milton Caires de Brito [e o irmão dele, Nabor Caires de Brito] – um dos chefes

Arruda Câmara veio falar-me e me dispensou da militância em nome do comitê central. Alegaram que tinham agora muitos intelectuais e artistas no partido, porque eles puderam formar-se. Para terem quadros como Portinari, Niemeyer, Jorge Amado e Caio Prado no futuro, deviam liberar agora jovens militantes para o estudo e a pesquisa. Na verdade, vi logo que tinham medo é da minha agitação. Temiam não poder disciplinar-me como um quadro tarefeiro. Podiam até supor que, como intelectual eu acabaria desenvolvendo algum pendor trotskista. (RIBEIRO, 1997, p. 144).

Todavia, o sentido atribuído por Darcy Ribeiro à sua passagem no PCB demonstra uma guinada na trajetória de Darcy Ribeiro. Esta mudança tem relação com sua prática intelectual que será, portanto, vinculada a uma política partidária e militante que se sobreporá à sua produção acadêmica.

Este período de ‘invenção do trabalhismo’ toma forma institucional com a fundação do PTB em 15 de maio de 1945, após a deposição de Vargas e o fim do Estado Novo. O partido, recém fundado, não concorre à presidência da república, disputada entre o General Enrico Gaspar Dutra (ex- ministro de Getúlio Vargas que se candidata pelo PSD) e o Brigadeiro Eduardo Gomes (representando a UDN, partido que se consagrou na oposição ao getulismo).

Desde então, a votação do PTB e seu crescimento passa a ser cada vez mais expressivo, culminando com a eleição de Getúlio Vargas em 1950 pelo partido. Com o suicídio de Vargas, em 1954, inicia-se, conforme afirma Gomes (2002, p.40):

Um segundo tempo do trabalhismo: um trabalhismo sem Vargas e de dispersão de seu carisma. Um tempo dominado por muitas figuras: Jango, a maior de todas, mas também Fernando Ferrari, Lúcio Bittencourt, Leonel Brizola e San Tiago Dantas, entre outros.

O trabalhismo em seu segundo movimento consolida suas bases, alicerçado no programa político defendido por Getúlio Vargas a partir do PTB. Para este novo partido, interessava a defesa dos direitos dos trabalhadores, marcado pelo programa nacionalista

do PCB em São Paulo. Segundo Edson Flosi, professor de legislação e prática jurídica em artigo publicado na Faculdade de Comunicação Casper, disponível no endereço: http://www.facasper.com.br/jo/notas.php?id_notas=109, o jornal Notícias de Hoje, era o órgão oficial do PCB: “cuja Redação ficava na praça Clóvis Beviláqua, 122, também no centro da cidade. O prédio, de esquina, tinha outra entrada pela rua Silveira Martins, 37. Era um prédio antigo, estilo colonial, dois elevadores de portas pantográficas (...). O jornal era pobre, o empresariado não anunciava, e só sobrevivia porque colaboradores trabalhavam de graça. Poucos ali recebiam salários e, mesmo assim, baixos salários.” Acesso em 03.out.2009 (FLOSI, 1997, s/p)

defendido por Getúlio Vargas, desde a campanha pela a criação da Petrobrás em 1950, (que mobilizou grandes debates políticos à época). Este programa tinha como perspectiva central a defesa de um estado intervencionista e com relação à justiça social dirigia-se, sobretudo, aos direitos sociais trabalhistas. Nesta chave, a partir da morte de Getúlio Vargas, o segundo tempo do trabalhismo foi marcado por novos temas como as reformas de base que, como se dizia: “seriam feitas ‘na lei ou na marra’” (GOMES, 1996)

Estas propostas se consolidaram como agenda política do PTB logo após a renúncia de Jânio Quadros. Neste momento o PTB volta à presidência da República com a posse de João Goulart (situação marcada por uma profunda crise política). Este foi o período que Darcy Ribeiro vincula-se efetivamente ao PTB. Darcy Ribeiro, enquanto político aproxima-se do PTB na década de 1950, sob o impacto do suicídio de Getúlio Vargas. No entanto, só passou a exercer efetivamente cargo político pelo partido, em 1962, quando assumiu o ministério da educação e cultura do governo João Goulart no gabinete de Hermes Lima, entre 18.09.1962 até 24.01.1963.

Antes destes cargos Darcy Ribeiro foi diretor de um instituto de pesquisa em Educação – CBPE – ao lado de Anísio Teixeira, órgão vinculado ao ministério da educação, amplamente tomado pelas idéias sobre educação do manifesto da ‘Escola Nova’, remanescente da política varguista. Em consequência disto, foi convidado a participar da construção da UnB.

Darcy Ribeiro, portanto, foi se destacando no campo da educação a partir de seu trabalho com Anísio Teixeira. Sua participação na fundação da UNB e suas discussões na mídia a partir da polêmica com Carlos Lacerda em virtude da LDB de 1961 (documento pelo qual defendia a escola pública em detrimento da privada, controvérsia que lhe rendeu um processo judicial) somam-se como outros fatores de destaque concernentes a projeção política de Darcy Ribeiro.

Todo este debate e participação em questões da educação acabaram fazendo com que logo Darcy Ribeiro chegasse ao posto de ministro da educação de João Goulart, conforme demonstrou Mattos (2007). Contudo, havia uma ligação pessoal de Darcy Ribeiro com Hermes Lima, um dos chefes dos ministérios durante o período que João Goulart governou sob o regime parlamentarista, a respeito disto, Mattos afirma que:

A nomeação de Darcy para o Ministério da Educação e Cultura explica-se, em parte, pela projeção alcançada no trabalho de estruturação da UnB. (...) A ligação de Darcy com Hermes Lima não era nova. Ambos, amigos, ao lado

de Anísio, entre outros intelectuais, eram membros da Fundação Universidade de Brasília, criada, como vimos, por decreto assinado por Jango em dezembro de 1961. Também faziam parte do Conselho Federal de Educação. (MATTOS, 2007, p.182)

Afora esta ligação com Hermes Lima apontada por Mattos, em entrevista¹⁸ ao CPDOC (relativa a um projeto sobre a história da ciência brasileira) Darcy Ribeiro antecipa sua ligação ao alto escalão do governo ao ter trabalhado ao lado de Ciro dos Anjos como redator dos discursos do presidente Juscelino Kubitschek. Este cargo foi consequência também de sua exposição na mídia, a princípio, contra a construção de Brasília. Seu contato com o presidente deveu-se a Vitor Nunes Leal professor e colega de Darcy Ribeiro na Universidade do Brasil, onde Darcy Ribeiro foi professor de etnologia nos anos 50. Darcy Ribeiro explica estes fatos como:

Eminelidades no meio. As eminelidades são o Chefe da Casa Civil do Juscelino, o Vitor Nunes Leal, que era da Faculdade de Filosofia, onde era professor, então, de Etnologia. E era mineiro. Tem importância ser mineiro, no caso. Era importante, porque era meu colega na Faculdade de Filosofia e meu amigo. E o Subchefe da Casa Civil para Cultura e Educação, o Ciro dos Anjos, que é da minha cidade. (RIBEIRO, 1978, p.17)

Este período de aproximação de Darcy Ribeiro com o trabalhismo, quando Darcy Ribeiro assume cargos no governo João Goulart, foi marcado por uma cultura política nacionalista. Neves (2007) mostrou que o nacionalismo constituiu-se como um substrato do tempo na política e cultura brasileira entre os anos de 1945 e 1964. Este período que foi marcado por debates em torno do nacionalismo é central, pois foram nestes debates que se gestaram as idéias nacionalistas associadas às práticas políticas e onde se começa a forjar a experiência política de Darcy Ribeiro no trabalhismo.

O nacionalismo associou-se diferentemente nas ideologias dos partidos políticos entre 45-64. Este período republicano democrático, que teve seu encerramento no governo de João Goulart, acompanhou a ordem política e econômica mundial que se orientou pela divisão ideológica da Guerra Fria e um projeto político de crescente ascensão do intervencionismo no que diz respeito à economia.

A defesa de uma política intervencionista, resultado de um compasso histórico entre política e economia no Brasil, marcou o processo de substituição das importações a partir do modelo varguista e não tardou a assumir perspectivas de desenvolvimento diferentemente orientadas por partidos antagônicos em torno de uma cultura política

¹⁸ RIBEIRO, Darcy. *Darcy Ribeiro (depoimento, 1978)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 61 p.

nacionalista. É nesse sentido que os programas do PTB, PSD, UDN e PCB seguiram caminhos ideológicos distintos e mobilizaram cada qual um discurso nacionalista.

Assim o nacionalismo em suas diferentes vertentes apresentou-se a partir dos anos 50 como um espectro ideológico que pode ser analisado quanto a sua aproximação/distanciamento da crítica ao liberalismo. Neste contexto certo nacionalismo, de corte trabalhista, “pagou pela briga”, pois, em virtude da sombra do modelo getulista que o acompanhava, o trabalhismo passou a enfrentar dois adversários: os democratas e os liberais.

Seriam essas as principais correntes críticas da tradição getulista que mobilizavam um discurso nacionalista contra o protecionismo econômico defendido em nome dos interesses da nação, conforme o discurso desenvolvimentista do trabalhismo a que Darcy Ribeiro se filiou. As correntes críticas do nacionalismo de corte trabalhista faziam crítica a este modelo de desenvolvimento alegando que os mesmos confundiam soberania política com soberania econômica.

Há de se fazer a distinção entre liberalismo político e econômico, pois as disputas políticas contra o varguismo e que atingiram o janguismo posteriormente, oscilavam entre estes dois pólos, culminando na maximização de uma polarização negativa para os dois campos, tanto no contexto do suicídio de Vargas, quanto na deposição de João Goulart.

Segundo Neves (2007, p.359), a concepção nacionalista era hegemônica em inúmeras organizações da sociedade brasileira entre o período dos anos 50 e 60, período em que Darcy Ribeiro, como já apresentado, se aproximou do trabalhismo. A autora afirma a relação deste nacionalismo com a existência de propostas reformistas (agrária, urbana, fiscal, tributária e educacional) preconizadas pelo governo de João Goulart (1961-1964) sob o rótulo das reformas de base. Comícios como o ocorrido na Estação Central do Brasil, foram expoentes do movimento em direção ao pólo mais radical da ideologia nacionalista em seu viés trabalhista.

Desta forma o nacionalismo radical expresso politicamente na ala dissidente do PTB, caracterizados por Ferreira (2007) de nacional-revolucionários (que trato como a junção da crítica ao liberalismo econômico em uma política ortodoxa defensora do getulismo) passou, a partir dos anos 50, a ser associado à iminência de uma revolução comunista, segundo o discurso da oposição. O trabalhismo que consolidou-se durante a república de 45-64 teve como oposição ao longo de todo este tempo a UDN. Como nos mostra (BENEVIDES, 1981, p. 86):

A partir de 1953, sobretudo com a nomeação de João Goulart para o Ministério do Trabalho, que vão se estreitar os vínculos entre a UDN e os militares, no combate ao getulismo e ao alegado comunismo. A atuação de Goulart – decidida por Getúlio como ponto de convergência com as classes populares – passa a ser alvo da crítica de militares e civis, que denunciavam intenções ‘sindicalistas’ e incentivo à ‘subversão social’.

A oposição – a UDN, principalmente, e nas vésperas do golpe o próprio PSD anteriormente aliado do PTB –, defendia um nacionalismo mais próximo de orientações internacionais e que produziu um discurso (no contexto da Guerra Fria) favorável à intervenção norte-americana para aquele período, alegando o risco do comunismo no Brasil. Este discurso mobilizou, sobretudo, por parte dos militares e pela UDN, o tema da denúncia de contaminação do nacionalismo radical de idéias comunistas e, por isso mesmo, antinacionalista, pois, estrangeiras. De tal modo que por baixo destes rótulos, houve um projeto político de reformas defendido pelo PTB, descrito por Neves, a partir de bandeiras como: “Controle das remessas de lucros, encampação e nacionalização de empresas estrangeiras, que atuavam em setores estratégicos da economia brasileira”. (NEVES, 2007, p.360).

Estas idéias políticas tinham como base a experiência de defesa da indústria nacional levada a cabo no Estado Novo e no Rio Grande do Sul nos anos 50. Governava o estado no período Leonel Brizola que foi o responsável pela dissidência interna no PTB em termos de radicalismo. A base deste nacionalismo estava presente no ideal positivista que alicerçava a prática política da tradição getulista, de quem Leonel Brizola se fez herdeiro, sob bases de uma tradição consolidada no sul do Brasil a partir do castilhismo, como afirma Bosi (1992).

Qualificava este discurso nacionalista radical, principalmente, a experiência de encampação de empresas. Este discurso não assumia a forma de uma xenofobia radical de contornos raciais, mas tinha como mote questões econômicas. Estas se balizavam a partir da defesa dos interesses do bem comum, alegando que a iniciativa privada nas mãos de interesses estrangeiros não dava conta de prestar serviços essenciais à sociedade de maneira efetiva, como se esperava das empresas de transporte, por exemplo.

O importante aqui é assinalar com Neves (2007) que o nacionalismo constituiu: “um substrato do tempo”, uma vez que foram internalizados e defendidos por parte expressiva da população brasileira a partir dos anos 50, a despeito das nuances do

significado da ideologia para cada segmento da sociedade. Segundo a autora, o nacionalismo estava representado em organizações civis bem como no parlamento. No caso de Darcy Ribeiro podemos posicioná-lo no nacionalismo mais moderado, uma variação dos reformistas dentro dos tantos ministérios de João Goulart que não apoiou diretamente a luta armada em torno das reformas de base. Darcy Ribeiro só aderiu à posição de reformas ‘na marra’ quando o próprio presidente resolveu apelar ao apoio popular percebendo seu governo ruir pela perda gradual de apoio no parlamento às propostas de reformas, logo retrocedendo a posição moderada, na iminência do golpe de 64.

Portanto, é de se ressaltar que, o nacionalismo neste período, pode ser expresso em uma de suas vertentes ao considerar a peculiaridade do processo de industrialização brasileira levado a cabo na ausência de uma burguesia constituída e organizada que fosse capaz de traçar e possuir recursos suficientes para viabilizar um projeto de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Esta experiência histórica se expressa no discurso de defesa do estado como interventor das questões econômicas e pela política protecionista no que diz respeito às relações internacionais. A figura lendária que aponta este caminho de desenvolvimento no pensamento político e social brasileiro é Roberto Simonsen. Em seu primeiro ensaio sobre História Econômica do Brasil (1937) é recorrente a denúncia da ausência de uma articulação própria e coesa dos setores industriais apontando para a necessidade da intervenção do estado via planejamento do processo de industrialização.¹⁹

Quando essa perspectiva cristaliza-se efetivamente a partir das iniciativas do governo varguista e torna-se uma experiência histórica, ela assume o caráter de bandeira do trabalhismo e passa a engendrar um novo nacionalismo que irá esboçar-se a partir dos anos 50, principalmente, na campanha de criação da Petrobrás, como anteriormente mencionado. A defesa da nação passa a ser associada à criação de empresas públicas e iria alimentar a ideologia de uma administração mais eficaz e em favor do interesse de todos, baseada no fato de que, na história do processo de industrialização brasileiro, o estado, através da implantação das indústrias de base necessárias ao projeto de modernização do Brasil, foi o responsável pelo processo que iniciou-se durante o governo varguista.

¹⁹ SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil (1500-1820)*. 8. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

Posteriormente com a mudança das oportunidades de investimentos, o modelo de substituição das importações começou a sofrer duras críticas.²⁰ Neste período a principal crítica deste nacionalismo foram sentido de que as novas indústrias instaladas a partir da abertura de capitais no governo Dutra e intensificada no governo de Juscelino Kubitschek (pelo que se trata na historiografia de 2ª expansão do industrialismo brasileiro) incorriam em um equívoco no que diz respeito à política de desenvolvimento ao não defender o intervencionismo.

A crítica ao desenvolvimento aliado ao capital estrangeiro tinha como base o argumento de que a causa do subdesenvolvimento era a presença do capital externo monopolista que aqui se estabeleceu mediante a implantação de indústrias de bens-de-consumo duráveis estrangeiras e a remessa de lucros que seriam desdobramento do estímulo inicial que representou o processo de industrialização brasileiro.

Decorre daí um fato a ser destacado acerca do nacionalismo: este deixa de ser percebido apenas da perspectiva de identificação do projeto de identidade nacional em termos de patriotismo, que configuraria um segundo tipo de nacionalismo, e passa a constituir-se como uma diretiva para o desenvolvimento industrial, como se a ideologia fosse tomada pela perspectiva crítica da teoria da “dependência” de Gunder Frank e Marini.

Esta crítica deixa de ser encaminhada apenas ao nível da dependência ao capital estrangeiro (1930-1945) ocorrida somente no sentido de crédito financeiro, passando a contentar a incidir na denúncia de um problema estrutural do processo de modernização no Brasil. A questão da relação de dependência, a remessa de lucros e a tese do desajuste estrutural no processo de industrialização (FURTADO, 1959) tornaram-se, pois, pressuposto de um nacionalismo mais radical e que se opunha diretamente à política de liberalização de fluxos dos capitais estrangeiros.

Em suma, a partir da mudança das condições históricas, ou seja, a consolidação do impulso industrializador ocorrido entre 37 e 60, aparece um novo nacionalismo que pode ser visto como uma reação política a este tipo de relação de dependência, neste sentido – econômica-estrutural. Este nacionalismo conjectural se materializou no saudosismo da primeira etapa de industrialização que se deu a partir do estado e de uma ideologia nacionalista que começava a ser forjada, mas que não passara de uma das

²⁰ Para maiores informações desta conjuntura consultar: CONCEIÇÃO TAVARES, Maria. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar. 1974.

etapas necessárias e possíveis do processo de organização do capitalismo brasileiro referentes a uma conjuntura favorável externa.²¹

Nas palavras de Simon Schwartzman (1979), uma parte do nacionalismo estava presente no projeto desenvolvimentista de superação do subdesenvolvimento e também estava expresso nos meios intelectuais e artísticos. Segundo caracterização de Neves:

O contingente clima de transformação e de mudança atingia também os movimentos culturais. A euforia renovadora traduziu-se pelo movimento da Bossa Nova na música, pelo vanguardismo no Cinema Novo, pela renovação temática e estética que caracterizou os grupos teatrais Arena e Oficina. Também foi marcado pela ousadia arquitetônica de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. (NEVES, 2007, p. 363)

Como já demonstrado, este nacionalismo repercutiu na esfera cultural e artística. Na cultura, surge a perspectiva de um intelectual “completo” aquele engajado, vinculado à consciência do processo de alienação da riqueza nacional e de denúncia da pobreza. É a partir desse nacionalismo que Darcy Ribeiro orientará suas principais idéias e sua atividade política nos anos posteriores. Em meio a essas idéias, o início dos anos 60 foi marcado por grandes crises política e econômica e teve como resultado a deposição de João Goulart em 1964 pelos militares.

Pelo caráter de uma cultura política ser formada por várias perspectivas, no caso da tradição política do trabalhismo, este nacionalismo foi entendido a partir de teorias de desenvolvimento no contexto da Guerra Fria, sendo um dos muitos aspectos que se misturaram a tradição política do trabalhismo, mas chamo atenção para o papel fundamental que o nacionalismo desempenha nesta tradição.

²¹ Todavia, seria produtivo aqui diferenciar a bandeira do nacionalismo radical referido como desdobramento de um tipo de nacionalismo tradicional e que também sustenta uma das bases da política de Darcy Ribeiro no debate da identidade nacional, consoante ao processo de formação da nação. Não obstante, este nacionalismo vinculado à questão da identidade nacional também seja parte integrante do novo nacionalismo da década de 50, caracterizado não somente na cultura, mas nos aspectos econômicos. Este nacionalismo não foi tão presente no projeto dos defensores do processo de industrialização aberto ao capital estrangeiro. Seria este um segundo tipo de nacionalismo ligado à questão da formação da nação. Com efeito, poder-se-ia referir a estas duas correntes como críticas a dois temas principais separadamente naquela conjuntura: o imperialismo e o anticomunismo. Nesse sentido, o primeiro tipo de nacionalismo tem a denúncia do imperialismo como resposta para o problema fundamental de explicar o atraso histórico do Brasil. O nacionalismo patriótico e anticomunista, por sua vez, partia da crítica de projetos radicais e da denúncia de contaminação das idéias por parte do comunismo soviético, principalmente no seio dos clubes militares. Neste caso, não houve nada de contraditório na postura de parte do Exército; que se colocaria sob o rótulo de um nacionalismo “racional” em defesa da Amazônia, da soberania nacional e da legalidade, mobilizar a ideologia nacionalista. Contudo, não é esse nacionalismo que nos interessa, ao contrário, nos interessa, tão somente, o outro, mergulhado em uma crítica do processo da divisão internacional do trabalho presente na crítica darcyniana e fundamento de seu discurso político.

Deste debate surge a aproximação do trabalhismo e de seu programa político de reformas a uma perspectiva política radical. Seria este o caso do apoio do PCB à causa do PTB e que geraria uma grande controvérsia na vida política do PTB, levando a sua queda do cenário político brasileiro a partir do golpe militar.

Durante o fim do governo João Goulart houve a aproximação do trabalhismo do PTB (que reclamava a identidade socialista) com o que foi tratado pelos militares com o comunismo²². Esta relação, no caso do Brasil, se deu pela aliança política de uma esquerda radical trabalhista, encabeçada principalmente por Leonel Brizola e o Grupo dos Onze, na defesa de um caminho revolucionário para as propostas do governo das ‘reformas de base’ (por exemplo, a proposta de fechamento do Congresso Nacional para viabilizar a aprovação destas) como defendido também pelos comunistas. Este caminho levou a uma aliança política apenas pontual, pois estes partidos defendiam interesses comuns como a nacionalização das empresas e a luta pela reforma agrária, e não uma aliança entre as doutrinas políticas, cada qual seguia sua particularidade.

No entanto, esta aliança teve como efeito o fato de parte da sociedade brasileira apoiar os militares na deposição de João Goulart e associar o trabalhismo ao discurso de ameaça de uma revolução comunista. Alguns acontecimentos deram ensejo a novas desconfianças como a aproximação deduzida de João Goulart e o PCB a partir do apoio de Luís Carlos Prestes às reformas de base, bem como, a presença de João Goulart na China um pouco antes de iniciar seu mandato. (SKIDMORE, 1982, p. 257)

Na prática, embora isto consubstanciasse uma aliança política, como afirmado, o projeto de ambos apenas concordava na crítica ao modelo liberal, discordavam dos objetivos finais e o modo de superação do capitalismo via perspectivas diferentes de socialismo. O trabalhismo defendia diretamente a propriedade privada, contanto que estivesse voltada ao capital nacional e não ao estrangeiro. Darcy Ribeiro afirma a este respeito que:

(...) Essa era a visão de Jango, expressa quando ele se permitiu falar de socialismo e revolução, proposta objetivamente em sua última mensagem

²²Berstein (1991, p. 96) aponta que para o caso francês, dentro dos partidos de ideologia aberta, é possível perceber um conjunto de famílias políticas que o autor exemplifica como a democracia-cristã, o socialismo-democrático, claramente diferente do comunismo, entre outras, mostrando que a crítica de partidos liberais tende a aproximar o socialismo do comunismo.

presidencial como o "caminho brasileiro" para a revolução social. Foi com essa visão de mundo e do Brasil que eu assumi a chefia da Casa Civil para administrar o governo e coordenar a campanha pelas Reformas de Base. Conseguimos desencadear o mais amplo e profundo movimento reformista da história brasileira, atraindo para ele quase todas as esquerdas não radicais e toda a intelectualidade brasileira. Sem um golpe militar articulado em Washington, realizado pelos militares mais reacionários e pelos três governadores hostis, teríamos alcançado as reformas que viabilizariam o Brasil. Elas aí estão como tarefa do futuro. (RIBEIRO, 1994c, p.34)

Se mencionarmos, ainda, o contexto da Guerra Fria e o acirramento desta a partir da guerra na Coreia (1950-1953), o apoio recebido por parte do PCB com suas diretrizes orientadas de Moscou ao nacionalismo radical (expresso por alas dissidentes do PTB), torna-se compreensível a denúncia dos militares quanto à aproximação entre o janguismo e o comunismo internacional. A denúncia interessada ideologicamente por parte dos militares teve o efeito de produzir uma sensação de “catástrofe iminente” o que justificaria, segundo esta leitura, o próprio golpe. Contudo, como nos mostra Ferreira, o projeto de Goulart:

Não era o de rompimento com o capitalismo, mas de compromissos entre empresários e trabalhadores, que permitissem a ampliação do mercado interno, a lucratividade das empresas e a distribuição da renda, tendo o nacionalismo como matriz de desenvolvimento econômico e social. (FERREIRA, 2007, p.517)

A internacionalização da revolução propagada pelo PCB era um fim, mesmo que sob bases de uma crítica à divisão internacional do trabalho, aliada a um projeto de desenvolvimento que creditava a necessidade da ‘Revolução Burguesa’, representada pelos interesses trabalhistas, como apenas mais uma etapa necessária para o advento “natural” do socialismo. Por isso o apoio do PCB ao governo de João Goulart, não obstante, não se deva considerar o PCB como expressando idéias únicas. Estas perspectivas confluem também com relação à defesa da formação de um mercado interno e das indústrias nacionais logradas pelas teorias desenvolvidas posteriormente sobre a “dependência”, como as de institutos de pesquisas como o ISEB e a Cepal, através do nacional-desenvolvimentismo.

Pode-se concluir, então, que esta ambigüidade é uma marca da ideologia trabalhista se a entendermos nas suas mais variadas historicidades. Criticada desde o ponto de vista liberal, em tempos anteriores pelos democratas, no caso da experiência histórica brasileira ela se apresentou sobre fogo cruzado em dois momentos da vida

política do país: tanto durante a experiência autoritária do Estado Novo, quanto na democrática, pois, também presente na república de 45-64. Como se ver-se-á, posteriormente, ela esteve diante de um desafio ainda maior com o retorno da democracia na década de 1980 por fissuras no próprio trabalhismo.

Sobre o trabalhismo em sua versão mais autoritária, a título de ilustração, Grijó (2007) afirma sobre um de seus principais teóricos – Alberto Pasqualini – que este percebia a inserção de seu partido (PTB) no espectro da divisão político-ideológica corrente nos anos 50, da seguinte maneira:

Se por socialismo, se entender a socialização dos meios de produção, não somos socialistas; se se entender, simplesmente, uma crescente extensão da solidariedade social e uma crescente participação de todos nos benefícios da civilização e da cultura, então somos socialistas. (PASQUALINI, 1994 apud GRIJÓ, 2007, p.95).

Pode-se perceber a partir desta citação, parte das idéias socialistas que fundamentaram os trabalhistas de primeira geração. Estes reivindicavam o extremo oposto da perspectiva mais revolucionária e tendente à esquerda (como discutido anteriormente). Tratava-se da defesa de uma via não revolucionária. A doutrina de Pasqualini se aproximava de um capitalismo mais social, que combatia os excessos do individualismo, no sentido de uma maior humanização do mesmo. Tal concepção sofreu influência da doutrina católica do comunismo social, resposta de Leão XII e Pio XI, disseminada pela Companhia de Jesus no Sul, região de origem do teórico e de forte influência no caso de Pasqualini, como nos mostra Grijó (2007). Observa-se como o sentido de “justiça social” de ordem e paz entre os grupos era amalgamado a partir da noção da vontade divina. Tal perspectiva teve também uma linha direitista sob o “laço da disciplina”. Buscava-se através desta, diferir em termos de justificação e meios. Tratava-se, portanto, de uma diretriz menos concessiva, com objetivo de conter melhor possíveis mudanças e que assumia caráter mais conservador. Conseqüentemente, esse conservadorismo teve menor diálogo com os anseios que surgiram na sociedade brasileira de acordo com o avanço do processo de industrialização. Este movimento teve como resultado as reivindicações de classe e o projeto político do nacionalismo-radical se mostrou como um alternativa mais flexível; principalmente, com relação aos direitos

trabalhistas a partir dos anos 60. Desta maneira o ‘socialismo’ representado pelo PTB, a partir de um “capitalismo mais humanizado” possuiu diversas vertentes: mais direitista ou esquerdista; moderado ou radicalizado.

Na definição de Lucília de Almeida Neves (2003) o trabalhismo ao longo dos anos 45 até 64:

[...] elaborou um programa de reformas sociais e um projeto de cidadania bastante específico, no qual se mesclaram elementos da social democracia e do assistencialismo estatal. Embora diversificado e apropriado por organizações da sociedade civil, o trabalhismo orientou-se por um eixo, uma estrutura dorsal nacionalista, distributivista e desenvolvimentista, permitindo a constituição de um projeto para o país, marcado por forte solidariedade social. (NEVES apud FERREIRA, 2003, p.15).

Deste segundo tempo do trabalhismo com João Goulart, a qual Darcy Ribeiro esteve decididamente vinculado, deve-se ressaltar, portanto, além da continuidade do projeto nacional-desenvolvimentista e a defesa dos direitos dos trabalhadores, a questão da luta pela terra. Assim o tema da reforma agrária, seria discussão candente da política brasileira nos anos 60 e um dos estopins do golpe militar. Esta bandeira levantada pelo PTB foi responsável pelo distanciamento do PSD do PTB – articulação política que funcionara com Vargas – sendo esta separação uma das causas da crise governamental da política de João Goulart, que teve como um dos resultados a deposição do presidente (SANTOS, 1988).

A defesa do intervencionismo como prática política, centro da política econômica trabalhista fornece o núcleo estrutural de todas estas experiências. O intervencionismo permeia as crises recorrentes do modelo capitalista de produção e o nacionalismo aparece como uma das idéias de resposta a partir de um projeto de desenvolvimento orientado por uma perspectiva intervencionista, pano de fundo de todas as questões políticas levantadas acima.

Algumas definições de Daniel Aarão Reis acerca da relação entre intervencionismo e trabalhismo, por fim, me parecem apropriadas para entender o pensamento político trabalhista no período entre 1945 e 1964:

O trabalhismo se afirmou como uma corrente autônoma do movimento das classes trabalhadoras, estabelecendo uma tradição, nomeada de nacional -

estatismo. A derrota do projeto em 1964, no entanto, permitiu que a direita e a esquerda, em busca de bodes expiatórios, formulassem a imagem do populismo e seu colapso anos mais tarde. Com o esgotamento do regime militar, o trabalhismo ressurgiu em correntes diversas, a exemplo do PDT e do próprio PT, com a retomada do programa nacional estatista. "(AARÃO REIS, 2001, p.16).

Antes de constituírem-se a partir de um campo doutrinário próprio, no Brasil, as idéias trabalhistas aparecem como fruto de uma experiência histórica que vira projeto político como destaquei anteriormente. São idéias legatárias das instituições corporativistas do Estado Novo, democratizadas nas relações entre o Ministério do Trabalho e os sindicalistas com João Goulart e, posteriormente, redimensionados a partir da fundação do PDT, da refundação do PTB e do Partido dos Trabalhadores (PT). Portanto, a partir da década de 1980, estes partidos surgem com bases em experiências políticas totalmente diferentes. Estas novas formas de trabalhismo especificam o contexto da atividade legislativa de Darcy Ribeiro nos anos 90, objeto de estudo desta pesquisa. Destarte, da caracterização dos aspectos gerais do trabalhismo sobressai a pluralidade de experiências e programas envolvidos sob o rótulo trabalhista. Isto revela, ao mesmo tempo, a importância e o limite deste panorama. De tradição política de longa história e diversas postulações doutrinárias, o trabalhismo assumiu variados matizes. Resta agora entender a posição que Darcy Ribeiro assumirá neste panorama, considerando apenas a experiência política do PDT, situada no contexto dos anos 90.

Conforme demonstrado, nos anos 60, o nacionalismo radical teve grande peso nas idéias de Darcy Ribeiro, considerando, não obstante, sua proximidade da perspectiva mais moderada de João Goulart, quando apenas de última hora aderiu à proposta revolucionária e, quiçá, de luta armada como defendida por Leonel Brizola dentro do próprio PTB, como caminho para se fazer as 'reformas de base'. No entanto, apesar das diferenças entre os meios, o programa político das reformas unia os trabalhistas naquele período.

A partir da década de 1980 inicia-se um terceiro tempo do trabalhismo, que depois de 1979 sofreu outra transformação com o brizolismo. Esta mudança teve como amálgama a luta política pela democracia, que então se esboçava no plano político-institucional da sociedade brasileira como afirmou Gomes (2004). Com relação à

passagem do radicalismo vivido nas vésperas do golpe e o reposicionamento do trabalhismo na defesa das idéias democráticas, segundo ainda a autora:

Esse movimento do PTB e do trabalhismo para a “esquerda” teve episódios de grande disputa e radicalização, sendo interrompido pelo golpe civil e militar de 1964. Somente na década de 1980, após a anistia, em 1979, e com a volta de Leonel Brizola, anunciou-se um terceiro tempo da tradição trabalhista. Dessa feita, o trabalhismo encarnou-se no brizolismo, e a tradição, mais uma vez, transformou-se para se fortalecer e sobreviver. Nessa conjuntura, os temas da defesa dos direitos do trabalhador e do nacionalismo igualmente permaneceram patrimônio indiscutível que eram dessa tradição. Mas, ao lado deles, cresceram em importância tanto a questão da defesa da democracia, até porque minimizada em 1963-64, como a busca de uma definição para um socialismo brasileiro. Isso, de certa forma, pode ser entendido como uma nova tentativa de se realizarem as reformas de base, dessa feita na lei, e não mais na marra. (GOMES, 2004, p.8)

Dentre todas as discussões políticas sugeridas pela década de 1980, em âmbito nacional, como afirma Mota (1985, p.34), a questão sobre o regime político, ou seja, a passagem do regime militar para a reinstitucionalização da democracia no Brasil tomou o centro da discussão política ou seria o primeiro tema a sofrer mudanças substantivas. Este processo teve como elemento agregador a democracia, mesmo considerando outras discussões da sociedade acerca de problemas econômicos (como o caso da inflação e da dívida externa que assolou o país até meados da década de 1990, bem como também, a questão social). Como salientou Cardoso (1994, p.257), “Com todas as reservas quanto ao significado de tal transição, não há dúvida de que ocorreu uma mudança significativa no regime político brasileiro”. E nesta mudança, o PDT, além de participar dela, se nutriu na constituição de elementos para o seu patrimônio, no momento em que a democracia passou a compor um campo valorativo central de suas idéias políticas.

Ainda com relação à redemocratização e os que argumentam que o regime político em nada se alterou, Bresser-Pereira (1986) afirma durante as discussões à época que:

O processo de redemocratização ocorreu efetivamente. O fato de o novo presidente não ter sido eleito diretamente pelo povo é importante, mas não essencial. Os fatos são que nós tivemos eleições livres em 1986, a imprensa e a formação de partidos políticos são livres, o poder judiciário está trabalhando com independência, o Congresso acaba de redigir uma nova Constituição que foi livremente debatida e aprovada; uma constituição que não é um sonho, que é muito conservadora para a esquerda e muito progressista para a direita, mas que é de fato o melhor compromisso que a sociedade brasileira poderia produzir nos dias de hoje. Por todas essas razões, nós realmente temos um regime democrático no Brasil e uma nova constituição que, apesar das falhas que a ela atribuímos, é um fator positivo para a consolidação da democracia no Brasil. Eu sei muito bem que esta nova

democracia não trouxe nem desenvolvimento econômico nem justiça social para o País. Mas é importante não ampliar o conceito de democracia, incluindo nele todos os nossos objetivos. A democracia é um tipo de regime político, e não uma utopia. A democracia não é necessariamente o meio mais eficiente para o desenvolvimento econômico e a justiça social. (BRESSER-PEREIRA, 1986, s/p)

Esta mudança implicou novos atores na luta política a partir da conquista de eleições diretas, bem como uma nova estrutura partidária e reestruturação do jogo político nacional. É nesta esteira que se abre a possibilidade de retorno da tradição política trabalhista a partir da fundação do PDT.

Segundo Cardoso (2006), os atuais partidos políticos brasileiros nasceram da desagregação do regime autoritário formado a partir do golpe de 1964. O autor mostra ainda que as características das formações partidárias atuais são necessárias para o entendimento do jogo político e seu significado na vida política nacional. Nesse sentido, pode-se entender o PDT, dentro de um espectro dos partidos que estavam sendo fundados, como um partido também orientado pelo ideal democrático.

A década de 1980 foi marcada por um intenso processo de mobilização política, tanto por parte destes partidos, como do restante da sociedade civil no processo de reinstitucionalização da democracia brasileira. Foi também o período da fundação do PDT e de outros partidos como o “novo” PTB; o PMDB – importante partido na luta pela democracia, a despeito da derrota da emenda Dante de Oliveira (elegeu por eleição indireta o primeiro presidente civil após os cinco generais da ditadura, o mineiro Tancredo Neves) –; o PDS, partido governista, futuramente PPR, PPB e PP e o PT, fruto das lutas sindicalistas no ABC paulista, para ficar com os de maiores projeção.

É neste quadro de reestruturação partidária que ocorreu a fundação cerimonial do PDT. Ela se deu a partir da reunião de uma ala dos nacionais-revolucionários (Ferreira, 2003) do antigo PTB, ainda em 17 de junho de 1979, durante a assinatura de alguns trabalhistas de um documento político-ideológico conhecido como Carta de Lisboa. Este encontro marcou também a adesão de Leonel Brizola à Internacional Socialista, logo que beneficiado pela lei de Anistia. Foi neste período que se fez a aproximação de Darcy Ribeiro a Leonel Brizola ou sua adesão ao que seria posteriormente designado por brizolismo. Considerando que dentro da estrutura partidária do velho PTB, a posição mais radical de Leonel Brizola não concordava sempre com a de João Goulart, que era mais moderado, posição que Darcy Ribeiro seguia. Nas palavras de Darcy Ribeiro, sobre seu posicionamento no velho PTB, bem

como sobre a reorientação da tradição, nos anos oitenta, verifica-se a seguinte afirmação:

Eu não era do Brizola, eu era do Jango, e os dois grupos eram diferentes. E nós estávamos tentando fazer o que fosse possível fazer, legalmente, com gente como o Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto, o Brizola não acreditava nisso. Tinha o Grupo dos Onze. Mas no exílio nos encontramos. Depois eu vi uma coisa incrível: a Internacional Socialista. Você sabe. Foram da Internacional Socialista Fernando Henrique, Arraes, Waldir Pires, Gasparian, bom... Todo mundo. Ela nunca viu ninguém. Brizola chegou e ela viu. Esses cabrões se conhecem. Então, é incrível... Eu fui a Paris, você conhece Paris, e em Paris eu fiquei hospedado, porque estava com o Brizola, no Régine, e com tratamento de chefe de Estado. (RIBEIRO, 1995)

É sabido também que por muitos anos João Goulart e Leonel Brizola ficaram sem se falar em decorrência da opção do ex-presidente de não fazer resistência ao golpe militar, ponto de divergência entre os dois devido ao posicionamento moderado do primeiro e mais exaltado do segundo (com relação ao respeito das vias legais na busca de seus objetivos políticos). Contudo, João Goulart falece de ataque cardíaco em dezembro de 1976 e Darcy Ribeiro aproxima-se do grupo de Leonel Brizola.

A Carta de Lisboa foi marcada pelo fato de ter sido assinada por seus signatários fora do Brasil e, para um partido que tem o nacionalismo como uma de suas culturas políticas, este fato foi bastante representativo. Ainda mais porque a proibição em território nacional de um encontro de tal envergadura, com o objetivo de criação de um partido, vinha do regime militar, responsável pela deposição do mandato de um de seus maiores líderes (o presidente João Goulart) e de muitos de seus seguidores. Dos 126 signatários da Carta, Darcy Ribeiro foi o vigésimo nono a assinar o documento.

O partido só veio a ser reconhecido pelo TSE posteriormente, quando foi perdida a legenda do velho PTB para Ivete Vargas (legenda que disputava com Leonel Brizola por sua tradição política vinculada às experiências políticas de antigos filiados). Ivete Vargas venceu o processo no TSE contra Brizola com o apoio do ministro chefe da Casa-Civil do presidente João Batista Figueiredo – Golbery do Couto e Silva.

O PDT organizou-se dentro de um novo jogo político, configurado também por partidos novos com velhos projetos políticos, como no caso do PDS, ou ancorados em antigos quadros políticos. Para o trabalhismo do PDT, este via no resgate de uma tradição política e na especificidade das lutas da esquerda brasileira na conquista de direitos sociais, durante a década de 60, o mote de sua ação política. Por sua vez, outros partidos, no entanto, focaram-se em propostas novas e não imputavam seu projeto

diretamente de uma genealogia na política brasileira, apostando em quadros de novos políticos.

A experiência política da década anterior pela qual parte do PTB, principalmente o grupo responsável pela Frente de Mobilização Popular (coordenado por Leonel Brizola em defesa das propostas de 'Reforma de Base') foi responsável por taxativamente enquadrar o novo PDT como um partido de esquerda no novo cenário político que se esboçava. Considera-se este fato, pois, parte da esquerda foi caracterizada durante a década de 1960, como descrito por Cardoso (2006, p.48) pelo seu pendor revolucionário. Nesse sentido, afirma o autor: "Parte da oposição 'de esquerda' via por todo lado retrocesso não só político, mas econômico, e só uma saída: a revolucionária; se não com apelo às armas, pelo menos com força suficiente para lançar as bases do socialismo".

Embora o PDT continuasse fielmente ligado à doutrina do socialismo, caracterizado no caso de Darcy Ribeiro pelo socialismo moreno e à base nacionalista que lhe dava sustentação ideológica, o caminho revolucionário foi abandonado tendo como objetivo a ação política orientada pelo crédito e aposta nas instituições democráticas que iam nascendo, fazendo parte de novos desígnios políticos do partido. Não obstante, ainda se tratava de levar em conta as experiências políticas da década de 1960 na fundamentação do 'novo' trabalhismo, neste caso, a tradição getulista e janguista. A primeira inspirada no modelo econômico de substituição das importações, ou seja, adepta da participação do estado na economia como caminho de desenvolvimento. E a segunda, por sua ênfase nos direitos sociais e alargamento do projeto de cidadania entendido como continuidade da obra de Getúlio Vargas. Assim, neste cruzamento de projetos políticos do passado com futuro, no meio do jogo político instituído durante a Nova República, o PDT, entre os partidos trabalhistas, passou a ser referido a partir do termo 'trabalhismo histórico'

Foi a partir destas experiências políticas da tradição política trabalhista (das quais Darcy Ribeiro participou a partir dos anos 60) que sua atividade política será orientada novamente. Assim, pode-se concluir que o PDT fez de sua história um dos seus programas e armas políticas, ao contrário dos partidos emergentes como o PSDB e o PT, que viam na possibilidade do novo a confiança e o lugar de depósito de seus prestígios.

Destarte, como demonstra Trajano (2004), esta reorganização do trabalhismo por Brizola na estrutura partidária que seria montada na década de 1980 teve, dentro do

próprio PDT, uma intensa arena de debates acerca das bases ideológicas do partido. Esta discussão teve como um dos principais lócus institucionais o Jornal ‘Espaço Democrático’²³, onde várias lideranças ligadas ao partido discutiam temas como a democracia, o trabalhismo e o socialismo.

Darcy Ribeiro foi o responsável neste debate pelo apelo ao socialismo moreno que reunia um nacionalismo cultural baseado na idéia de um povo miscigenado que faria seu próprio curso na história orientado pelo caminho da justiça social; idéia lançada na campanha para as eleições estaduais de 1982 e que marcaria uma das constantes do PDT. Segundo caracterização de Trajano Santo-Sé, na definição do PDT, que tinha como amálgama o socialismo, se definiam diversas experiências políticas até mesmo díspares, conforme o autor:

O mote de confluência parecia fornecer um solo comum e aproximar trajetórias tão díspares entre si como as do trotkista Edmundo Muniz, do eurocomunista Pedro Celso Uchoa Cavalcante, do trabalhista histórico Doutel de Andrade, da ex-militante da ALN Moema São Thiago, do Cacique Juruna e do líder das Ligas Camponesas Francisco Julião. Isso para não mencionar os casos de Ademar de Barros Filho e do antigo udenista “bossa nova” José Carlos Guerra. O arco era, portanto, amplo e variado.’ (SENTO-SÉ, 2004, p.57)

O centro das idéias destes trabalhistas era, em tese, levar a sério a defesa das instituições de representatividade democrática sob base da experiência política do antigo PTB, pois, como destaca Trajano Sento-Sé:

Simultaneamente e também como parte do doloroso ajuste de contas com a experiência abortada pelo golpe militar, consolidou-se a percepção de que o radicalismo de certos setores da esquerda, do qual faziam parte Brizola e seus seguidores, aliado à negligência para com os dispositivos da chamada democracia formal, concorreu decisivamente para a imersão do País no autoritarismo e no arbítrio. Certamente, esses fatores contribuíram decisivamente para que se criasse uma forte tendência ao consenso em torno da preservação e consolidação das instituições democráticas. (SENTO-SÉ, 2004, p.59)

²³ Segundo Trajano Sento-Sé (2004, p. 58) o jornal ‘Espaço Democrático’ começou a circular no primeiro semestre de 1984, quando o governo Brizola completava um ano. Criado sob os auspícios do Instituto Alberto Pasqualini (órgão do PDT destinado a funcionar como centro de reflexão e formulação teórica do partido e de tratar de seu acervo documental, da produção de material à implementação de atividades ligadas à sua doutrina), o Espaço Democrático era um periódico de circulação semanal, com tiragem de três mil exemplares, disponível em algumas bancas de jornal ao preço, no ano de seu lançamento, de trezentos cruzeiros conforme afirma o autor.

Seria esta mesma discussão que marcaria o que Gomes também chamou atenção como a reconstrução de uma tradição democrática dentro do trabalhismo. Esta tradição foi observada pela autora, novamente, quando da cerimônia do funeral de Leonel Brizola em 2004. Àquela ocasião, o político foi lembrado como um bastião da democracia. Tratava-se, segundo a autora, de dar ênfase à luta de Leonel Brizola na ‘Campanha pela Legalidade’ ao defender a posse de João Goulart e na proteção da constitucionalidade durante a crise de 1961, quando da renúncia de Jânio Quadros. Essa “memória” deveria prevalecer em face aos caminhos revolucionários defendidos por Brizola, que conclamava, inclusive, a luta armada para a defesa das ‘Reformas de Base’. Ao destacar essa “memória” em torno da figura de Brizola destacava-se, também, elementos que se tornariam importantes para o partido que incorporava como símbolo a luta pela defesa dos ideais democráticos e constitucionais a partir dos anos 80. Conforme afirma Gomes:

Leonel Brizola, no momento de sua morte, foi alçado à categoria de um nome ligado às lutas pela democracia no Brasil. A meu juízo, portanto, a imagem mais recorrente e forte de sua presença política, a imagem que se escolheu fixar para ser especialmente lembrada, foi a do defensor da legalidade institucional, através do episódio de 1961, de luta pela posse do presidente João Goulart. Foi então que Brizola emergiu como uma figura de líder incontestado: corajoso e guardião dos valores democráticos. (GOMES, 2004, p.5)

Portanto, percebe-se a relação da formação do partido ligada a um contexto de revisão da traumática experiência do regime militar, do papel que as discussões sobre a democracia assumiram na sociedade, tanto quanto a formação de outros partidos políticos durante a década de 1980. Efetivamente, todas as idéias que conjugassem o socialismo, o nacionalismo, o trabalhismo e a democracia no PDT (representações do novo partido) eram balizadas pelo espectro do jogo democrático que ia se esboçando. Tal que, como conclui Trajano (2004, p.54): “No caso do novo trabalhismo, exatamente por estar se constituindo em torno da liderança de Brizola, a preocupação em firmar compromisso com a institucionalidade democrática foi bastante enfatizada”.

Seria este, portanto, o deslocamento dos trabalhistas com relação a sua experiência política na década de 1960 e o período de abertura que se deu a partir dos anos 80 e que moldou o quadro da atividade política de Darcy Ribeiro a partir de então.

Não obstante, como declarado por Darcy Ribeiro, este nunca, efetivamente, tenha feito parte da resistência radical defendida por Leonel Brizola

.***

Depois da fundação do PDT, Darcy Ribeiro participa das eleições estaduais na chapa vitoriosa de Leonel Brizola, como candidato a vice-governador para o governo do estado do Rio de Janeiro em 1982. Neste período foi o responsável pela criação de uma das bandeiras que caracterizará o ‘novo trabalhismo’: a idéia do socialismo moreno. Não obstante, segundo Simon (2003):

Já então Darcy pretendia concorrer para o senado, espaço apropriado para alguém que associava o ativismo político com o intelectual. Mas o programa de governo de Leonel Brizola, com o objetivo de atender as aspirações e necessidades das populações mais pobres e carentes, tinha como meta fundamental as crianças e a educação, missão destinada a Darcy Ribeiro. (SIMON, 2003, p.20)

Darcy Ribeiro tomou posse com Leonel Brizola como vice-governador do estado do Rio de Janeiro em 1983. Quando termina o mandato, Darcy Ribeiro candidata-se a governador nas eleições de 1986. Contudo, foi derrotado por Moreira Franco, candidato da oposição. Em 1988, Darcy Ribeiro então assume outro cargo no Executivo, desta vez a Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento Social no governo de Newton Cardoso (PMDB), no estado de Minas Gerais, com o intuito de aplicar o projeto levado a cabo pela experiência no governo carioca da construção dos CIEP's, desta vez em Minas Gerais.



(Darcy Ribeiro e Dionílio Moreira na Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais, Foto: acervo pessoal/1988)

Darcy Ribeiro, algum tempo depois pede exoneração do cargo de secretário de estado do governo de Newton Cardoso, para candidatar-se a senador da república nas eleições de 1990. Ganha a eleição sendo eleito pelo Rio de Janeiro para o Senado Federal com votação expressiva. Ressalta-se que pelo menos duas das lideranças mais importantes do partido – Leonel Brizola e Darcy Ribeiro – eram políticos que nasceram em estados diferentes de onde estabeleceram sua base política. No caso de Leonel Brizola, foi prefeito de Porto Alegre, governador do estado do Rio Grande do Sul (ainda na década de 1960), deputado federal pelo Rio de Janeiro, demonstrando, desde então, sua relação com a antiga capital federal. Darcy Ribeiro, mineiro, secretário de estado em Minas Gerais, com cargos no Executivo durante o governo João Goulart (já depois da mudança da capital), entretanto, também foi no Rio de Janeiro que foi eleito para senador e onde a base do PDT foi estabelecida²⁴.

Dentre muitos outros cargos políticos que teve ao longo de sua vida pública, o mandato senatorial foi o último cargo eletivo de Darcy Ribeiro. Há de se mencionar

²⁴ Trajano Santo-Sé (2005) explora esta questão em “O discurso brizolista e a cultura política carioca” chamando atenção para a capacidade do brizolismo de articular elementos da cultura política carioca ao projeto político defendido pelo trabalhismo.

que este mandato diz respeito ao único cargo de Darcy Ribeiro no Legislativo que, até então, sempre atuara no Executivo.

A atuação política no legislativo de um importante líder trabalhista atesta o equacionamento sofrido dessa tradição política aos moldes democráticos emergentes durante a década de 1980, o que demonstraria que os membros vinculados à tradição trabalhista apostavam na atuação política do Congresso Nacional. É por isso, dentre outras causas, que a maturidade da tradição trabalhista, pelo menos com relação à trajetória política de Darcy Ribeiro, teria uma de suas âncoras nesta atuação parlamentar na década de 1990, não apenas pelo desempenho do cargo político de Darcy Ribeiro em si, mas pelo que passou a significar para o partido o Congresso Nacional e os valores democráticos que a instituição representa.

O projeto dos CIEP's durante o governo do estado do Rio e na secretaria de Newton Cardoso (em torno da questão da educação) foi meta fundamental de Darcy Ribeiro em sua atuação política a partir dos anos 80, compromisso reafirmado por Darcy Ribeiro em sua entrevista ao programa Roda Viva no ano de 1991. Esta entrevista ocorreu antes do mesmo tomar posse no Senado Federal, quando afirma a importância do tema para sua atividade parlamentar. Naquele ano ainda, Darcy Ribeiro ausenta-se do Senado Federal, já no começo de sua legislatura, (entre agosto de 1991 e fevereiro de 1992, mês em que se iniciam as atividades da Casa), para participar do governo de Leonel Brizola (eleito novamente governador pelo estado do Rio de Janeiro para um mandato entre os anos de 1990 a 1994). Darcy Ribeiro foi compor a equipe do governo de Leonel Brizola na tarefa de dar prosseguimento ao projeto do CIEP's, programa iniciado durante o governo de 1982-1986. Afirma o senador, respondendo à entrevista sobre sua posse quando questionado sobre o assunto:

Pretendo ir ao Senado, sim. Quem recebeu mais de 3 milhões de votos tem uma obrigação a cumprir com seus eleitores. Você sabe que, [se] meus eleitores fizessem uma fila, de mãos dadas um com o outro, que daria para ir a Brasília, ida e volta. Com tanta gente que votou em mim, como é que eu posso deixá-los? O Brizola tem insistido que isso seria desejável. Ele acha que seria melhor se eu adiasse a minha posse por alguns anos para ajudá-lo. Eu quero ajudá-lo, mas eu quero ser senador também. Minha luta é tentar convencer o Brizola de que eu posso conciliar as duas coisas. Veja você, tem senador que tem banco, tem senador que tem fazenda, tem senador que tem indústria, eu não tenho nada. A minha indústria é a pátria brasileira e a patrinha, que é o Rio de Janeiro, especialmente a educação do Rio de Janeiro. Eu vou ter tempo como senador, o tempo que os senadores têm para tratar de seus interesses pecuniários e outros. Eu vou ter tempo para tratar das minhas paixões, que é a minha patrinha, o Rio de Janeiro e é a educação. O programa do Brizola é a coisa mais bonita que o Brasil já viu. (RIBEIRO, 1991e, s/p)

O período da legislatura de Darcy Ribeiro – quadragésima nona e quinquagésima –, portanto, foi precedido pelo mandato presidencial de José Sarney que, como caracterizado por Limongi (2009): “assumiu o poder por acaso e governou – apenas parcialmente – sob as regras impostas pela Constituição de 1988”; e correspondeu aos de Fernando Collor que “pertencia a um partido pequeno e sofreu *impeachment* pelo Congresso, com base em acusações de corrupção; Franco assumiu o poder como resultado da renúncia de Collor e não era filiado a nenhum partido; e Cardoso foi eleito na esteira de seu sucesso na estabilização da economia como Ministro da Fazenda de Franco”.

O cargo de Darcy Ribeiro na 50ª legislatura foi efetivamente levado a cabo por seu segundo-suplente, senador Abdias do Nascimento²⁵ que tomou posse em 25/02/1997, concluindo a legislatura em 31/01/1999; o suplente assumiu o cargo após o falecimento de Darcy Ribeiro no meio de seu mandato. Nesses derradeiros anos de 1995 e 1996 o maior projeto de lei de Darcy Ribeiro foi aprovado, no primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Tratar-se-ia da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – que levou o seu nome.

Durante a legislatura de Darcy Ribeiro alguns fatos marcaram a conjuntura mundial. O início da década de 1990 teve grandes acontecimentos como a queda do Muro de Berlim (1989) finalizando a Guerra Fria e fora responsável por grandes mudanças no cenário político mundial. Este momento coincide com a posse de Darcy Ribeiro e com a conjuntura interna de consolidação da democracia. Estes fatos deram início à discussão sobre a reordenação da estrutura produtiva mundial, que os críticos apontavam como o fenômeno de mundialização do capital ou, posteriormente, designado como globalização.

Estas mudanças marcaram as ideologias políticas do pós-guerra, influenciadas pelo keynesianismo, (defesa do estado como capacitador dos investimentos e como guardião dos direitos sociais) que começaram a sofrer críticas, mas ainda eram idéias

²⁵ Abdias do Nascimento concorre ao lado de mais 237 candidaturas ao Prêmio Nobel da Paz no ano de 2010. Nascido em 1914, em Franca, interior paulista, teve sua trajetória política sustentada na luta contra a discriminação racial no Brasil, atuou na unificação do movimento negro no país em 1978, tendo o mesmo sido fundador do Teatro Experimental do Negro.

que serviam de inspiração política para grande parte dos trabalhistas, como perspectiva de desenvolvimento. Como afirma Belluzo:

O ‘desenvolvimentismo’, enquanto projeto ideológico e prática política nos países de periferia, nasceu nos anos 30, no mesmo berço que produziu o keynesianismo nos países centrais. Uma reação contra as misérias e as desgraças produzidas pelo capitalismo dos anos 20. A onda desenvolvimentista e a experiência keynesiana tiveram seu apogeu nas três décadas que sucederam o fim da Segunda Guerra. O ambiente político e social estava saturado da idéia de que era possível adotar estratégias nacionais e intencionais de crescimento, industrialização e avanço social. Para desagrado dos monetaristas e conexos, as políticas monetárias e de créditos de então tinham objetivos nacionais, ou seja, estavam relacionadas com o desempenho da economia e das empresas localizadas no país. (BELLUZO, 2004, p.38)

Contraposto a este modelo, desde a crise dos anos 70, a perspectiva liberal, tomou frente na discussão (TAVARES, 1972). Este período foi caracterizado pela autora de capitalismo financeiro e teve como uma de suas bases ideológicas o que ficaria designado posteriormente como terceira via. Ou seja, uma ideologia política crítica do modelo de gestão do estado anterior. Esta ideologia tinha como orientação diminuir o papel do estado e ampliar os espaços de representação política da sociedade, enfatizando outras vias de participação política e a iniciativa privada. Este modelo político teve como centro os governos de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, respectivamente, na Inglaterra e nos Estados Unidos. Fato é que, no Brasil, após a redemocratização (a partir da primeira eleição direta pela qual Fernando Collor de Mello tomou posse em 1990) surgiram, novamente, os temas econômicos no debate político nacional e esta perspectiva começou a influenciar os rumos do governo. A partir de 1989, esta discussão passou, sobretudo, a contemplar o problema da inflação. É neste contexto que se insere a legislatura de Darcy Ribeiro.

Com relação ao cenário interno, a década de 1990, no Brasil, foi marcada pela superação da crise econômica que assolou a década anterior diante dos grandes níveis de inflação, mudando, destarte, o tema político da democracia, tão premente nos anos 80, para a questão do desenvolvimento nos anos 90. Alguns fatos marcaram notadamente a crise financeira do estado brasileiro anteriormente, tais como: a moratória decretada em 1987, a constante troca de ministros da fazenda, os sucessivos planos econômicos e trocas de moeda durante aquele período.²⁶

²⁶ Planos Cruzado de Dílson Funaro no ano de 1986, Plano Bresser de 1987 de Luiz Carlos Bresser Pereira sucedido por Maílson Nóbrega e o Plano Verão de 1989 durante a década de 80. Sucedidos no

Há um grande problema na caracterização do período, pois, neste caso, considerar a marca da década de 1990 no Brasil a criação do Plano Real e o controle da inflação, faz com que se deixe de perceber que, no calor dos acontecimentos, não estava delineado um quadro objetivamente concebido. Pairava a dúvida sobre se a opção por negociações com as medidas propostas pelo FMI, entendidas como liberalizantes, por exemplo, seria realmente a solução para o problema econômico. A opção por um modelo liberal foi resultado de processos complexos e não estava definida na mente dos atores políticos que vivenciavam aquele período, nem mesmo da de seus idealizadores (como se constata nos testemunhos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso²⁷ sobre o plano). Como narra o próprio ex-presidente, nem mesmo o FMI, a princípio, deu apoio incondicional às medidas propostas quando era Ministro da Fazenda: “Foi preciso apresentar resultados para se firmar um apoio efetivo” (CARDOSO, 2006, p.99). Assim que, efetivamente, para a caracterização dos projetos disponíveis; um mais nacionalista, pautado no modelo dos anos 60, e outro mais liberal, com relação à gestão da economia, o que se deve acompanhar é que, a partir de uma ação pontual e pragmática como o controle da inflação, um projeto saiu vitorioso.

Deste modo os resultados e os projetos adotados não foram, diretamente, somente conseqüências do interesse dos credores em receber os dividendos e a preocupação dos mesmos em orientar os países em desenvolvimento para capacitá-los a gerar divisas para o cumprimento de seus compromissos. Percebe-se, pois, que são arranjos políticos de diversas parcelas da sociedade, empresários, trabalhadores,

Governo Collor, sendo ministros da fazenda Zélia Cardoso de Mello e Marcílio Marques Moreira com o Plano Collor I de 1990 e Plano Collor II de 1991. Finalmente, durante o Governo Itamar Franco quando a inflação foi controlada, Gustavo Krause, Eliseu Resende, Paulo Roberto Haddad e, por fim, o Plano Real de Fernando Henrique Cardoso.

²⁷ Afirmou o Ministro da Fazenda e futuro presidente Fernando Henrique Cardoso na ocasião da reforma monetária responsável pelo controle da inflação: “Nas várias frentes e etapas, atuei para que as incertezas e temores de toda ordem, que muitas vezes eu mesmo compartilhava, e os obstáculos de toda natureza, que freqüentemente pareceram intransponíveis, não bloqueassem o caminho do processo de estabilização. Busquei exercer a arte da política, que consiste justamente em criar condições para que se possa realizar um objetivo para o qual as condições não estão dadas de antemão. Por isso a política é uma arte e não uma técnica. E sua arma principal na democracia é a persuasão. Graças à persuasão, ao convencimento da sociedade, em que me empenhei obsessivamente, acabou sendo possível formar os consensos mínimos onde eles eram presumivelmente mais difíceis e certamente mais necessários: dentro do governo, no Congresso, com os partidos, ou seja, entre os agentes que tomam as decisões políticas ou impedem que elas sejam tomadas. Não sendo economista, minha ação se animava pela intuição política e pelos valores da minha formação democrática. Em meio a muitas dúvidas, abrigava só uma e fundamental certeza, de que só um programa que pudesse ser explicado e compreendido pelas pessoas seria capaz de derrubar a inflação de forma duradoura e colocar em marcha a reorganização do Estado brasileiro”. (CARDOSO, 2006, p. 93)

governo, e todos os setores de produção que se arranjaram em blocos na busca de seus interesses e pelo quadro de valores que orientavam suas ações.

Por outro lado, o programa de desenvolvimento defendido pelos nacionalistas, representado pelos interesses partidários do PDT, fazia crítica ao modelo de liberalização, considerando a pergunta se seria salutar o reingresso no mercado externo com a positividade do aumento da capacidade de investimento no Brasil (às custas das medidas sugeridas pelas fundações de crédito externas). Percebe-se, então, a pluralidade dos acordos políticos contingencialmente orientados. Sendo o liberalismo, o projeto de desenvolvimento vitorioso, naquele período, resultado de disputa de múltiplos interesses no jogo político democrático constituído. Conclui-se que foi durante o início dos anos 90, período da legislatura de Darcy Ribeiro, que o caminho de abertura da economia começa a ser seguido tendo como resultado final a posse como presidente, do ex-ministro da fazenda de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, importante ator político na definição e consolidação destes novos rumos.

Nesse sentido, o trabalhismo foi perdendo espaço aos poucos, na medida em que seu projeto político foi sendo vencido. Este processo teve seu ápice com a chegada do PSDB ao poder. Esta conjuntura de crise econômica e as opções tomadas por diferentes governos e seus desdobramentos nortearam o período de Darcy Ribeiro como senador.

Procedeu-se a uma caracterização geral dos tempos do trabalhismo conforme Ângela de Castro Gomes e alguns outros autores, tendo como objetivo situar Darcy Ribeiro nesta tradição política, dando ênfase às suas peculiaridades e ao projeto que ensejou a experiência do mesmo e que se atualizará na década de 1990.

Observou-se, portanto, através deste breve panorama do trabalhismo, validada a hipótese de Gomes que há três tempos no interior dessa cultura política, marcados pelo getulismo, pelo janguismo e pelo brizolismo. Também foi possível afirmar que a tradição, portanto, atravessou gerações, nas quais Darcy Ribeiro inseriu-se, sendo na segunda ator político importante e na terceira um dos responsáveis por sua reelaboração.

As propostas políticas sempre são renovadas e não apareceram como projetos políticos sem uma relação com o que é discutido na sociedade. Dentro desta multiplicidade de perspectivas que oferecem as múltiplas culturas políticas é que se delinea o jogo político. No caso do Brasil, para o trabalhismo e sua história, há fios

condutores que permitem a análise desta tradição política e que permitem observar sua importância na política brasileira. Trata-se das discussões apresentadas em torno do nacionalismo e da defesa dos direitos dos trabalhadores em sua primeira fase; a proposta de ampliação da cidadania a partir da extensão destes direitos aos trabalhadores rurais durante o segundo período – responsável pela discussão sobre a reforma agrária aparecendo como um novo tema dentro da proposta de reformas de base –; e, por último, o retorno da ênfase democrática do partido.

Mas é na década de 1990, acompanhando o processo de estabilização econômica, o tempo de outros temas novos e são esses que se busca investigar nos capítulos a seguir a partir da atividade parlamentar de Darcy Ribeiro. Buscando evidenciar o processo de atualização do trabalhismo brasileiro em seu terceiro tempo.

Capítulo II

A nova cultura política trabalhista dos anos de 1990: o debate sobre reforma do estado e o desenvolvimento a partir de Darcy Ribeiro

Nem o passado é previsível. (Pedro Malan)

Como anteriormente destacado, a década de 1980 encerrou-se com uma grave crise econômica, devido aos insucessos de planos de contenção da inflação – o que colocou, para a década de 1990, a estabilização financeira como questão política de primeira ordem. Ainda nessa mesma década, os atores políticos teriam de responder às pressões das instituições financeiras estrangeiras para o pagamento da dívida externa. Além disso, a década de 1980 encerrou-se com a primeira eleição direta para presidente e a promulgação da “Constituição Cidadã”, em 1988, abrindo espaço para o debate político com relação à estabilização econômica.

Com a ordem democrática estabelecida, Darcy Ribeiro, que antes esteve sempre no Executivo, assume um cargo em uma das bases mais representativas das instituições democráticas – o Congresso Nacional. Há um processo que percorrerá toda a legislatura de Darcy Ribeiro como senador da república: a tentativa de estabilização econômica via propostas de reforma orientadas por um modelo liberal de gestão da economia. Há de se considerar, não obstante, as diferenças políticas dos governos de Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso como pano de fundo das atividades parlamentares de Darcy Ribeiro – mesmo que tenha havido concórdia nestes governos quanto à defesa de um programa político de estabilização da economia, sob preceitos liberais.

Segue-se, daí, o processo de estabilização financeira pela adoção do modelo liberal: este optou por um tripé de políticas econômicas sustentado na abertura da economia, com uma política monetária ortodoxa e um amplo programa de desestatização.

Segundo a caracterização de Filgueiras (2001) pode-se considerar os governos de Fernando Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso como continuidades, no que diz respeito ao projeto de reformas do estado durante os anos 90, a despeito das diferenças políticas entre estes governos. O que dá base para tal argumentação é a política econômica, centrada na estabilização financeira, mediante o objetivo de controle da inflação. As iniciativas destes governos variaram, e um dos indicativos de tais mudanças foi a constante troca de ministros da fazenda, durante todos os governos.²⁸

O início do processo foi durante o governo Collor, pois, no que diz respeito à política econômica, este governo, representou o fim da perspectiva de desenvolvimento centrada em ideias protecionistas, uma mudança em relação às políticas precedentes. Para Filgueiras:

Com o Governo Collor e o seu plano econômico, assistiu-se a uma ruptura econômico-política que marcou definitivamente a trajetória do desenvolvimento do Brasil na década de 1990. Pela primeira vez, para além de uma política de estabilização, surgiu a proposta de um projeto de longo prazo, que articulava o combate à inflação com a implementação de reformas estruturais na economia, no Estado e na relação do país com o resto do mundo, com características nitidamente liberais. No entanto, esse projeto, conduzido politicamente de maneira bastante inábil, acabou por se inviabilizar naquele momento. (FILGUEIRAS, 2000, p. 84)

O governo de Itamar Franco pode ser tomado como o meio do processo, mesmo considerando que houve um recuo nas medidas liberalizantes a partir da diminuição do programa de desestatização (iniciado por Collor), e um foco maior na questão da política monetária. Com relação à política de privatização do governo Itamar Franco²⁹, Filgueiras afirma que:

²⁸ O texto de Michel Chossudovsky (publicado no 'Le monde Diplomatique' e indexado na revista Carta' 1994-1, nº 10) defende a tese de que o FMI tentava uma medida de 'normalização' para modificar a constituição, com o intuito de permitir a privatização do setor público e usando a dívida externa como pauta para a proposta. Tratava-se de regular as atividades financeiras do Brasil a partir do 'Consenso de Washington'. Em torno das negociações destas medidas, caíram sucessivos ministros da fazenda no início da década de 1990, foram feitas duas tentativas de negociação de novos empréstimos durante o governo Collor – primeiro por Zélia Cardoso de Melo, seguida de Marcílio Marques Moreira, ambas malogradas. Quando se conseguiu um avanço nas discussões, assume o novo presidente Itamar Franco, devido ao *impeachment* do presidente Fernando Collor. Foram três ministros sucessivos na economia durante o governo de Itamar Franco até este período, sem que nenhum tivesse o apoio do FMI. Assume Paulo Haddad e Eliseu Resende, sem obterem sucessos, até que Fernando Henrique Cardoso fosse nomeado. No quadro que se desenhava, o autor conclui: "O ministro tendo mais êxito que seus antecessores, tal sucesso merece a recompensa e o sr. Cardoso bem poderia, no próximo ano, lançar-se na disputa presidencial". (Chossudovsky, 1994a, p.87)

²⁹ Itamar Franco assume interinamente a presidência da república, quando é instalada uma CPI para apurar acusações de corrupções do governo Collor no Congresso Nacional, durante votação ainda na

O perfil político do novo presidente, de viés antiliberal, juntamente com a natureza frágil do equilíbrio das forças políticas que lhe dava sustentação, reduziu o ímpeto das reformas previstas pelo governo anterior, em que pese ter aumentado o ritmo das privatizações – que sofreu modificações em algumas regras. (FILGUEIRAS, p.90, 2004)

Com relação a estas novas regras, destaca-se a política de limitação das privatizações ligadas às indústrias de base, além de abertura de investimento no capital de estatais, mediado pela busca do controle acionário por parte do estado, nos novos leilões. Apesar de, ideologicamente, o governo de Itamar Franco apresentar-se menos susceptível às medidas de reestruturação econômica nos moldes solicitados pelas agências estrangeiras, tal governo dá início ao processo de reforma monetária – adota-se uma perspectiva mais ortodoxa, diferente da heterodoxia preconizada durante a década anterior, que possuía como meta o controle da inflação. O resultado desta política foi o lançamento do Plano Real, a cargo de seu terceiro ministro da fazenda – Fernando Henrique Cardoso –, sucedido por Eliseu Resende e Paulo Haddad, que também viram infrutíferas as tentativas de combate à inflação e às negociações da dívida externa. O plano sucedeu a trajetória de malogros dos programas econômicos anteriores, inclusive como os propostos durante a década de 1980.

Lançado em 1º de Julho de 1994, o plano real foi responsável pela eleição (ainda em primeiro turno) do ex-ministro da fazenda de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso. O lançamento do plano teve como consequência a reversão dos níveis de inflação, que nos meses anteriores chegavam a taxa de 50% ao mês, sofrendo variação para uma taxa mensal de 1,7% nos seis primeiros meses até julho de 1995³⁰. Estas mudanças geraram grandes dividendos eleitorais, o suficiente para eleger Fernando Henrique Cardoso e sustentar uma aliança política parlamentar que desse ensejo às reformas do estado, sob preceitos liberais, a partir do discurso de condição necessária para manter os baixos níveis da inflação – mesmo existindo no Congresso Nacional forte oposição ao modelo liberal, principalmente por parte de nacionalistas históricos, como o caso de Darcy Ribeiro. Ainda segundo Filgueiras:

câmara dos deputados, no mês de setembro de 1992. Somente em dezembro, sem a cerimônia de posse e com a renúncia de Fernando Collor de Mello (diante da votação pelo impeachment aprovado pelo senado a 29 de dezembro), Itamar Franco assume oficialmente a presidência da república.

³⁰ <http://www.fazenda.gov.br/portugues/real/real12.asp>

Cardoso já havia optado pelo projeto de modernização neoliberal, a partir de uma coalizão de forças políticas conservadoras e de centro-direita, desde 1991, ainda no desenrolar do Governo Collor – assumindo, e aceitando, como fato consumado as relações de poder e dependência internacionais próprias da globalização financeira. (FIORI apud FILGUEIRAS, p.91)

Já na presidência da república, Fernando Henrique Cardoso segue um plano de governo que deu ênfase às medidas para a consolidação do Plano Real, subordinando outras questões políticas (como as sociais) a princípios macroeconômicos, que tinham como base de orientação o mercado e austera política fiscal. Além disto, seu governo foi marcado por um amplo processo de reforma do estado, já esboçado nos governos anteriores. O presidente se empenhou em separar políticas monetárias das políticas de desenvolvimento, o que se constitui num contraponto à política econômica nacionalista – que pode ser exemplificada pela caracterização de Ricardo Bielschowsky (2000) ao fazer referência à obra de Celso Furtado, cujos escritos podem ser tomados como um referencial teórico do nacional-desenvolvimentismo defendido pelos trabalhistas. Segundo Bielschowsky: “A obra de Furtado contém a defesa estruturalista da submissão da política monetária e cambial à política de desenvolvimento, base da argumentação nacionalista, em oposição aos programas de estabilização preconizados pelo FMI”.

O processo de mudança da proposta de modelo econômico – como política de estado no Brasil iniciado no governo Collor –, portanto, fechou seu ciclo de distanciamento efetivo do nacional-desenvolvimentismo (como horizonte de ação) com a chegada ao poder de Fernando Henrique Cardoso, a partir de uma cultura política orientada por valores filiados às idéias da social-democracia, tendo como base institucional partidos como o PSDB, em alianças políticas com o PFL e o PP. Partidos que defendiam ideias críticas em relação ao modelo de gestão do estado de bem-estar-social ou à intercessão de um estado amplo na economia, conforme defendido pelos trabalhistas.

Parte do processo de estabilização da economia, como descrito acima³¹, mostra a ascensão de uma cultura política liberal, em detrimento do intervencionismo que,

³¹ É importante registrar aqui que, a menção ao processo de estabilização econômica que marcou a década de 90 não constitui o objeto de estudo desta dissertação. A abordagem do tema é direcionada apenas para a contextualização da atividade legislativa de Darcy Ribeiro e a relação desta com sua tradição política. Assim, a questão da estabilização econômica, defendida por Darcy Ribeiro através de uma política de desenvolvimento intervencionista, representa o “nó górdio” da questão econômica para o trabalhismo. Para uma análise com foco nas transformações políticas do Brasil, na década de 90, e o processo de estabilização econômica consultar: ‘CASTRO, Marcus Faro de; CARVALHO, Maria Izabel Valladão de.

sobretudo em sua forma na experiência política brasileira, se manifestou a partir do nacional-desenvolvimentismo. Darcy Ribeiro (que tem sua legislatura localizada durante este processo) defende como política de desenvolvimento o nacional-desenvolvimentismo – um dos temas que dá identidade a sua tradição política. O objetivo, a seguir, é avaliar estas discussões sobre a óptica de Darcy Ribeiro, como base de atualização do trabalhismo com relação a este tema, durante o período, apresentando suas principais atividades de crítica e de oposição às reformas, realizadas no início da década de 1990.

No ano de 1989, ocorreu a primeira eleição direta para presidente após o regime militar e, em 1990, a eleição para as cadeiras do Senado Federal. Darcy Ribeiro ganhou o pleito para 49ª e 50ª legislatura, pelo estado do Rio de Janeiro com dois milhões setecentos e oitenta mil votos. Fernando Collor foi eleito presidente, derrotando o sindicalista Luis Inácio Lula da Silva, em uma ampla campanha da imprensa (VIEIRA, 2006) no segundo turno.

Nesse governo, o PDT assume a base de oposição no Congresso – tal oposição já vinha desde as eleições, quando o PDT havia lançado candidato próprio (Leonel Brizola e para vice-presidente, Fernando Lyra); e ganhou mais força quando no segundo turno, o partido apoiou a coligação do PT (também na oposição a Fernando Collor de Mello).

A posição de Darcy Ribeiro (frente ao plano de reforma do estado e o desenvolvimento) teve base no resgate do programa de desenvolvimento dos trabalhistas, como defendido nos anos 60. Um dos guias da concepção de desenvolvimento defendida pelos trabalhistas foi o Plano Trienal de Celso Furtado – no qual Darcy Ribeiro participou, uma vez que ocupava a chefia da Casa Civil, no governo Goulart. Segundo Ricardo Bielchowski, a política econômica relativa ao Plano Trienal (representante do nacional-desenvolvimentismo), ainda na década de 60, assim pode ser caracterizada:

Pela primeira vez, um desenvolvimentista nacionalista autêntico – Celso Furtado – assumia um ministério econômico e era encarregado de redigir um programa econômico de governo. Significativamente, porém, e não obstante dedicar várias seções ao planejamento setorial, o plano é bastante precário no que diz respeito às análises e propostas globais e setoriais de crescimento e de investimentos, ou seja, é fraco justamente na dimensão de planejamento que era mais cara à tradição da corrente desenvolvimentista nacionalista. (BIELCHOSWSKY, 2000, p.401)

A despeito da consideração de Bielchowsky ser pontual e relativa ao Plano Trienal, sua caracterização do projeto nacional desenvolvimentista deixa entrever o que será resgatado desta cultura política por Darcy Ribeiro (no que diz respeito à atualização do trabalhismo neste debate durante os anos 90): o planejamento da economia via estado. A conjuntura indicou um movimento contrário, obliterando este projeto de desenvolvimento segundo os preceitos indicados no arcabouço teórico liberal, colocados em prática a partir do governo Collor.

Esta posição dos trabalhistas, comum durante os anos 60, prevaleceu na década de 90 e pôde ser observada pela orientação de Celso Furtado – teórico capaz de sintetizar o ponto de vista que sustenta o principal argumento ideológico do trabalhismo, que seria a teoria da dependência como causa do subdesenvolvimento, atrelada à crítica da vinculação do processo de industrialização ao capital estrangeiro. Deste ponto de vista, o projeto de desenvolvimento defendido por Darcy Ribeiro (em nome do trabalhismo) apresentava-se como uma alternativa, no que diz respeito à questão do desenvolvimento como política pública, que começou a ser implantada nos anos 90.

Com relação a esta conjuntura em seu periódico, não à toa, Darcy Ribeiro colocou um texto de Furtado. Este texto encontra-se na revista Carta' 1991, número 3, com o título: 'O fim da Guerra Fria e a América Latina' e está diretamente relacionado à questão do desenvolvimento. A pergunta principal do texto segue o escopo, inicialmente apresentado no prólogo da revista por Darcy Ribeiro, que versava sobre o papel do Brasil na nova ordem mundial. Todavia, o texto de Furtado amplia a discussão para a América Latina, utilizando, no lugar de nova ordem mundial (caracterizado por alguns como globalização), a expressão 'no mundo que se está emergindo'(FURTADO, 1991c, p.76).

Dos três pontos indicados pelo autor – falência do socialismo de estado, novo papel do leste europeu e a economia do Japão –, o ponto central do argumento de Celso Furtado é o desaparecimento da confrontação ideológica como legitimação do poder, na

disputa pela hegemonia mundial (FURTADO, 1991c, p.77). Por conseguinte, sob o ponto de vista de Darcy Ribeiro, falar em globalização seria apenas mais um artifício da doutrina neoliberal, que outrora acusara o estado do bem-estar social de comunista. Com uma nova reconfiguração da ordem hegemônica, o perigo seria, mais ou menos, a vitória do ‘inimigo’: o mundo capitalista da livre iniciativa havia ganhado a batalha. É importante notar que a referência dos autores para aquele contexto (tanto no prólogo de Darcy Ribeiro, como no texto de Furtado, o que subjaz no argumento) não é o problema da vitória do *capitalismo* sobre o modelo da União Soviética (que tinha acabado de ruir), mas sim do triunfo do *mundo capitalista da livre iniciativa*, ou seja, as posições marcadas no texto são o liberalismo e o socialismo, mostra-se que o declínio do comunismo afetou diretamente a crença em um capitalismo de estado, tal qual a posição defendida pelos autores.

Para concluir seu diagnóstico, Furtado aponta que os países latino-americanos estariam e deveriam seguir uma fase de ativação do mercado interno e de integração regional (FURTADO, 1991c, p.78). Isto significa, mais uma vez (para além do intervencionismo do estado na economia), a defesa do nacionalismo, ou seja, uma economia voltada aos interesses dos empresários nacionais e não aos estrangeiros, pois, segundo a perspectiva, com a abertura da economia tem-se como resultado a dependência.

Tal argumento estaria sob a base nacionalista (como a defendida por Darcy Ribeiro) e compõe o diagnóstico pretendido pela revista. Darcy Ribeiro apresenta o texto “como um ponderamento contra as loucuras impatrióticas de certos economistas”.³² (RIBEIRO, 1991a, p.) Pode-se observar a oposição destes com relação ao processo de reestruturação da economia, iniciado durante o governo Collor.

Este discurso político em torno do nacional-desenvolvimentismo, no caso de Darcy Ribeiro, veio acompanhado por uma teoria antropológica, sociológica e histórica com relação ao desenvolvimento das sociedades humanas, pensada por ele mesmo, nos anos 70, em seu conjunto de livros escritos durante o exílio, intitulado ‘Estudos de Antropologia da Civilização’. Mais do que analisar o conteúdo das ideias de Darcy Ribeiro nestas obras, importa aqui mencionar a utilização delas como discurso político, a partir da vinculação de parte destes textos, adaptados a uma linguagem política, em seu periódico nos anos de 1990.

³² A referência é aos ‘Chicago Boys’, uma visão tecnocrática da economia como estabelecida por Delfim Neto, segundo Darcy Ribeiro.

A apresentação política de suas teses acerca da evolução das sociedades humanas (defendida em seus ‘Estudos de Antropologia da Civilização’) embasa seu discurso político à maneira ‘científica’. Este argumento é de ordem histórica, surge a partir de uma ‘Teoria da Evolução Sócio-Cultural’ e versa sobre a necessidade de um projeto de desenvolvimento autônomo, com base nas tecnologias; tem como objetivo tratar das desigualdades entre as sociedades, como explica-se no corpo de seu discurso parlamentar:

Há, pois, duas vias de evolução. Uma real e altamente vantajosa. A outra, subalterna e altamente espoliativa. Designamos a primeira via como aceleração evolutiva, correspondente ao movimento de povos que se incorporam ao processo civilizatório que os atingem com o comando de seu próprio destino, através do domínio de tecnologia em que sua civilização se assente. A outra via é a da atualização histórica, ou modernização reflexa, correspondente, aos povos meramente atrelados a pólos metropolitanos como sociedades contemporâneas, na condição de povos dependentes e economias subalternas. Seu papel é contribuir, com seu próprio sacrifício, para a prosperidade e o poderio dos povos vanguardeiros. (RIBEIRO, 1991c, p.16)

A partir deste núcleo duro de argumentação teórica – derivada de uma teoria própria e tendo como critério básico a comparação entre as sociedades com base em suas tecnologias – Darcy Ribeiro traça seu programa de desenvolvimento. Para finalizar um de seus discursos, o senador discorre sobre projetos políticos sob o título ‘Nosso Destino’. Nesse trecho, o senador, teve objetivo de apontar um caminho de autonomia no desenvolvimento, segundo seu entendimento (que se daria a partir do domínio das tecnologias e da defesa dos interesses nacionais).

O outro texto referente à sua teoria é uma republicação de parte de sua obra, ‘O Processo Civilizatório’, que tem como tema central, ainda, o desenvolvimento dos povos. Saindo da forma de discurso político, parte deste texto foi publicado na revista Carta’ (1991, número 3), que apresenta o esquema conceitual explanatório de sua teoria da evolução sócio-cultural, para o caso brasileiro em específico. Neste texto, Darcy Ribeiro aborda novamente o tema das revoluções tecnológicas e dos processos civilizatórios das sociedades, posteriormente discutindo os conceitos de atualização histórica e aceleração evolutiva como as formas de mudança social.³³

Pode-se se afirmar ao comparar, por exemplo, a fala ao Senado de Darcy Ribeiro e esta obra, que há uma convergência entre seu discurso de base científica e o

³³ O texto foi retirado do livro ‘O Processo Civilizatório – Etapas da Evolução Sócio-Cultural’ – Estudos de Antropologia da Civilização, Ed. Vozes, 9ª Ed, Petrópolis, 1987.

programa da ideologia trabalhista defendida pelo autor, durante os anos 90 – é neste sentido que este trabalho concebe Darcy Ribeiro como um produtor de idéias para o trabalhismo, além de utilizar sua própria obra como referência para seus discursos e como base de sua atividade parlamentar.

A teoria de Darcy Ribeiro por ele denominada Teoria da Evolução Sócio-Cultural, tinha como intuito interpretar a história do Brasil e dos povos subdesenvolvidos – tal teoria se diz crítica, porque tinha como objetivo evidenciar o processo de formação das sociedades e a maneira como se relacionavam no que diz respeito à relação de dependência de uns povos sobre os outros. Esta reflexão é ressaltada pelo autor, com o nome de uma teoria da história³⁴, em seu livro de 1995, ‘O Povo Brasileiro’. Esta teoria repercute na ação política de Darcy Ribeiro, das atividades parlamentares aos pronunciamentos políticos.

Situada a posição do autor neste debate sobre desenvolvimento, a revista acrescenta à discussão outros articulistas – que sugestionam sobre a mesma conjuntura (a partir de outras visões e argumentações), contudo, preservando em comum uma crítica ao projeto de privatizações e abertura dos mercados.

Destarte, foi durante o governo Collor que o modelo de gestão do estado via intervencionismo passa a distanciar-se do planejamento estatal – posto que há uma redefinição do papel do estado na economia. Tal processo, durante os anos 90, foi tratado na literatura da ciência política como ‘reforma do estado’, com o objetivo de indicar a mudança de sua função para a de protetor das regras do mercado, sendo também responsável pelo bom funcionamento do mesmo. O papel do estado neste processo passou, assim, a contento: de jogador a árbitro, ao reservar para este o papel relacionado apenas às atividades restritas de saúde financeira, como tese defendida por economistas monetaristas em oposição à tradição desenvolvimentista.

As mudanças na política econômica brasileira, no que diz respeito ao projeto de abertura econômica e as tentativas de negociação da dívida externa (iniciadas durante o governo Collor), datam do mesmo período da posse de Darcy Ribeiro no senado federal. Eleito senador pelo estado do Rio de Janeiro, o autor fez seu discurso de posse no dia 20 de março de 1991, logo após o lançamento do segundo plano econômico do

³⁴Teoria da História para Darcy Ribeiro é uma interpretação sobre as relações desiguais entre as sociedades, explicadas ‘historicamente’ – utilizando a perspectiva temporal –, como no caso de seu livro ‘O Processo Civilizatório’, além de uma leitura sobre a formação e o sentido do Brasil a partir de uma perspectiva histórica, como se faz visível em ‘O Povo Brasileiro’. Esta teoria, não assume, portanto, o sentido dado à mesma na história como disciplina, a saber, o de reflexão sobre os fundamentos e as possibilidades do conhecimento histórico.

governo Collor – plano Collor II –, sucessor do plano Brasil Novo de 1990 (vindo logo em seguida da posse do novo presidente).

Dentre as medidas polêmicas deste plano, estiveram o controle dos rendimentos das poupanças e aplicações, o congelamento dos preços para o controle da inflação e a troca da moeda com relação à política monetária. Todavia, o que marcou as medidas liberalizantes (diferenciando estes dos outros planos econômicos no Brasil, pelo menos até a década de 1980) foi a abertura da economia, com baixas taxas alfandegárias, incentivando, assim, a entrada de produtos importados. A medida também foi seguida por uma reestruturação produtiva, orientada pelo programa nacional de desestatização, que ia frontalmente contra a política desenvolvimentista (defendida por Darcy Ribeiro em favor da dinamização do mercado interno via o apoio das empresas nacionais). Isto deu início, na política brasileira, à efetivação na troca do modelo de substituição das importações, que, de uma maneira ou de outra, guiava a política de industrialização, desde Getúlio Vargas e o pós-guerra.

Uma discussão, relativa a este processo e feita por Darcy Ribeiro, pode ser observada já em seu discurso de posse que data de 20/03/1991. A partir desta fala, é possível ver o desenvolvimento debatido como política de estado e a particularidade do projeto trabalhista com relação a este tema, ou seja, a proposta trabalhista. No discurso de posse de Darcy Ribeiro, este tópico aparece no subtítulo de ‘A utopia de Jango’, situado na discussão da política econômica inserida nas propostas de reformas de base, durante os anos 60. Segundo Darcy Ribeiro:

Invoco, agora, outro querido amigo, o presidente João Goulart. Com ele lutei muito para passar este País a limpo, criando uma nova institucionalidade, mais aberta, democrática e participativa. Passados tantos anos de silêncio e de calúnia sobre o seu nome, ele surge como o presidente que mais forte e responsabilmente tentou alargar as bases sociais da vida nacional. (RIBEIRO, 1991a, p.11).

Para Darcy Ribeiro, o governo de João Goulart – do qual participara como ministro da educação e depois como ministro-chefe da casa civil – caíra porque:

(...) representava uma ameaça inadmissível para as classes dominantes nativas e seus associados estrangeiros. Caímos tombados por uma intentona urdida no estrangeiro, como se comprovou posteriormente com a difusão dos arquivos do presidente norte-americano de então. Isto é o que tem de arriscado em conspirar com os norte-americanos: ao cabo de 20 anos, eles publicam tudo ou quase tudo. (RIBEIRO, 1991a, p.12)

É possível perceber como Darcy Ribeiro mobiliza a trajetória de João Goulart como um símbolo, com o qual quer se identificar e (re)construir o trabalhismo nos anos 90 – em seu discurso de posse, retorna à figura do presidente como ponto central em sua argumentação, o motivo seria o fato de Jango ser um continuador das ideias de desenvolvimento, já esboçadas na política varguista. Percebe-se que, em meio à discussão do desenvolvimento nos anos 90, a crítica à dependência (essencial, como vimos na perspectiva trabalhista) serve a Darcy Ribeiro como uma explicação para a causa do regime militar, quando este ressalta o papel de uma classe dominante em conluio com o capital estrangeiro; classe esta ameaçada pela possibilidade de uma reforma econômica, como a proposta por João Goulart, em nome (segundo os trabalhistas) do povo brasileiro.

O governo Collor apresentou uma política econômica ambígua: por um lado, foram infrutíferas as tentativas protecionistas de negociação da dívida externa com organizações credoras estrangeiras – por parte da então ministra da fazenda, Zélia Cardoso de Mello, em virtude da inabilidade administrativa do governo de Collor –; por outro lado (com relação à política externa) o governo adotou uma perspectiva mais liberal, a partir da abertura ao mercado estrangeiro, no intuito de dinamizar a produção da indústria interna (por meio da pressão concorrencial). Esta última medida era lida pela óptica trabalhista como a tal relação com os associados estrangeiros. O governo Collor assim se mostrou aberto e, ao mesmo tempo, inábil às perspectivas liberais – levando em conta as reformas do estado que este tipo de política exigia. Darcy Ribeiro nutria um grande apreço pela ministra, político e pessoal. Segundo o senador:

Falaram da queixada dela, mas ela é muito bonita. Segundo, é uma mulher que tem muita coragem. Pela primeira vez – olha, que eu sou velho e estou nisso há muito anos – eu tratei desse negócio da dívida externa brasileira. Quando eu fui chefe da Casa Civil, o nosso homem era o Roberto Campos, ministro de planejamento no governo Castello Branco ou era o Santiago Dantas. Mesmo contando com ele, eu nunca encontrei um negociador que negociasse do nosso lado. Todos eles se comoviam muito mais com os banqueiros do que conosco. Pela primeira vez, a dona Zélia coloca homens que falam a linguagem brasileira. Não há dúvida que o grupo dela na dívida externa está defendendo os interesses brasileiros. Eu temo que possa mudar, mas não mudou, não. Então, realmente, é respeitável. Como eu estou tratando da minha pátria, não é ser implicante, mas quem faz a coisa certa tem que ter apoio. Agora é claro que eu digo, ao mesmo tempo, que há alguns energúmenos que chegaram aí. Grande parte da equipe dela é de energúmenos, que chegam como se estivessem cobertos de culpa. Há os que querem vender a Light para empresa privada. Há os que querem acabar com a Companhia Siderúrgica Nacional. Oneram a Siderúrgica Nacional para mandar aço barato para São Paulo fazer automóvel e para o Rio fazer navio.

Desde o começo dessa utopia, vêm deixando a companhia em um estado de insolvência e, agora querem vender? (RIBEIRO, 1991e)

Nesse sentido, o ideário nacional-desenvolvimentista de Darcy Ribeiro ainda aparecia como crítico ao projeto do governo Collor, apesar de algumas ressalvas, como esta acima.

Ainda com relação à política econômica (especificamente sobre a questão da dívida externa), Darcy Ribeiro faz algumas discussões em seu quinto discurso de 07/08/1991³⁵, – presente na revista Carta’ 1991 de número 3 como ‘Segunda Fala ao Senado’. O texto versa sobre a dívida externa e analisa a conjuntura econômica das privatizações no Brasil naquele período.

Este discurso teve intuito de ilustrar a tese nacional-desenvolvimentista, cuja uma das causas do subdesenvolvimento é a evasão de divisas para o pagamento de uma dívida externa, tida como injusta. Darcy Ribeiro apresenta – ao longo do periódico que segue (e onde está publicado) este discurso – outros textos, como o da sessão de ‘Memórias’, escrito a partir do texto de Valentim Bouças, com o título ‘Finanças do Brasil no 1º Reinado’.

Na fala de Darcy Ribeiro sobre a dívida externa (a classificando como um problema em relação ao desenvolvimento), a sustentação principal é um argumento histórico. Ou seja, é sempre importante demonstrar como, desde muito tempo, os governos brasileiros agem irresponsavelmente frente à questão – e, quando não assim o agem, há o problema das agências credoras estrangeiras não criarem condições adequadas para o pagamento da dívida. É o primeiro o sentido utilizado no texto de Bouças em seu periódico, afirma Darcy Ribeiro: “Bouças, empresário de sucesso, mas de alto espírito científico, nos legou este precioso balanço da dívida externa brasileira”. (RIBEIRO, 1991c, p.141) Neste texto, mostra-se o endividamento externo do Brasil com os bancos ingleses, ainda durante o 1º Reinado independente – servindo de base crítica, no contexto da revista, para a questão da dívida externa exibida como um problema crônico.³⁶

Outras discussões são anexadas (nesta direção e no mesmo periódico) e evidenciam o tema da dívida externa, sob a óptica do trabalhismo nos anos 90. Na sessão de ‘Registros’, são apresentados os textos de Luiz Fernando Victor – com o título ‘A Dívida Externa Brasileira’ – e os de J. W. Batista Vidal – ‘Poder Neocolonial’. Darcy

³⁵ Publicação no DCN2 de 08/08/1991 - página 4512 e revista Carta’ 1991, número 3, pp. 16-43.

³⁶ Revista Carta’, 1991, número 3, pp. 142-158.

Ribeiro apresenta o primeiro texto da seguinte maneira: “O professor da UnB documenta, aqui, o endividamento histórico do Brasil e analisa as responsabilidades nossas e as do sistema financeiro internacional nessa sangria”. (RIBEIRO, 1991c, p.181) A relação de dependência descrita por estes autores, nos anos 90, aparece em novos termos no periódico: o liberalismo é neoliberalismo e a colonialidade está sob a forma de neocolonialidade.

É na esteira da crítica à dívida externa que aparece outro tema, o da política de privatizações (como parte da discussão sobre o desenvolvimento). Este assunto surge na atividade legislativa do senador já no ano de 1991, quando ocorreu a proposta de privatização da Usiminas. Darcy Ribeiro apresenta, em seu periódico, um texto específico sobre a questão. Tal texto é da autoria de Garcia Munhoz, professor da UnB, que considera o projeto de privatização como extremamente lesivo aos interesses nacionais – justificando a inviabilidade desta política, tanto para o desenvolvimento, quanto para a forma com que estava sendo executada. Tal posição é defendida a partir de uma análise detalhada do processo de privatização da Usiminas. Nesse sentido, o caso da empresa (como apresentado pelos autores) aparece mais como estratégia política para retardar um processo que já se mostrava irreversível – tendo em vista a impossibilidade de sua reversão diante da política do governo. Neste texto de Munhoz, constam cálculos que denunciam erros técnicos relativos ao processo de privatização da Usiminas que, segundo a apresentação do texto com o título ‘Usiminas Urgente’ feita por Darcy Ribeiro, “lesam escandalosamente o patrimônio público do país”.³⁷

No final do ano de 1991, Collor (governando principalmente através de medidas provisórias) já havia lançado o plano Collor I, que, contudo, fracassou diante do retorno da inflação e já estava na sua segunda tentativa (desde março do ano de 1990, quando começou o mandato do presidente). O plano Collor II, substituído quando da saída da ministra Zélia Cardoso de Mello, também não surtiu os efeitos desejados.

Em seu primeiro ano de legislatura, Darcy Ribeiro preocupou-se em esboçar um plano de atuação no senado (concernente ao modelo proposto nas reformas de base) sob novos termos e sempre orientado pelo caminho do nacional-estatismo. Esta proposta foi apresentada como crítica aos modelos de desenvolvimento que, na época, começaram a ser sugeridos para América Latina, a partir do Consenso de Washington³⁸

³⁷ Revista Carta’, 1994, número 3.

³⁸ Há algumas críticas ao uso do termo, como nos mostra Filgueiras ao afirmar: “... Devem ser evitados os clichês do debate doutrinário, ou uma discussão dessa misteriosa entidade denominada ‘o modelo neo-

– que foi qualificado como “lugar de abrigo” das políticas ‘neoliberais’. Durante o governo de Itamar Franco, Darcy Ribeiro prossegue com suas críticas, como na sua referência (neste período) ao tema do desenvolvimento – originária de um aparte³⁹ do senador (no dia 23/06/1993⁴⁰) dado ao discurso de Ruy Bacelar (PMDB-BA), quando manifestou-se em relação ao processo de privatização da Ultrafértil.

Nesta mesma direção Darcy Ribeiro segue, quando da posse de Fernando Henrique Cardoso. Em entrevista ao programa Roda Viva (de 17/04/1995) e respondendo a pergunta de Juca Kfourri sobre “se o senador achava que a sua geração era uma geração derrotada ou, de certa forma, a vitória recente de Fernando Henrique Cardoso resgatava essa derrota e sobre a vida do nacionalismo?”, Darcy Ribeiro afirma que:

Fernando Henrique não nos resgata. O Fernando fez uma coisa que fizeram antes com o Collor, a direita arranjou uma cara emprestada. É um luxo o Fernando ser presidente. O Fernando é muito inteligente, é patriota e sério, mas política, eu fui político de poder na mão, não é de graça, não é ideológico, são contratos, são compromissos. O Fernando tem compromissos de ordem da privatização que é uma volta atrás. Ele tem compromissos com a globalização que é uma loucura. Honduras ou Nicarágua ou Costa Rica estão condenados à globalização, mas nós não. Esse país tem muita caixa, este país

liberal’, ou o chamado ‘Consenso de Washington’, cuja função parece ser a de servir como um referencial negativo para imaginações de nacionalistas mal humorados...’. Em todo caso, segundo a caracterização de Filgueiras (de novembro de 1989), reuniram-se em Washington funcionários do governo dos EUA, FMI, BIRD, BID e economistas acadêmicos latino-americanos, em um encontro convocado pelo Instituto de Economia Internacional, com o seguinte tema: “Ajustamento latino-americano: o que tem ocorrido?”(...) Desse modo, suas principais conclusões, de natureza informal e batizadas com o nome de Consenso de Washington, ratificaram a excelência das reformas e das políticas macroeconômicas que vinham sendo adotadas. Do ponto de vista fiscal, o “Consenso” propugnou, enfaticamente, uma rigorosa disciplina orçamentária, através da contenção de gastos públicos (que deveriam se restringir à manutenção de um “Estado mínimo”), a realização de uma reforma tributária que privilegiasse, sobretudo, a ampliação da base de incidência dos tributos e que tivesse menor progressividade do imposto de renda, além de maior contribuição sobre os impostos indiretos (sem maior consideração sobre a questão da evasão fiscal). As políticas de estabilização deveriam adotar um regime cambial, centrado na dolarização direta (ou indireta) da economia, com a sobrevalorização da moeda nacional, e uma política monetária passiva. Adicionalmente, foi imprescindível a liberalização comercial e financeira, com abertura unilateral e rápida dos mercados nacionais, que, segundo o “Consenso”, atrairia capitais externos e possibilitaria a inserção competitiva dos países da América Latina na economia mundial. Os investimentos estrangeiros diretos foram considerados como instrumento de complementação da poupança nacional e de transferência de tecnologia, devendo, portanto, ter um tratamento, no mínimo, igual ao capital nacional. (...) As privatizações e a desregulação das atividades econômicas (possibilitando a maior participação de capitais estrangeiros) foram defendidas, com o intuito de fornecer uma maior eficiência às empresas e uma maior competitividade ao setor privado dos países, além de ter a função fiscal de curto prazo de abater as dívidas do governo. Por fim, colocou-se (com destaque) a defesa da propriedade intelectual e a necessidade de um elevado nível de proteção à propriedade industrial, através da concessão de monopólios para patenteados (FILGUEIRAS, 2000, p.96)

³⁹ Há outros dois outros apartes mais pontuais e que dizem respeito ao discurso do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) – em 11/08/1993 –, que analisam o reajuste de preços, salário e serviços. E, por último, um aparte ao discurso de Valmir Campelo (PTB-DF) – de 15/12/1993 – sobre a celebração do quinquagésimo ano da consolidação das Leis do Trabalho. Publicação no DCN2 de 24/06/1993 - página 5830

⁴⁰ Publicação no DCN2 de 24/06/1993 - página 5830

tem que construir-se como um dos grandes do mundo. Ele não pode entregar tudo, quer dizer, entregar Volta Redonda a banqueiro porque pode dar mais lucro, é de doido. O que que eu tenho com o lucro do banqueiro? A empresa que é útero da indústria brasileira. [...] Venha cá. O Roosevelt se comprometeu, construiu durante a guerra e a inaugurou em 1945. Dar agora, por questão de lucro ou achando que banqueiro é melhor do que servidor público... não há coisa melhor do que servidor público, servidor público como eu é mil vezes melhor do que gerente. Gerente não é gente, gerente pertence ao patrão, eu pertenço à minha pátria. Há muita gente assim, há muita gente boa. Então essa loucura dessa entrega por um preconceito neoliberal, o mesmo neoliberalismo do Roberto Campos, Delfim que arrasou o Brasil, arrasou o emprego, criou o desemprego, criou este problema tremendo no país. Agora veja. Então, Volta Redonda foi feita assim. No mesmo ato, o Getúlio, os ingleses reivindicaram um crédito aberto, comprar fiado. Getúlio aceitou vender fiado. Durante toda a guerra, os ingleses, tudo o que eles quisessem, vendeu, desde que eles devolvessem. As minas de ferro de Minas Gerais e a estrada Vitória-Minas. A Vale do Rio Doce é uma das empresas que mais cresceu no mundo. Tem associação com dezenas de empresas. Por que querer vender, então, à canalha de banqueiro? Por que querer entregar? Sabe que a Vale controla minérios, fontes de minérios, ferro, manganês, ouro, cobre, que valem muitos trilhões de dólares? É claro que algumas empresas podem tirar isso do chão mais depressa. Mas a [...] o que fez no Brasil, o que faz... essas empresas, a empresa de minério, deixa buraco e mineiro pobre. Não deixa nada. Então, Fernando Henrique está sendo compelido a fazer coisas dessas e nós temos que ter oposição.⁴¹

O mandato de Fernando Henrique Cardoso centrou-se na questão da consolidação e continuidade do plano real – a partir de um grande programa de privatizações, que teve como carro-chefe, primeiramente, as estatais de telecomunicações. Ainda, foi em nome da estabilidade do plano real o argumento usado para se votar uma emenda à constituição para sua reeleição. Em relação às estratégias de desenvolvimento social do primeiro mandato de FHC e o programa de reformas do estado, Draibe afirma:

A estratégia foi apresentada por meio dos seus objetivos, condições e desafios. Ao registrar cautelosamente as condições necessárias e os desafios, condicionantes gerais da política social, além de repetir o ritual da referência à política de estabilização, o documento indica os condicionantes "externos" (e, portanto, em sentido negativo, os limites) em que esbarra a política social: a retomada do crescimento, o aumento do emprego e a melhora da distribuição da renda. (DRAIBE, 2003, s/p)

É nesta fase de esboço da recondução das políticas sociais, no interior de condições necessárias para a consolidação do Plano Real (defendidas pelo novo Governo), que Darcy Ribeiro (com relação à política de privatizações neste período) volta-se totalmente contra a proposta de privatização da Vale do Rio Doce – como é

⁴¹ http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/63/entrevistados/darcy_ribeiro_1995.htm Acesso 21.jan.2010.

perceptível em seu discurso de 07/10/1996⁴², onde o senador pede para ler no senado suas matérias no jornal ‘Folha de S. Paulo’ (em que faz considerações críticas sobre à privatização da Vale do Rio Doce). Também neste período, é de destaque (com relação a este tema) seus apartes feitos ao discurso da senadora Benedita da Silva (PT-RJ), no dia 24/10/1995. Neles o senador dava total apoio à fala da política, que protestava contra a rapidez em que se dava a proposta de privatização do Banerj. Darcy Ribeiro também se opôs quando o discurso de Benedita da Silva passou a contemplar o caso da Light.

É na relação deste debate entre o desenvolvimento e a ‘nova ordem mundial’ do início dos anos 90 que Darcy Ribeiro (a partir de sua atividade parlamentar) destaca um novo papel político para as esquerdas. Este tema foi discutido em pelo menos dois textos importantes publicados no periódico de Darcy Ribeiro: um escrito por ele mesmo, com relação ao Brasil, e outro por ele anexado, concernente à conjuntura externa, de François Furet.

No primeiro número da revista Carta’, de 1991, Darcy Ribeiro apresenta um texto (de François Furet) representativo sobre a conjuntura e o debate, haja vista esse historiador ser um profundo conhecedor da esquerda européia. O texto parte da pergunta inicial: “O que sobrou da idéia socialista, neste momento em que estão desmoronando as sociedades comunistas?” (FURET, 1991a, p.59) Tal questão está direcionada a um significado de mudança para a esquerda européia. Furet afirma que, por mais que os socialistas tenham se divorciado dos comunistas, o peso que a Revolução de Outubro teve para as esquerdas (principalmente a francesa) não é de se desconsiderar. Segundo o autor:

Os bolcheviques eram obcecados pelo ‘precedente jacobino’. Também não se pode entender, absolutamente, a influência por eles exercida sobre a esquerda francesa sem levar em conta a tripla herança deixada por essa: a idéia da violência revolucionária, a da regeneração do cidadão pelo Estado, e a de uma nação vanguardista do progresso humano. De fato, a opinião pública francesa filtrou a experiência soviética através da História da Revolução Francesa, que assim foi prolongada, reatualizada, dotada de uma mitologia mais presente do que nunca. Destarte, puderam os comunistas tocar sua partitura num teclado bem mais amplo que o da classe operária, alterando ou

⁴² Publicação no DSF de 08/10/1996 - página 16509

até casando os temas da ditadura do proletariado e da união nacional. Graças às origens da democracia francesa, conseguiram, para seus amigos e inimigos, nacionalizar a Revolução de Outubro. (FURET, 1991a, p.60).

Este precedente revolucionário do comunismo teve também influências na experiência trabalhista brasileira, como já apresentado, na possibilidade de luta armada pelas ‘reformas de base’ no período do pré-golpe, bem como durante a aliança do PCB com parte do PTB (na Frente de Mobilização Nacional), e, também, na própria biografia de Darcy Ribeiro, quando o mesmo militou no PCB.

Considerando este debate feito por Furet para o contexto europeu, Darcy Ribeiro retorna à questão, no prólogo de um número posterior da revista Carta’, publicado também no ano de 1991⁴³. Este prólogo teve como objetivo pensar a esquerda, mas no contexto brasileiro e a partir de suas experiências – especificamente, a do trabalhismo e o Brasil –, considerando questões como a atuação política diante da nova ordem mundial. Neste sentido e neste texto, Darcy Ribeiro não só pensa o trabalhismo com relação ao jogo político democrático que se esboçava, como o fez para toda esquerda. Em seu prólogo, Darcy Ribeiro anuncia uma conjuntura ainda mais adversa como no título de seu texto, fazendo um levantamento do momento histórico vivido com o fim da URSS, da Guerra Fria e as mudanças que tais eventos mundiais trariam para a política brasileira – justificando a necessidade de sua empreitada de revisão sobre a atuação política da esquerda.

A questão que o autor coloca como crucial é: “como o unipolarismo mudaria a política ao sul do Equador e qual seria o lugar do Brasil nesta nova ordem mundial?” (RIBEIRO, 1991b, p. 21) Segundo Darcy Ribeiro, nesta nova ordem mundial, aparece o interesse pelas fontes de energia e o Brasil desempenharia um papel fundamental. Desta forma, o senador manifesta em seu texto uma proposta de denúncia ao capitalismo mundial – o que deixaria o Brasil cada vez mais dependente, devido ao modo como estava inserido no mercado mundial (se levarmos em conta os acordos econômicos desvantajosos previstos, segundo o que afirma o autor). Todavia, o senador apresenta a tese de defesa da gestão da economia interna (voltada para os interesses nacionais), revelando sua posição nacionalista neste debate. O recorte feito pelo autor foi uma ênfase na capacidade enérgica do Brasil, o que seria um de seus trunfos para reconduzir uma política de desenvolvimento autônoma.

⁴³ Revista Carta’ 1991, número 2.

Por essa posição, justifica-se o único aparte feito pelo senador, no ano de 1991, endereçado ao senador Amazonino Mendes (PDC-AM), no dia 05/03⁴⁴; quando faz considerações sobre a pressão internacional contra o desenvolvimento da Amazônia. Para ele, a justificativa do aparte deste modo se apresenta, na edição da revista Carta': "Vê-se, assim, que um dos fatores dinâmicos de nosso desenvolvimento bem poderá ser a realização da plena exploração desse potencial energético. Isso se retivermos em nossas mãos o domínio da exploração do território brasileiro, particularmente da Amazônia". (RIBEIRO, 1991b, p.9)

Além do problema do desenvolvimento (via a garantia do controle das fontes energéticas), a questão da autonomia é tão cara a Darcy Ribeiro que, no texto, o senador faz ataques às ingerências do FMI que aprovam, segundo ele, as políticas internas a partir de interesses externos, e faz um paralelo entre a ditadura e as novas formas de ingerência externa presentes na Nova República, por meio dos projetos de privatização.

Reavaliada tal questão (a partir das mudanças políticas ocorridas no início da década de 90, como o aparecimento de propostas de privatizações), o senador passa a indicar outras formas de ingerências com relação a outras políticas públicas, como o programa de controle da natalidade. A partir deste diagnóstico, Darcy Ribeiro situa o novo papel político das esquerdas que se centraria, portanto, no exame e nas críticas às ideias que tendem a diminuir a falta de autonomia dos povos. Tratar-se-ia de combater e fazer diagnósticos, resistir e construir um programa autônomo de desenvolvimento – este levaria em conta os interesses nacionais, reunidos para os trabalhadores e pobres, entes que devem ser integrados na sociedade não somente em direitos políticos, mas que, de fato, estariam na condição de marginalizados por causa dessas ingerências externas. Darcy Ribeiro termina seu texto afirmando:

Confiar nessa gente com respeito ao destino nacional e à política demográfica seria um ato de suicídio. Neles confiar quanto ao desenvolvimento nacional seria ainda mais desastroso. Só não vê as ameaças que se alçam contra nós quem não quer ver. Recordemos aquele ministro inglês, que aconselhava Hitler a realizar seu *lebens-raum* sobre a Amazônia brasileira. Ou o Falcão da década de Reagan que disse, referindo-se ao Brasil com toda sinceridade, que os Estados Unidos não poderiam tolerar o surgimento no mundo de um novo Japão, porque a admissão de um novo sócio no clube dos ricos não se faria sem prejuízo para as sociedades dominadoras. Eles, às vezes, são até francos, nossos energúmenos é que são sempre desmemoriados e surdos. (RIBEIRO, 1991c, p.12, grifos do autor)

⁴⁴ Publicação no DCN2 de 06/03/1991 - página 575

A forma de ingerência externa (fato de identificação das idéias trabalhista centradas no nacionalismo) atingia, como vimos, desde políticas econômicas a políticas sociais – o que resvala, de uma forma ou de outra, na relação do estado com a sociedade, ou mesmo na definição do papel do estado. É a partir deste último que Darcy Ribeiro discute (no início de sua legislatura, através de textos e até de proposições em sua atividade parlamentar) duas questões como as que ele se referiu, logo acima, com relação às políticas públicas.

No dia seguinte ao seu discurso de posse, 21/03/1991, Darcy Ribeiro encaminhou um bloco de RQS – nº 71, nº 72, nº73, nº 74, nº 5 e nº76 – pedindo informações aos ministros da justiça e da saúde. Cada um desses requerimentos diz respeito ao que Darcy Ribeiro entende sobre a relação entre estado e sociedade – que tem a ver diretamente com o tema do nacionalismo, tratado em seu discurso. A questão indígena é a primeira a ser abordada, e está exposta em um bloco, no conteúdo do RQS – nº 74. Este RQS pedia informações, ao ministro da justiça, sobre a morte de índios no Mato Grosso do Sul, no ano de 1991.

Este RQS tem relação ainda com o primeiro tema citado em seu discurso de posse (a questão indígena), pela menção do Marechal Cândido Rondon, visível no título ‘Um tempo sem Rondon’. Este tema esteve ligado, diretamente, à primeira atividade profissional do senador. Durante os anos 50, Darcy Ribeiro atuou como indigenista do SPI – Serviço de Proteção aos Índios, posteriormente FUNAI – (Fundação Nacional do Índio). No discurso ele aponta, segundo sua visão, como o exército vinha renegando a imagem de Rondon ao defender políticas anti-indigenistas.

A proposição do RQS (de número 74) tem dois sentidos interessantes, se observamos a carreira de indigenista de Darcy Ribeiro. No caso da questão indígena, naquele ano, ocorriam várias mortes de índios guaranis no estado do Mato Grosso do Sul – Darcy Ribeiro responsabilizava o estado por essas mortes, já que havia ciência por parte deste quanto à miséria e ao abandono dessas populações.

Darcy Ribeiro destacou-se como indigenista, devido à sua formação em etnologia e a seus trabalhos de campo (feitos na década de 1950, no SPI). Ele saiu em expedições, ao lado do Marechal Cândido Rondon, e publicou diversas obras etnológicas. Desde então, o tema dos índios nunca estivera fora das questões políticas de ele que tratou. Darcy Ribeiro foi profundamente criticado (por parte da etnologia, a

partir dos anos 80) pela relação de seus trabalhos teóricos com a militância política partidária⁴⁵.

Há uma grande discussão sobre a perspectiva indigenista de Darcy Ribeiro, vinculada na revista *Carta* (em 1993, no número 7), que fora dedicada ao ano internacional do índio. A discussão sobre este tema, na revista, feita por Darcy Ribeiro, diz respeito aos seguintes pontos: se a questão indígena passa a dizer respeito ao estado (o que circunscreve de antemão a perspectiva indigenista de Darcy Ribeiro), poderíamos afirmar que uma força responsável por isso foi Darcy Ribeiro. Logo, ela estaria impregnada por seu nacionalismo também. Tratava-se de pensar a relação dos povos indígenas com um projeto nacional, na tentativa de equilibrar os interesses, a partir de uma teoria de crítica ao capitalismo. Como isso foi possível?

Segundo Darcy Ribeiro⁴⁶, o primeiro contato da civilização com os povos indígenas se deu a partir das frentes de expansão. Posteriormente, tal contato realizou-se pelas frentes pioneiras (ou avanço das fronteiras) e a lógica da relação de mercado dos grandes latifúndios – que avançaram sobre as terras indígenas, causando o mesmo estrago do processo de colonização do Brasil, desde sua descoberta, sob as vestes da cristianização (“um verdadeiro genocídio dos povos ameríndios”, nas palavras do autor). A relação disto com o trabalhismo e a concepção de estado socialista de Darcy Ribeiro é a seguinte: caberia ao estado arbitrar estes conflitos e conter as invasões de terras indígenas, em detrimento dos interesses individuais de latifundiários, reconhecendo os direitos dos índios como os de autênticos donos da terra. A relação destes com o estado-nação deveria ser sempre legítima, visto que, para a formação da identidade brasileira, os povos indígenas foram fundamentais. Segundo Darcy Ribeiro, a ligação dos índios com os portugueses – na explicação da formação do Brasil, através da instituição do “cunhadismo” – deixa isto bem claro, concluindo que:

Como se vê, na gestação do Brasil, o fenômeno étnico interfere de forma substancial como a forma de fundir humanidades novas, até que de todo esse

⁴⁵Para maiores informações consultar: ‘Revista Encontros com a Civilização Brasileira’, os textos de Roberto DaMatta e a resposta de Darcy Ribeiro, bem como a tese de Mattos (2007) – que narra, parcialmente, um debate destes autores com relação ao papel do antropólogo e o indigenismo de Darcy Ribeiro. Para uma crítica mais teórica à etnologia de Darcy Ribeiro, consultar: Viveiros de Castro, E. *Etnologia brasileira*. In: Sergio Miceli. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970 1995)*. 1 ed. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 1999, v. , p. 109-223.

⁴⁶ Ribeiro, Darcy. *Os Índios e a Civilização: A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.

drama surgisse o ‘pequeno gênero humano’ que somos nós, os brasileiros. (RIBEIRO, 1993d, p.17)

Esta reflexão de Darcy Ribeiro – sobre a base de formação do povo brasileiro, como de grande precedente indígena – foi o que permitiu ao antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, segundo o autor, se referir ao Brasil como o local onde ‘todo mundo é índio, exceto quem não é’. Não obstante, o autor aponte o equívoco da tese de Darcy Ribeiro – ao entender a morte dos índios – como um processo quase que irreversível, levando em consideração que, a partir da década de 1980, viu-se uma recuperação dos índices de crescimento das populações indígenas (o que não era o caso à época do livro ‘Os Índios e a Civilização’, quando Darcy Ribeiro apresentou seu diagnóstico).

O problema político apontado na década de 1990, portanto, passar a ser colocado por Darcy Ribeiro nos termos de integração sem assimilação – que quer dizer reconhecer que estes povos, na atualidade, se identificam como tais e não como brasileiros. O autor recorda a polêmica discussão, ocorrida em meados dos anos 70, sobre a proposta de emancipação indígena durante o governo Geisel:

Geisel dizia: por que esses índios se mantêm nessa mania de serem índios? Meu pai e minha mãe são alemães. Eu só falei alemão até os doze anos de idade e hoje sou um brasileiro. Esses índios teimam em ser índios, provavelmente porque são induzidos a isto pelos missionários e pelos funcionários do Serviço de Proteção. (RIBEIRO, 1993d, p.18)

Na perspectiva de Darcy Ribeiro, a ‘emancipação’ compulsória proposta por Geisel, nos anos 70, teria como resultado para os índios, a perda de suas terras e de qualquer direito ao amparo oficial e, portanto, em sua dizimação. É assim que Darcy Ribeiro relata sua luta como indigenista (ao lado dos irmãos Villas Boas, na construção do Parque Indígena do Xingu): como uma política estadista de amparo oficial, relacionando-a à questão semelhante nos anos 90 – que era a demarcação da terra dos Yanomami e que teve repercussão mundial. Tendo sua perspectiva política sido fundada na ideologia trabalhista e na militância indigenista, o autor conclui que:

Recorde-se que, suceda o que suceder aos índios, isso já não afeta o destino nacional, como afetaria há dois ou três séculos. Hoje, aconteça o que acontecer aos Yanomami e aos outros índios, isto não afeta o destino da Nação brasileira, mas afeta a honra do Brasil. Esse país nosso, esse povo que somos nós, ou tem honra e respeita os direitos, orgulhando-se de sua melhor tradição, ou se converte mesmo num covil de assassinos amparados por uma lei truculenta. (RIBEIRO, 1993d, p.22)

Note-se que a questão do nacionalismo e da unidade nacional (centro da ideologia trabalhista) não afeta o respeito às diferenças das comunidades que vivem sem comungar do credo da identidade nacional brasileira – esta mesmo, deste ponto de vista, deveria incorporar (como ética e política de estado) o respeito aos outros povos. Dá-se, aí, a relação entre o nacionalismo (caro ao trabalhismo de Darcy Ribeiro) e o indigenismo do autor, a partir de uma especial atenção às minorias étnicas.

O termo genocídio (como relatado em seu requerimento⁴⁷) é tributário da etnologia ‘de’ Darcy Ribeiro, e é interessante seu retorno na prática legislativa do senador (na forma deste requerimento) anos depois, levando em consideração os suicídios de índios Guarani – Kaiowá e Nândeva – no Mato Grosso do Sul, à época.

Definindo o índio como ‘índio brasileiro’, pertencente à nação, seus interesses começam a fazer parte do estado – cabendo a este a responsabilidade na defesa dos interesses indígenas, constituindo uma política que seria, posteriormente, criticada como tutelar. Neste sentido, não só o estado deveria intervir na economia (como um agente de industrialização), mas também diretamente em outros problemas sociais. Assim, a questão indígena – como responsabilidade do Estado, conforme o defendido por Darcy Ribeiro – é um exemplo do papel do estado diante da questão social.

Com relação à política demográfica, ela foi tratada no discurso de posse de Darcy Ribeiro, com o subtítulo de ‘Genocídio – Estamos Matando Nosso Povo’. O autor, neste discurso, primeiramente, passa uma mensagem esperançosa da riqueza e das potencialidades do Brasil para, então, assumir o tom de denúncia do que a miséria vinha trazendo como conseqüência: a morte de vários brasileiros – tal denúncia está nos ideais defendidos pelo senador. Já antecipei o conteúdo de um de seus requerimentos ao apresentar a questão indígena (tratada no RQS – N° 74) e que se encaixa neste debate do ‘genocídio’. Alguns outros pontos foram discutidos pelo autor com relação a este tema.

Darcy Ribeiro menciona, assim, o caso de associações para-militares: estas vinham dizimando “pivetes e trombadinhas” – ações consentidas pelo governo que, ao tratá-los como criminosos, “tinha como triste tarefa estancar a vida de crianças e jovens, vistos como perigosos, no lugar de dar-lhes oportunidades” (RIBEIRO, 1991a, p.12). O autor ressalta, também, números que demonstram a violência gerada pelo tráfico de droga.

⁴⁷ Sobre a tramitação deste requerimento: ele teve início em 21/03/1991 e foi encerrado em 26/11/1991, mediante resposta do ministro da justiça.

No que diz respeito a seus requerimentos e a discussão sobre este tema, Darcy Ribeiro pede esclarecimento sobre a morte de menores no Brasil. Trata-se do RQS nº 72⁴⁸ – que foi encaminhado sob as mesmas bases legais daqueles documentos enviados em bloco (mencionados anteriormente) – em que Darcy Ribeiro também pediu informações ao ministro da justiça. Desta vez, a informação pontual dizia respeito ao número de assassinatos de menores no país⁴⁹.

O segundo problema – com relação à morte de brasileiros – também será tratado sob os termos de sua atividade parlamentar. Tal questão diz respeito ao genocídio de mulheres brasileiras, que ocorreu devido a abortos mal conduzidos e “(...) pior, ainda no curso desse genocídio, mil vezes pior o destino de nosso povo, é o caso daquelas mulheres, milhões delas, induzidas a esterilizar-se em programas sinistros de contenção de natalidade”. (RIBEIRO, 1991a, p.21) A denúncia era a de que, organizações internacionais (atuando criminosamente em nosso país) já teriam esterilizado mais de sete milhões de brasileiras. O RQS Nº 71 trata-se de um requerimento ao poder executivo, encaminhado ao ministro da justiça, pedindo informações sobre o número alarmante de abortos fatais, no Brasil. Tal pedido seguiu os termos regimentais, e destaca-se o fato de este estar de acordo com o art. 50,⁵⁰ parágrafo segundo, da Constituição Federal.

⁴⁸ Fonte: senado federal/ impresso em 29/11/2009 23:31h, sistema de tramitação de matérias - RQS 0072 / 1991 ou DCN2 21 07 PAG 6044.

⁴⁹ Em 1991, Darcy Ribeiro mandou este requerimento solicitando informações ao ministro da justiça (na época, Jarbas Passarinho) sobre ação de policiais e de organizações para-militares que estavam assassinando menores no Rio de Janeiro. Na madrugada de 23 de julho de 1993, nas mediações da catedral do Rio (a igreja da Candelária), foram mortos seis menores e dois maiores sem-teto, por essas organizações, tornando o fato de grande repercussão na imprensa nacional.

⁵⁰ O artigo 50 da constituição foi alterado pela emenda constitucional de revisão nº 2, de 1994. Art. 1.º É acrescentada a expressão "ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República" ao texto do art. 50 da constituição, que passa a vigorar com a seguinte redação: "**Art. 50.** A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas comissões, poderão convocar Ministros de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando em crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada."

Art. 2.º: é acrescentada a expressão "ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo" ao § 2.º do art. 50, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 50.**.....§ 2.º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informação aos Ministros de Estado; ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas." (Fonte: constituição federal). Conforme o exposto, a emenda constitucional não recaiu sobre a ação legislativa de Darcy Ribeiro, analisada nos RQS 71 a 76, que dispõe sobre os pedidos de informação a ministros de estado, anterior a redação, de 1994.

Ainda sobre este caso, há um terceiro RQS⁵¹ (do mesmo bloco), correspondente ao nº 73⁵², e que diz respeito a um pedido de informações para o ministro da justiça, sobre a esterilização de mulheres no Brasil. Darcy Ribeiro era veementemente contra a política que estava sendo sugerida por organizações internacionais, ao afirmar que:

No raciocínio deles, os bens da Terra são demasiadamente escassos para que se generalize o carro da vida. Em conseqüência, nós teríamos que contentar-nos com um baixo processo civilizatório, ainda que o alto padrão dele só se mantenha as nossas custas. (...) Temendo a superpopulação e as conseqüências sociais que ela poderia ter, eles se empenham no único programa, com financiamento generoso, que têm para nós, que é a redução de nossa população através da esterilização das mulheres do Mundo Moreno. (RIBEIRO, 1991a, p.10)

Ainda sobre esta questão de denúncia de ingerências externas (como valores alheios ao nacionalismo), na revista Carta' 1991, de número 1, o senador anexa um texto que trata de um documento secreto, do *National Security Council*, sob o título de 'Quem custeia a Esterilização de milhões de brasileiras'. Neste texto, o autor quer destacar o financiamento de programas – a partir de órgãos como a Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID), além de entidades nominalmente privadas, como a *Intenational Planned Parenthood Federation* (IPPF) – como políticas externas voltadas para as questões do controle de natalidade, nos países subdesenvolvidos. Segundo o texto:

Os documentos confirmam, categoricamente, as recentes denúncias do Ministro da Saúde do Brasil, Alcení Guerra, contra agências estrangeiras, inclusive governamentais, responsabilizando-as pelos ilegais programas de esterilização maciça aplicados a milhões de mulheres brasileiras, nos últimos anos. (Revista Carta: p.112, 1991c)

Todo o documento é um memorando especial da *Executive Intelligence Review* (EIR) e tem relação direta com a atividade parlamentar do senador, através de dois requerimentos sobre políticas demográficas no Brasil.⁵³ Tal questão é destacada, pelo

⁵¹ Seu requerimento foi feito em 21/03/1991, e encerrado com aprovação e envio da solicitação, por parte do ministro, em 19/11/1991.

⁵² Fonte: senado federal/ impresso em 29/11/2009 23:35h. Sistema de tramitação de matérias - RQS 0073 / 1991 ou DCN2 03 05 PAG 1988. Seu sumário de tramitação inicia-se em 21/03/1991, a partir de sua leitura, e encerra-se com seu arquivamento, tendo sido aprovado com a remessa da solicitação pelo ministro da justiça, em 26/11/1991.

⁵³ Os RQS 73 e 76 solicitam informação para o ministro da justiça e para o da saúde sobre o caso da política de esterilização de mulheres, para controle de natalidade.

senador, por demonstrar a magnitude da interferência externa – não só em termos econômicos, mas em políticas públicas. O RQS N°75⁵⁴ foi encaminhado ao ministro da saúde, pedindo as mesmas informações (sobre os abortos ocorridos no Brasil) que já haviam sido requeridas ao ministro da justiça, apontando a necessidade de fontes de informações diferentes. Outro RQS, neste mesmo sentido, foi o de n° 76⁵⁵, encaminhado como pedido de informação (também ao ministro da saúde) sobre a esterilização de mulheres no Brasil.

Ainda sobre a questão do desenvolvimento nos debates da sociedade (nos anos 90), além da perspectiva liberal (da qual optaram os governos), a questão ambiental surgiu como agenda de discussão – só que, com esta perspectiva, Darcy Ribeiro abre um diálogo maior. A primeira atividade de destaque de Darcy Ribeiro, no ano de 1992, foi em torno da Eco-Rio 92. Esta atividade está vinculada ao requerimento de N° 452⁵⁶, onde o senador pede que se considere, como licença, sua ausência entre o período de 1 a 14 de junho de 1992 – quando esteve participando de uma conferência organizada pela ONU, a Eco - Rio 92. Sobre essa conferência, Darcy Ribeiro dedicou um dos números temáticos de sua revista Carta⁵⁷. Nela, percebe-se uma leitura trabalhista para os temas que estavam sendo postos na agenda política mundial, como o caso do desenvolvimento sustentável.

Darcy Ribeiro participou ativamente da Eco-Rio 92. Em tom radiante, no prólogo da primeira revista Carta' (do ano de 1992), Darcy Ribeiro comenta suas discussões sobre este tema, iniciando seu texto com um: “Viva a Vida!” Tratava-se de chamar atenção do leitor à ocorrência, no Rio, de um encontro onde “milhares de cidadãos de todo o mundo estariam preocupados com o destino da vida na Terra” (RIBEIRO, 1992a, p. 14). Darcy Ribeiro situa o encontro no prólogo de sua revista, apontando uma mudança de risco no mundo, ao decorrer do tempo: no lugar do medo

⁵⁴ Fonte: senado federal/ impresso em 30/11/2009 00:01h. Sistema de tramitação de matérias - RQS 0075 / 1991 ou DCN2 29 05 PAG 2651. O pedido foi feito em 21/03/1991 e encerrado em 19/11/1991, com as informações requeridas dadas pelo ministro da saúde.

⁵⁵ Fonte: Senado federal/ impresso em 30/11/2009 00:07h. Sistema de tramitação de matérias - RQS 0076 / 1991 ou DCN2 29 05 PAG 2651.

⁵⁶ Fonte: Senado federal/ impresso em 15/12/2009 03:29h. Sistema de tramitação de matérias – RQS 00452 / 1992 ou DCN2 02 04 PAG 1637.

⁵⁷ Revista Carta', 1992, número 1, seriação de início e número 5, seriação final.

da guerra-do-fim-do-mundo por duas potências irresponsáveis (glosa da Guerra Fria), era hora, agora, de temer e pensar nas condições da vida na Terra, diante da destruição da natureza. Isso porque, de acordo com o diagnóstico de especialistas, a vida humana estaria seriamente ameaçada, caso houvesse a manutenção da proposta de desenvolvimento em vigência, à época. (RIBEIRO, 1992, p.16).

O prólogo de Darcy Ribeiro, na revista, é sucedido pelo texto ‘Desafio Global’, da Primeira-Ministra da Noruega – política responsável por profunda militância da causa entre os estadistas de primeiro mundo. A primeira-ministra define a questão ambiental como o novo eixo político para a nova década, sintetizando tais noções na seguinte ideia:

O desenvolvimento sustentável não é um estado permanente de harmonia, mas um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras. Sabemos que este não é um processo fácil, sem tropeços. Assim, em última análise, o desenvolvimento sustentável depende de empenho político. (BRUDTLAND, 1992a, p. 61.)

Percebe-se a definição de uma nova agenda política e, dentro desta proposta, o texto seguinte (apresentado por Darcy Ribeiro), de Miguel Darcy de Oliveira, se situa, na reflexão do lugar dos países subdesenvolvidos neste projeto – o que interessaria diretamente à discussão do desenvolvimento, como tratada pelos trabalhistas. O principal argumento do autor (escolhido por Darcy Ribeiro), para situar esta discussão, é estabelecer uma relação entre o hiperconsumo de alguns países e a pobreza de outros. Desta forma, o autor afirma que, na questão do desenvolvimento sustentável, não deve ficar de fora o problema da desigualdade social. Miguel Darcy de Oliveira, por fim, conclui que, a despeito do grande crescimento e da destruição dos recursos naturais (em nome do progresso, no último século), a desigualdade social só aumentou.

A crítica política (que incorpora o debate da questão ambiental, o trabalhismo e a posição de Darcy Ribeiro) é a de que faz-se necessário pensar as duas coisas juntas: a preservação da natureza e o problema da desigualdade social. O problema não seria apenas o desenvolvimento sustentável, mas a grande questão de fundo é como se produziria o desenvolvimento com justiça social.

Miguel Darcy de Oliveira, ainda, chama atenção para o fato de que as questões discutidas na Eco-92 transbordam o limite da economia e da política, com a emergência de uma sociedade civil planetária. Ou seja, há o destaque na ação política

das ONGs – tema que, até então, não aparecia nas discussões da revista. Portanto, o assunto “desenvolvimento sustentável” pode ser tomado como uma nova discussão a ser incorporada à cultura política trabalhista – diferentemente daquele núcleo duro do binômio dependência-desenvolvimento, da relação capital e trabalho, que sustentou a ideologia durante a década de 1960.

Foram apresentados o debate sobre o desenvolvimento – que definiu as políticas sobre o papel do estado em sua relação com a sociedade e com o mercado, sob diferentes perspectivas – na tentativa de realçar a proposta de Darcy Ribeiro, a partir do nacional-desenvolvimentismo. Viu-se que, o governo de Fernando Collor de Mello deu início a uma reforma de estado, a partir do modelo liberal. O momento foi de crise e a sociedade brasileira se mobilizou para reconduzir um projeto de Brasil – que teve expressão nos governos e no Congresso Nacional, em relação à globalização, a partir da redefinição da política econômica. Nesse debate, Darcy Ribeiro (a partir da sua atividade parlamentar) trouxe um projeto alternativo que fazia uso da história – em específico a história do trabalhismo no Brasil – com uma perspectiva de desenvolvimento (definida por uma relação maior do estado com a sociedade, no modelo do estado de bem-estar-social – perspectiva contrária aos defensores do estado mínimo, que foram ganhando espaço, no governo, assim que obtiveram sucesso nas medidas de estabilização financeira). Esta foi uma das principais pautas políticas discutidas durante o processo de consolidação da democracia.

O importante é assinalar como, na atividade parlamentar de Darcy Ribeiro (com relação ao debate do desenvolvimento), figuras como Getúlio Vargas e João Goulart eram freqüentemente lembradas – pois, a partir de um modelo de política (que tinha como amálgama um projeto econômico nacionalista e voltado para a questão de ampliação dos direitos sociais) se resgatava os valores de um projeto político que constituiu o resgate desta tradição, no seio do trabalhismo, via o PDT nos anos 90.

No capítulo seguinte, tem-se como objetivo verificar outros usos do passado por Darcy Ribeiro (neste movimento de atualização do trabalhismo para questões específicas àquele período), além de observar sua atividade legislativa – como a proposta de sua única PEC (durante seu mandato) e a aprovação da LDB (como resultado do PLS 201, proposto por Darcy Ribeiro no ano de 1992).

Capítulo III

Um projeto republicano para o Brasil: Darcy Ribeiro e os usos do passado

Memória, patrimônio, história, identidade, nação se encontram reunidos na evidência do estilo direto do legislador. (HARTOG, François, 2006, p.265)

Neste capítulo, pretende-se analisar os usos do passado por Darcy Ribeiro na atualização da tradição política trabalhista, a partir de alguns temas que atravessaram sua atividade parlamentar. Primeiramente, o foco de investigação perpassará o plebiscito de 1993, momento que Darcy Ribeiro participou engajadamente nos debates públicos em defesa do presidencialismo. Objetiva-se, neste primeiro momento, demonstrar a construção dos argumentos de Darcy Ribeiro utilizando o passado como elemento central para marcar sua posição no debate sobre as formas de governo. Ainda a partir desta mesma estratégia, busca-se evidenciar a atuação política de Darcy Ribeiro e os usos eleitorais da memória para a campanha presidencial de 1994. Em um terceiro caso, tenciona-se abordar sua proposta de reforma agrária através da única proposição de emenda à constituição feita por este durante sua atividade parlamentar; além de chamar atenção para como a democracia aparece como um valor intrínseco ao projeto republicano defendido por Darcy Ribeiro. Esta relação de Darcy Ribeiro entre os anos 1960 e os anos 1990, verificada nos exemplos acima (a partir de temas e tendo a democracia como elemento amalgamador), por fim, será analisada, em seu rejúbilo quando da aprovação da LDB, no ano de 1996, exaltando a participação do Senado Federal naquela lei.

Seguindo o processo de consolidação da democracia no Brasil, em 1993, ficou estabelecido (a partir da proposta da lei nº 8.624 de 4 de fevereiro de 1993) um plebiscito sobre formas de governo para o Brasil. Esta questão do plebiscito teve relação

com a atividade parlamentar de Darcy Ribeiro a partir do RQS⁵⁸ de N° 333⁵⁹, solicitando licença para ausência dos trabalhos da Casa. Esta solicitação tinha o intuito de justificar sua participação, na universidade do Rio Grande do Norte, de debate sobre o plebiscito⁶⁰ (nos dias 06, 07, 11 a 13 de abril).⁶¹

Considerações de Darcy Ribeiro sobre o plebiscito foram tema de discussão de um número de seu periódico.⁶² Este número foi acompanhado de uma carta dirigida ao diretor executivo do CEGRAF (Gráfica do Senado Federal), Agaciel Maia, justificando a emergência do periódico:

Estamos empenhados, o senador Marco Maciel e eu, na campanha presidencialista que já começou a rodar. Serão sessenta dias de campanha. O documento principal de caráter teórico que a Frente Parlamentar Presidencialista contará para campanha é a nossa Carta' 1993/1 n° 6. Como você vê se trata de urgência urgentíssima. Para facilitar o trabalho da gráfica, você esta recebendo um disquete com todo o texto composto e paginado para entrar em máquina. Faça outro milagre para mim, meu caro Agaciel, produzindo esta Carta', com toda rapidez. Caso você ache necessário acionar o Marco Maciel e o Lucena para isto, diga ao Marcelo Câmara, que eu os acionarei. (RIBEIRO, 1993e, s/p)

No prólogo deste número da revista, Darcy Ribeiro expõe sua posição para o plebiscito. Nele o senador enfatiza a defesa do presidencialismo a partir da leitura da experiência política do PTB durante os anos 1960. Para falar do presidencialismo o texto teve como título 'Udenismo e Parlamentarismo'. A UDN, no período da República de 1945-1964, foi o partido de oposição ao velho PTB, partido que o PDT, como já mencionado, recuperara como tradição e orientação política. Desta forma, a crítica ao parlamentarismo feita por Darcy Ribeiro foi embasada na associação desta forma de governo com forças políticas legatárias de uma ideologia entendida como de continuidade dos interesses que atuavam na UDN. Estas forças seriam as responsáveis pelo suicídio de Getúlio Vargas e também pela deposição do presidente João Goulart e, conseqüentemente, pelo golpe militar. Este fato diz respeito a um dos índices elencados por Berstein (1996) que definem uma cultura política, a saber: as formas de governo,

⁵⁸ Neste mesmo período há destaque para os vários pedidos do senador solicitando licença autorizada sinalizando que seu estado de saúde começou a deteriorar-se desde então.

⁵⁹ Fonte: Senado Federal/ Impresso em 24/12/2009 20:52h Sistema de Tramitação de Matérias – PLS 0333 / 1993 ou DCN2 14 04 PAG 3144.

⁶⁰ O plebiscito sobre a forma e sistema de governo no Brasil, foi realizado a partir da sugestão da lei n° 8.624 de 4 de fevereiro de 1993, sendo realizado o pleito no dia 21 de abril do ano de 1993.

⁶¹ O pedido de licença foi feito no dia 07/04/1993 e teve sua aprovação no dia 13/04/1993.

⁶² Revista Carta' 1993 - 1. A revista 'Carta': Falas, Reflexões e Memórias' de 1993, número 6, conforme sua nova seriação. Neste mesmo ano a revista começa a ser catalogada serialmente. Com relação a todos os números e não mais como em sua formatação inicial que tinha como elemento central a seriação anual.

quando o mesmo se refere ao arranjo institucional que cada cultura política tende a defender.

Desta maneira, Darcy Ribeiro faz menção direta à forma de governo parlamentarista, considerando-a para o Brasil, como uma espécie de golpe. Para tanto, toma a solução para a posse de João Goulart, durante a crise política de 1961, (a partir da mudança do regime para o parlamentarismo) como um dos fatos memoráveis que justifica esta forma de governo como um golpe para os trabalhistas⁶³. Neste período, a solução encontrada pela oposição para restringir o poder do PTB, que assumia novamente o governo (em decorrência da renúncia de Jânio Quadros) foi o parlamentarismo. Por outro lado, o plebiscito realizado em 1963 (momento em que o presidencialismo foi restaurado) foi visto como uma vitória pelos partidários de João Goulart. Nesta época, Darcy Ribeiro já era ministro chefe da Casa-Civil do então presidente. Considerando estes fatos, Darcy Ribeiro afirma, em 1993, que a adoção do parlamentarismo:

(...) teria o efeito muito desejável para a direita de dificultar o acesso da esquerda ao poder para renovar a sociedade, a fim de criar uma economia socialmente responsável. Assim é que o presidencialismo se associa às aspirações de mudanças estruturais enquanto o parlamentarismo se atrela ao conservadorismo resistente às transformações. (RIBEIRO, 1993a, p.9)

Vale a pena notar que o parlamentarismo geralmente dá mais poderes ao legislativo e ao Senado Federal em particular. Mesmo a despeito do fato de Darcy Ribeiro ser um senador sua opção foi pelo presidencialismo. O senador menciona que o problema político do parlamentarismo como sistema de governo residiria na representação política, pois, segundo afirma Darcy Ribeiro: “grande parcela do povo é

⁶³ Vale notar que a cultura política trabalhista nem sempre é determinante na análise do comportamento político de seus partidários. Por exemplo, a tradição se esforça por enfatizar a imagem de um de seus mais importantes líderes, Leonel Brizola, como “a do defensor da legalidade institucional, através do episódio de 1961, de luta pela posse do presidente João Goulart” GOMES, 2004, p.15) e contra a solução parlamentarista, fato que demarcaria uma predileção do trabalhismo pelo presidencialismo; Ronaldo Vainfas (2007), a partir de um artigo sobre a trajetória política de Leonel Brizola, mostra-nos um ponto importante com relação a um voto de Leonel Brizola como deputado estadual da Câmara do Rio Grande do Sul, nos anos 40, a favor do parlamentarismo, retirando esta coerência que a memória da tradição tende a enfatizar. Segundo o autor: “Embora os trabalhistas tenham alcançado maioria na Assembléia Legislativa, o candidato ao governo, Alberto Pasqualini, saiu derrotado pelo adversário pessedista. A bancada votou, então, por ocasião da elaboração da Constituição gaúcha, a favor do parlamentarismo, visando restringir os poderes do Executivo (decisão que seria anulada pelo Supremo Tribunal Federal). Brizola que mais tarde protagonizaria, com destaque, diversas campanhas a favor do presidencialismo no plano nacional, votou pelo parlamentarismo em 1947, comprometido com as decisões partidárias no âmbito estadual.” (VAINFAS, 2007, p. 482)

suscetível de ter a cabeça feita pelas elites com o uso abusivo da mídia e da corrupção eleitoral” (RIBEIRO, 1993a, p.10). Considerando este fato conclui que:

As eleições parlamentaristas elegeriam um falso presidente, que não governa. Quem governa é o primeiro-ministro escolhido, entre eles, pelos deputados e senadores. São também eles que determinam as políticas públicas. Como negar que uma eleição assim seria um golpe? (RIBEIRO, 1993a, p.9)

Darcy Ribeiro menciona também que nem todos os parlamentaristas são golpistas, mas sim, alguns por ingenuidade ou por atração por um regime exótico. Para fazer sua crítica recupera então os anos de 1954, 1961 e 1964, como mencionado, manifestando-se a favor do presidencialismo: “Não é possível que as próximas eleições sejam ganhas, outra vez, pelas elites. Mas, no presidencialismo, há pelo menos, a possibilidade de que, através do voto popular, o Brasil mude de rumo e venha, afinal, a dar certo para todos os brasileiros”. (RIBEIRO, 1993a, p.11)

Ainda neste número da revista há outra sessão que foge à regra de diagramação. Seria a sessão de ‘Reflexões’, que nesta edição, sobre o plebiscito, foi apresentada diretamente como a sessão de ‘Memória’. Pode-se perceber assim que, neste número da revista, ao contrário dos outros, a ordem foi invertida, já que os textos de reflexões (mais presentistas) são substituídos por uma sessão de documentos históricos (intitulada ‘Memória’). Da forma como disposta, a revista enfatiza, sobremaneira, a necessidade de (re)leitura de uma cultura política republicana para o Brasil. Tendo como marco temporal uma leitura que se estende retrospectivamente até o período de luta contra a monarquia.

Com relação a este período os textos anexados foram: ‘Manifesto Republicano da Frente Presidencialista’; depois um texto de Lopes Trovão, intitulado ‘Viva a República’; um de Joaquim Nabuco, ‘A República é Incontestável’; um de Munhoz da Rocha, intitulado ‘Aventura Desastrosa’ e outro de João Mangabeira, com o título ‘O Melhor para o Brasil’. Todos os textos justificam o presidencialismo como forma de governo e como resultado de uma conquista de políticos brasileiros.

Os três primeiros textos fazem referência direta à Proclamação da República em 1891 e seu processo de consolidação; os restantes são relativos a períodos em que a forma de governo presidencialista (que sempre foi associada ao autêntico republicanismo no Brasil) foi colocada em discussão. Pode-se perceber isto, por exemplo, quando no primeiro texto o argumento central reside em uma oposição entre

parlamentarismo e presidencialismo, chamando atenção para o parlamentarismo como um regime de sociedades estáveis e consoante ao desejo de restaurar a monarquia. Deve-se considerar o modelo inglês para entender tal relação, considerando que há monarquias parlamentaristas e não há monarquias ‘presidencialistas’.

No texto seguinte (texto de Quintino Bocaiúva, de 1870, Manifesto Republicano⁶⁴), percebe-se a afirmação da posição republicana, antes mesmo de se decidir entre o presidencialismo e o parlamentarismo. Porém, o autor comentando o Manifesto (tal como publicado na revista por Darcy Ribeiro) argumenta que o presidencialismo é “um regime fidalgamente republicano” (BOCAIÚVA, 1993a, p.14). O autor, neste manifesto, apresenta os três poderes, as propensões e virtualidades de cada um e finaliza destacando o presidencialismo como o verdadeiro desafio para o Brasil. Este manifesto de Quintino Bocaiúva apresenta-se a partir de um convite intitulado ‘Aos nossos concidadãos’. O autor faz a exposição dos motivos de seu manifesto a partir de uma análise do processo histórico, concluindo que: “As reformas a que aspiramos são complexas e abrangem todo o nosso mecanismo social. Negá-las absolutamente fora uma obra ímpia porque se provocaria resistência. Aprazá-las indefinidamente fora um artifício grosseiro e perigoso”. (BOCAIÚVA, 1993a, p.17). As sugestões dos textos escolhidos anunciavam o debate presente: a necessidade de reformas que, por sua vez, estivessem sustentadas pelo presidencialismo, a expressão mais evidente de um “republicanismo possível” para o contexto brasileiro.

Outro texto proposto pela revista, para a discussão do presidencialismo, foi o de Lopes Trovão, intitulado ‘Viva a República’. Teve a seguinte apresentação: “Publicista de muitas vanguardas, reivindica, entre outros, os direitos da mulher e, pela primeira vez no país, o seguro-desemprego, a instituição do divórcio, o voto feminino e o voto para o analfabeto. Pugnou pelo ensino fundamental gratuito e obrigatório e condenou tenazmente a pena de morte”. (CÂMARA, 1993a, p.53). Marcelo Câmara, editor-chefe da revista, fez a apresentação do texto ressaltando, no final, como Lopes Trovão foi esquecido pela “historiografia oficial”.

As propostas de Lopes Trovão à época mostravam-se muito progressistas, a exemplo da defesa do voto feminino. Todavia, sua imagem como republicano, conforme afirma Marcelo Câmara, foi bastante esquecida, tornando-se mais plausível evidenciá-la, como na tentativa da revista de retornar a seu texto em 1993, quando a garantia de

⁶⁴O manifesto conta com vários nomes e foi publicado no 1º número do jornal ‘A República’ – RJ 3.12.1870

muitos dos direitos defendidos por este propagandista, já tinham sido reconhecidos pelo estado brasileiro.

Assim, as idéias defendidas por Lopes Trovão neste trecho evidenciam claramente a luta por direitos caros ao ideário trabalhista, como a democracia (embora seja anacrônico discutir as diferenças entre tais concepções, mas convergem no sentido do anti-monarquismo como defendido por Darcy Ribeiro). E não se trata apenas de uma questão de convergência, mas de ideário político e de efetivação (ou tentativa) de uma cultura política republicana. Este texto foi um balanço da atuação de Lopes Trovão na ‘Comissão dos Vinte e Um’ que elaborou o projeto da Constituição Republicana de 1891. Nele, e depois em plenário, o autor prega a tolerância com os vencidos, o pluralismo democrático e defende eleições diretas em todos os níveis.

Colocadas as propostas de regime republicano para aquele período, no intuito de reforçarem o argumento da revista, anexou-se um texto de Joaquim Nabuco intitulado ‘A República é incontestável’. Este texto tem sua ênfase, no contexto da revista, no fato de ter sido escrito por um monarquista que passou, com o tempo, a apoiar a república.

Retomando o principal argumento de Darcy Ribeiro (do parlamentarismo como um golpe) o último texto apresentado na sessão de Memórias foi o de João Mangabeira. Este texto versa sobre a conjuntura de 1963. O autor argumenta que, na posse de João Goulart, a medida de instituir o parlamentarismo pelo Congresso configurou-se como um erro histórico. O autor é apresentado por Darcy Ribeiro como o fundador do Partido Socialista Brasileiro e notável homem de idéias.

Afora estes usos do passado para dar destaque à cultura política republicana e reafirmá-la como propaganda para o plebiscito, há outra sessão na revista que deixa de apresentar um ponto de vista histórico sobre o tema, centrando-se na discussão das formas de governo para aquela ocasião, de perspectiva funcional. A sessão da revista intitulada ‘Texto Políticos’ apresenta alguns debates à época do plebiscito de 1993 publicados nos principais jornais do país, com a participação de especialistas. Todos a favor do presidencialismo, cada um argumentando sobre seu ponto de vista. Têm-se os seguintes autores e textos: Darcy Ribeiro, com ‘O golpe plebicistário’; Marco Maciel, com ‘Por um novo presidencialismo’; Leonel Brizola, com ‘Casuismo das elites’; Orestes Quécia, com ‘O absurdo parlamentarista’; Mangabeira Unger, com ‘A forma de governo que convém ao Brasil’; Francisco Julião, com ‘Minha opção pelo presidencialismo’; Fábio Konder Comparato, ‘Quantos erros para um só plebiscito’; Luciano Martins, ‘A aventura parlamentarista’; Wanderley Guilherme dos Santos,

‘Cartilha antioligarquia’; Leôncio Rodrigues, ‘Parlamentarismo? Para quê?’; Luiz Felipe de Alencastro, ‘É preciso Evitar o Risco’; Vivaldo Barbosa, ‘É melhor votar para presidente’; Marcelo Barbieri, ‘O presidencialismo e o povo’; Tércio Sampaio Ferraz Júnior, ‘A opção entre os sistemas’; Luiz Werneck Vianna, ‘O Argumento oculto’; e, por fim, alguns editoriais do Jornal do Brasil sobre o assunto.

Os argumentos para os políticos deste bloco centravam-se, principalmente, no caráter anti-democrático do regime parlamentarista, ao passo que, para os especialistas, a principal pergunta era sobre a viabilidade institucional do sistema, justificada desde o custo para a reforma das instituições ao problema da governabilidade. Com relação ao problema da viabilidade institucional do regime, ainda com referência a usos do passado, o texto da sessão anterior de Munhoz da Rocha, ex-governador do Paraná, mostra o funcionamento do regime parlamentarista em termos de ineficácia administrativa, a partir de uma discussão sobre a câmara dos deputados durante o período de 1961 a 1962 em que o Brasil estava sob o regime parlamentarista, imposto como condição da posse de João Goulart. Seguindo os argumentos dos políticos, o último ponto destacado foi (já contemporâneo ao plebiscito 1993) como uma mudança da forma de governo poderia ser uma aposta em um momento perigoso, que era o de consolidação da democracia, logo após a ditadura, contando, ainda, com um recente *impeachment*.

Como se demonstrou, os textos apresentam proximidade com a defesa do presidencialismo de Darcy Ribeiro, embora cada um dos autores tivesse seus próprios argumentos. Importante ressaltar que nem tudo é atualização do trabalhismo. Ou seja, no caso de Darcy Ribeiro as experiências políticas e suas relações com uma cultura política republicana, pelo menos na revista, se deram tanto do ponto de vista histórico (como no caso da sessão de memória), como a partir da análise funcional dos sistemas de governos (como na sessão de textos políticos). Ambas perspectivas são utilizadas por Darcy Ribeiro para a construção de seu argumento. Contudo, tomando a particularidade de seu discurso e a relação com seu comportamento político e a dos outros autores, sua ênfase pode ser caracterizada na história, ao mobilizar experiências históricas da tradição política trabalhista, como o caso da crise política de 1961 e sua relação com o plebiscito de 1993, seu principal argumento.

A indicação, para o leitor, de que estes textos, juntam expressões políticas de tempos completamente diferentes, acaba por nos levar a discutir não apenas a Nova República, mas a tentativa de construir a idéia de um “republicanismo para o Brasil”,

sedimentando a percepção de uma tradição histórica, talvez ainda irrealizável em virtude da trajetória acidentada desde Goulart.

A memória do golpe militar e as eleições de 1994: repensando a democracia

No ano seguinte ao plebiscito, 1994, ano de eleições e o último do governo Itamar Franco, Darcy Ribeiro, ainda senador, candidatou-se à vice-presidência da república, apoiando Brizola, que se indicava à presidência. Sua campanha fez uso constante do passado como estratégia eleitoral. Em 1994, um dos grandes temas do debate eleitoral foi o das ações do regime militar, que completava trinta anos. Assim, leituras sobre o passado entremearam-se aos discursos políticos eleitorais que se apresentavam ao debate público. O trabalhismo associava a política econômica que estava sendo reformulada, principalmente, naquele ano, considerando a instituição do Plano Real em primeiro de julho de 1994, com a política econômica levada a cabo nos ‘anos de sombra’ do regime militar. Ou seja, associavam a política econômica de um dos principais candidatos, Fernando Henrique Cardoso, que a esta altura já deixara o Ministério da Fazenda do governo Itamar Franco, com o liberalismo imputado à política econômica dos militares.

No caso de eleições, é comum mobilizar determinadas versões sobre o passado para subsidiar um discurso político. Para entender as visões sobre o passado por parte do trabalhismo, pode-se refletir como Michel Pollack (1989) que afirma como diferentes registros possibilitam o estudo sobre a tradição de um grupo. Nas palavras do autor:

(...) tomar esses diferentes pontos de referência como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo, uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras culturais. (POLLACK, 1989, p.13)

Assim, uma versão sobre o regime militar por parte dos trabalhistas, durante as eleições de 1994, coloca em disputa memórias sobre aquele período e os orientam, particularmente, em um quadro de distintas posições políticas marcadas por estas diferentes versões sobre o passado e que, portanto, começam a fazer parte da formação

das identidades dos partidos políticos. No jogo político, o passado em disputa, muitas vezes, assume a seguinte configuração: o grupo da oposição tende a ver o passado como continuidade e baseia sua proposta política na idéia de ruptura, de mudança, assim abre as expectativas para tornar-se governo. Quando se trata de um grupo político que está no poder, justifica-se, na maioria das vezes, a sua própria história como fruto de mudança. De maneira que, neste caso, o trabalhismo, nas eleições de 1994, optou por uma leitura do regime militar relacionando-a com a conjuntura da possibilidade de eleição de Fernando Henrique Cardoso, na direção de uma continuidade no que diz respeito às políticas econômicas liberalizantes iniciadas naquele regime, segundo a visão trabalhista. O projeto político trabalhista propunha a mudança, pois é pela mudança que se luta em nome de uma tradição que está “fora das memórias hegemônicas do jogo político” (por mais que a associação com o varguismo impeça colocar o trabalhismo como uma “carta ausente” do jogo político hegemônico). Justifica-se por isto revisar o passado e a necessidade dos trabalhistas de darem sua versão para o golpe militar.

Com efeito, tendo como objeto de estudo o pensamento político de Darcy Ribeiro, interessam, particularmente, as versões do passado deste grupo, como a leitura que fizeram do que foi o regime militar. Este conteúdo pode ser encontrado na revista *Carta*, 1994-3, número 12. Estas memórias devem ser levadas a sério, não pelo estatuto epistemológico⁶⁵ que adquirem a partir da possibilidade de produção de conhecimento para o entendimento do período relativo ao regime militar, já que não configura diretamente o objetivo da análise proposta, mas sim pela possibilidade que enseja de compreensão da ação política destes atores durante aquela eleição na década de 1990 e das disputas políticas decorrentes do processo de consolidação da democracia no Brasil. Seixas afirma ainda que:

A memória como ferramenta analítica e, dentre os vários usos que se pode fazer dela e de suas relações com a história, a questiona como um instrumento político e como elemento amalgamador de identidades e de relações sociais. É algo que, unindo passado e presente, move as ações sociais positivamente em busca de um fim, de sua realização no futuro. (Seixas, 2004)

⁶⁵ As discussões sobre memória e história abriram uma autocrítica no ofício do historiador, a saber, que não lidamos com o passado tal qual ele foi, mas trata-se de uma relação entre nossas questões presentes e as memórias do passado em constante disputa na qual a própria historiografia em certa medida, com a passagem do tempo, também passa a compor a memória social, já que a História desempenha papel fundamental no regime de historicidade de nossa sociedade (LÉVI-STRAUSS, 1958).

A abordagem não foi escolhida aleatoriamente, mas a própria revista faz este movimento considerando que seus textos fornecem uma leitura do passado para orientar ações políticas do presente, tendo em vista um horizonte de expectativas (KOSELLECK, 2000). Para o tema em questão, é, então, fundamental compreender os usos do passado, examinando como a ditadura militar será lida com o objetivo de apresentar saídas para a redemocratização da sociedade brasileira.

Já no prólogo, Darcy Ribeiro destaca o intuito eleitoral claro daquele número no papel de reflexão para o voto, pois faz considerações sobre a eleição de três de outubro de 1994, para presidente. O título do texto bem resume este motivo: “As Crises e as eleições”. O argumento de início gira em torno da questão de como o partido – PDT – se mostra como a única força capaz de romper com um *status quo*, momento de batalha decisivo para Darcy Ribeiro. Retomando o passado, Darcy Ribeiro afirma:

As outras forças partidárias que se mobilizam para disputar as eleições são todas propensas a insistirem no modelo neoliberal implantado na Ditadura e cujo resultado inquestionável foi o enriquecimento dos ricos e o empobrecimento dos pobres, o desemprego, a fome e a violência. (RIBEIRO, 1994c, p.7)

Ver-se, portanto, novamente, o núcleo duro das idéias pedetistas, o nacionalismo e sua crítica ao modelo neoliberal como política econômica. Darcy Ribeiro articula duas questões à crise brasileira naquele momento: a política neoliberal, o que ele chama de política entreguista e o regime militar. Segundo o senador, esta política foi iniciada como ideologia durante a ditadura, fazendo relação direta entre política neoliberal e o regime militar.

Assim, diante do quadro de crise econômica da época, com referência às sucessivas quedas de Ministros da Fazenda, a necessidade de estabilização da inflação e o alto desemprego, Darcy Ribeiro aponta a política que o senador chama de ‘entreguista’ como as causas destas crises e, em seguida, propõe um caminho representado nos ideais partidários do PDT, apresentados como programa de governo. Sobre o desemprego, por exemplo, o autor afirma:

Desemprego que não nos vem por acaso, mas como fruto da política econômica da Ditadura Militar, que só se ocupou por duas décadas de enriquecer as empresas, prometendo dividir o bolo dos lucros. É como se alguém pudesse comer amanhã o feijão que não comeu hoje. (RIBEIRO, 1994c, p.21)

Percebe-se como neste texto Darcy Ribeiro associa a política neoliberal com a política econômica externa levada a cabo na ditadura e que será também argumento dos textos posteriores que o autor escolheu para compor o número daquele periódico, como os de Theotônio dos Santos e o de Vânia Bambirra, que tratam mais especificamente da questão econômica.

Portanto, a leitura das crises econômicas é vista como um processo de continuidade. Remontando a década de 1930, o autor afirma que há duas correntes opostas e que pelo fato da primeira sempre vencer através de golpes políticos, o Brasil se encontrava ‘tal como estava’. Duas “escolhas” disputavam: “Uma elite política que quer perpetuar a situação de subordinação econômica externa que atende aos interesses de uma pequena minoria e o nacionalismo da opção de Getúlio Vargas em seu retorno de 1954 e marcado pela Carta Testamento”. (RIBEIRO, 1994c, p.10)

Destarte, o caminho vencido representado pelas idéias trabalhistas propunha, segundo o senador:

Outra solução, desde sempre óbvia, a reorganização do Brasil em benefício do seu próprio povo, a fim de garantir um emprego a cada pessoa, fartura em cada mesa, boa escola para cada criança e assistência a todos os carentes. Solução essa perfeitamente factível, com base em nossas imensas reservas e potencialidades, desde que sejam melhor aproveitadas à luz de uma política econômica socialmente responsável. Isto não é realizável enquanto a velha classe dominante de esfomeadores estiver regendo este nosso triste engenho de gastar gentes. (RIBEIRO, 1994c, p.8)

Neste trecho é possível perceber, mais uma vez, a mistura de discurso político com teórico de Darcy Ribeiro, deixando entrever a atuação do mesmo como produtor de idéias para o trabalhismo como defendido no PDT. Em ‘O Povo Brasileiro’, obra de 1995, sua tese principal consiste em demonstrar como o Brasil sempre desempenhou o papel de “feitoria externa para o mundo”. A escravidão, a morte dos índios utilizados como mão-de-obra e todo o genocídio ocorrido durante o processo de formação da nação foram tomados pelo termo “moinhos de gastar gente” em alusão a estes processos históricos que o senador retoma neste discurso. Considera estes processos como modelos de desenvolvimentos equivocados, com exceção da tentativa proposta pelos trabalhistas durante a era Vargas e de João Goulart. Por via destes, marca a necessidade de um caminho nacionalista para o desenvolvimento ao estabelecer uma diferença entre uma política voltada para os que produzem e outra para enriquecer quem explora.

O texto finaliza com a seguinte afirmação: “É notório que esta solução popular brasileira só pode ser buscada com o PDT no governo e com Leonel Brizola na presidência, mobilizando, para tanto, a força invencível do povo brasileiro. Esta é a nossa tarefa”. (RIBEIRO, 1994c, p. 8). Percebe-se, portanto, como a partir da memória das causas da queda de João Goulart e as políticas do regime militar⁶⁶, o senador articula uma ação para o presente e um projeto futuro, tal como o caminho de análise sugerido por Seixas.

A sessão da revista que dá continuação ao prólogo é a de ‘Falas e Escrituras’. Esta sessão conta com quatro textos e assume caráter cronológico, pois ilumina a questão da disputa política entre estas duas correntes de ideias no Brasil desde a década de 30, segundo a estrutura de leitura proposta por Darcy Ribeiro acerca da história do Brasil, que poderíamos resumir na seguinte oposição: liberais e antiliberais. Os textos são de Darcy Ribeiro com: “Nossa Herança Política”; René Armand Dreifuss com: “As Águas de março e a Lama de abril”; Nelson Werneck Sodré com: “Trinta Anos depois” e, por último, Vânia Bambirra com: “As Vicissitudes do Estado”.

O texto “Nossa Herança Política” de Darcy Ribeiro trata do passado do PDT. Este texto é muito importante na medida em que articula como herança política do trabalhismo, o getulismo e sua política nacionalista, cujo símbolo de expressão maior para os trabalhistas foi a ‘Carta Testamento’. O trabalhismo e a relação dos sindicatos com o Ministério do Trabalho, a partir da política empreendida por João Goulart durante os anos 1950 e 1960 também fazem parte da análise de Darcy Ribeiro, compondo a tradição que o senador mobiliza para o PDT. A última referência simbólica do nacionalismo para o PDT, mencionada por Darcy Ribeiro, foi o radicalismo de Leonel

⁶⁶ Seria importante, também, anotar como o regime militar tinha transformado o Brasil. Isso exige uma reflexão que não apenas depende da memória. Qualquer projeto de redemocratização e/ou de melhoria econômica não podia deixar de passar pela avaliação desse passado (o do regime militar), pois, de um modo muito particular, o regime militar ultrapassa as receitas políticas, desde o varguismo. Alberto Aggio chama atenção para isto, tese que não pode ser desconsiderada. Assim, a mudança estrutural, que atingiu a sociedade brasileira entre 1964 e 1985, impede que qualquer debate político, durante a redemocratização, deixe de lado um debate com as ações do regime militar. Uma revisão crítica da abordagem metodológica adotada para a questão do trabalhismo considerando o populismo e este período pode ser encontrada em LAHUERTA, Milton; AGGIO, Alberto. *Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina*. SP: Editora UNESP, 2003. No mesmo livro há um texto de Alberto Aggio com relação ao populismo. Aggio destaca a importância de uma análise mais ampla do conceito que a suscitada a partir da problemática da cidadania, como nas análises que seguem a perspectiva de Ângela de Castro Gomes. Para tanto, o autor sugere uma história das idéias da própria produção intelectual em torno do debate sobre o populismo.

Brizola, acrescentando questões internas como a luta pela reforma agrária e combate ao latifúndio como bandeira de luta política nos anos 1960 dos trabalhistas também.

Segundo a leitura de Darcy Ribeiro, Getúlio Vargas provocou quatro descontentamentos políticos que fundamentariam o discurso de oposição a Vargas por parte de seus inimigos políticos: o primeiro o que ele chama de ‘nosso atrasado empresariado urbano’ que ‘descendentes de senhores de escravos foi obrigado a reconhecer os direitos dos trabalhadores, até então espezinhados e massacrados, ainda que também o tenham apoiado como nenhum outro governo’. A segunda oposição veio dos que Darcy Ribeiro chama de ‘políticas tradicionais’, que ‘coniventes, senão autores da velha ordem, banidos por ele do cenário político, nunca o perdoaram’. Em terceiro, os intelectuais esquerdistas e os comunistas, que ‘não se consolam de terem perdido para Getúlio a admiração e o apoio da classe operária’; e, por último: ‘o estamento gerencial das multinacionais – setor predominante da classe dominante brasileira – o via como o próprio demônio’. (RIBEIRO, 1994c, p.9)

Fazendo um levantamento quase laudatório dos feitos de Getúlio Vargas, o senador justifica o papel que este assumiu como um “líder fascista” durante o Estado Novo em virtude do fato de ter quebrado o ‘separatismo isolacionista’ (RIBEIRO, 1994c, p.12) dos Estados, centralizando o poder e ensejando o sentido de brasilidade.

A ideologia nacionalista é mobilizada por Darcy Ribeiro como herança, dando ênfase a esta segunda fase de Getúlio Vargas, havendo um apagamento da figura de Getúlio Vargas como ditador, privilegiando sua face mais democrática durante seu retorno através da eleição de 1950. Este período é sublinhado como um período de inovação de idéias, a partir da criação de partidos como o PSD e o PTB, bem como por meio da campanha de industrialização levada a cabo pelo estadista na defesa das indústrias de base.

Com relação ao trauma causado pelos acontecimentos políticos que levaram Getúlio Vargas ao suicídio, Darcy Ribeiro mostra o quanto este fato foi importante para sua conversão política do PCB ao PTB. Afirma Darcy Ribeiro:

Posso avaliar bem o pasmo e a revolta do povo brasileiro ante esta série de acontecimentos trágicos, que induziram seu líder maior ao suicídio como forma extrema de reverter a seqüência política que daria fatalmente o poder à direita. Eu mesmo era, até então, um jovem intelectual comunista, alimentando-me de ilusões, quando o suicídio de Getúlio lavou-me os olhos para a realidade brasileira. Que fazia eu à espera de revoluções milagreas, quando na política, como a arte de fazer aqui e agora, Getúlio era acossado e derrubado pelas empresas estrangeiras, na defesa de seus interesses

antinacionais? Foi aí que me aproximei dos trabalhistas, de Jango e depois de Brizola, passando a me integrar às forças nacionalistas e trabalhistas que eles lideravam. (RIBEIRO, 1994c, p.13)

Percebe-se nesta afirmação uma justificativa de Darcy Ribeiro para sua adesão ao trabalhismo. É possível observar também que, com relação à formação do PTB, o getulismo fora responsável pelo ingrediente nacionalista da ideologia, a base sendo a defesa dos interesses nacionais.

Após associar o trabalhismo diretamente à Getúlio Vargas, Darcy Ribeiro faz uma leitura das propostas de João Goulart no sentido de afirmar sua tradição: primeiro a lei de controle da remessas de lucros, pautada no nacionalismo e a segunda proposta, a de reforma agrária, que consta na mensagem presidencial de 15 de março de 1964. O programa de reforma ficou conhecido como as propostas de 'Reforma de Base'. Para Darcy Ribeiro naquele momento:

Dois brasis se defrontavam ali. Numa vertente, estava o Brasil das Reformas de Base, empenhado em abrir perspectiva para uma nova era, fundada numa prosperidade oriunda da ativação da economia rural e da mobilização da economia urbana, ampliada através das outras reformas em marcha: a reforma urbana, a fiscal, a educacional e a administrativa. Na vertente oposta, estava o Brasil da reação, em união sagrada para a conspiração e o golpe, sem qualquer escrúpulo, a fim de manter a velha ordem. (RIBEIRO, 1994c, p.15)

É a partir da leitura e da vivência destas experiências históricas que a ideologia trabalhista do PDT foi forjada. Primeiro o nacionalismo como bandeira de luta contra o subdesenvolvimento, que justifica a defesa de seu argumento a partir do diagnóstico da exploração externa, com apoio de uma elite política que lucra com a situação. Segundo, a proposta de desenvolvimento da nação a partir de uma reforma educacional, agrária, fiscal e urbana como mote para o desenvolvimento. Contra todos estes interesses, na versão de Darcy Ribeiro, esteve o golpe militar que teve como finalidade:

Impedir estas Reformas. Para isso é que mobilizou os latifundiários, em razão de seus interesses; e os políticos da UDN e do PSD, que vinham mingando ano a ano. Apesar de poderosas, estas forças nativas não podiam, por si mesmas, derrubar o governo. Apelaram, então, para o capital estrangeiro e para o seu defensor no mundo, que é o governo norte-americano, entregue à estratégia da guerra fria. Nesse sentido, Jango não caiu por ocasionais defeitos de seu governo. Foi derrubado em razão de suas altas qualidades, como o responsável pelo maior esforço que se fez entre nós para passar o Brasil a limpo, criando aqui uma sociedade mais livre e mais justa. (RIBEIRO, 1994c, p. 17).

Novamente aparece a questão de ‘passar o Brasil a limpo’ como mencionado anteriormente. Expressão que sintetiza bem o que teóricos da cultura política dispõem com relação ao fato de cada tradição política fazer uma leitura específica do passado. Esta expressão de Darcy Ribeiro sintetiza o movimento que o conceito permite observar. A partir das palavras de Darcy Ribeiro, é possível, concordar com autores como Berstein e Sirinelli, concluindo que toda cultura política ‘passa seu passado a limpo’ com o intuito de orientar sua ação política presente e objetivar expectativas de futuro.

O último político a ser mencionado para compor esta tradição, neste texto de Darcy Ribeiro foi Leonel Brizola:

Brizola inovou então o trabalhismo solidarizando-se com o movimento dos camponeses gaúchos sem terra pregando a necessidade de uma reforma agrária que democratizasse o acesso à propriedade da terra, monopolizada pelos latifundiários. Começou a ganhar, assim, um prestígio nacional que cresceria assinaladamente nos anos seguintes. Foi nessa quadra que conheci Brizola e passei a observar e admirar sua clareza de visão sobre os problemas brasileiros e sua ousadia para enfrentá-los, sem paralelo entre os políticos brasileiros. (RIBEIRO, 1994c, p19)

Segundo Darcy Ribeiro, em julho de 1978, foi realizado em Lisboa um encontro de trabalhistas a fim de fazer nascer uma plataforma socialista-democrática para o Brasil. O conteúdo programático do partido seria assentado na representação popular, no pluripartidarismo, no nacionalismo getuliano, no sindicalismo moderno e no desenvolvimento capitalista orientado pelo Estado. O senador conclui seu texto em tom de discurso político:

Devo assinalar que nós, militantes do PDT, somos os herdeiros da ideologia e da experiência de ação governamental dos três estadistas mais lúcidos, destemidos e fecundos que o Brasil conheceu: Getulio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola. Como se vê, nós viemos de longe, trazendo nos braços gloriosas bandeiras de luta, grandes vitórias e terríveis frustrações. (RIBEIRO, 1994c, p.25)

Este texto sobre a “herança política” do PDT, no contexto da disputa de eleições, faz uma leitura do passado como um projeto de luta política interrompido, polarizando o quadro político-social entre os que ‘defendem’ o Brasil e os que não. Também sedimenta a oposição de idéias entre o liberalismo e o nacionalismo-estatizante defendido pelos trabalhistas. Naquela conjuntura, este texto aparece como um refrescar da memória, associando os oponentes políticos, no caso, a candidatura do ex-ministro

da fazenda de Itamar Franco (que por conta do sucesso do Plano Real foi eleito ainda no primeiro turno) às tradições políticas de defesa das idéias liberais.

O restante da revista será de textos de estudiosos sobre o regime militar que apresentarão suas “leituras dos fatos”, sempre baseando-se no argumento de aliança política por parte dos golpistas com os EUA em uma luta contra os interesses da nação. Seria esta a base do discurso dos nacionalistas para o golpe de 1964.

O texto de René Dreifuss sobre os 30 anos do golpe de 64 propõe uma discussão nesta direção, alertando para a impossibilidade de que tal empresa não seja executada de uma maneira não engajada. Um argumento para a importância do debate sobre o regime militar é justificado na acusação de falta de educação cívica de quase 2/3 de brasileiros que nem eram nascidos quando dos eventos analisados. Sobressai na análise de Dreifuss então a reflexão sobre o que é realmente a falta de liberdade, característica impar da época ditatorial, no sentido de questionar as críticas à democracia estabelecida. Elencando os feitos do milagre econômico em decorrência da socialização dos prejuízos de quem lucrou com grandes índices de desenvolvimento, Dreifuss constrói sua narrativa de maneira crítica, expondo os feitos do regime militar e suas conseqüências; partes que, segundo o autor, são esquecidas quando se refere às grandes obras executadas durante o período. Para finalizar, o autor menciona a dívida humana que a ditadura impôs à sociedade brasileira afirmando que:

No entanto, para as centenas que sofreram os horrores da tortura e da degradação e que hoje vivem suas conseqüências no corpo e na alma e para milhares de familiares e amigos que perderam seus entes queridos, aqueles eventos continuam dolorosamente presentes indexados na memória e seu distanciamento possível. Nem há como trazer de volta as centenas de pessoas na sua maioria adolescentes e jovens, que recusaram o arbítrio e contra ele se insurgiram, pagando com suas vidas. (DREIFUSS, 1994c, p.30)

Percebe-se, no texto de Dreifuss, uma crítica a política econômica durante o regime militar que Darcy Ribeiro utiliza, no contexto da revista, para reforçar seus argumentos, além da importância conferida à democracia instaurada, que também faz jus às idéias políticas de Darcy Ribeiro.

Outro título diretamente ligado à questão presente na revista foi o texto “Trinta anos depois” de Nelson Werneck Sodré. Neste texto, o autor apresenta o regime militar como resultado de um golpe que teve relação direta com outras crises políticas precedentes. O argumento geral é que não se tratou de uma luta armada, pois o golpe

fora precedido pela derrota política de João Goulart, levada a cabo por ferrenha luta na mídia pela oposição. Em sua interpretação o golpe:

Ao ser desnudado qualquer aparência de direito, ainda que a mais esfarrapada, mostra, realmente, que, em seu cerne, despojados ao detalhes e as aparências, o ato cirúrgico e o regime que começou com ele foi mais um episódio longo e multiseccular esforço das classes dominantes brasileiras para manter os seus privilégios, em sua plenitude, para impedir qualquer alternativa de mudança. (SODRÉ, 1994c, p.31)

Nesse sentido, percebe-se que, segundo Sodré, trata-se de uma continuidade que remonta às investidas de golpe contra Getúlio Vargas, ainda na década de 1950, e seu programa nacionalista. Conforme Sodré as ‘pressões externas para controle desse mercado e a invasão de investimentos externos em regime de privilégio eram impedimentos poderosos à solução da questão nacional’ (Sodré, *op.cit*, p.34). Nota-se, portanto, a questão nacional como problema. Esta discussão dividiu-se na política brasileira na dicotomia clássica – entre liberalismo e intervencionismo – com relação à política econômica. Estes assuntos, a partir dos anos 50, foram atrelados a temas do desenvolvimento. O autor prossegue sua análise para as polêmicas da crise de 1961 e o golpe de 1964, concluindo com relação ao presente do texto que: os problemas relativos à questão nacional seriam os mesmos da época de Vargas e de Goulart. O autor afirmar que os próprios militares: “Franquearam o mercado interno às multinacionais que, no interior, receberam as dádivas dos mais largos privilégios” (Sodré, 1994c, p.40), ao mesmo tempo, tornaram-se sensíveis à questão nacional, mas:

Depois da prestação de serviços que levava a tudo isso, os militares estão sendo agraciados, do exterior, com a doutrina de que não devem passar de força policial e mal paga. (Os militares) foram, no fim de contas, uma das vítimas do regime que lhes coube estabelecer. Com a melhor das intenções, sem dúvida alguma. Estão até agora, e sempre, raciocinando sobre isso. Sensíveis à questão nacional acompanham, com pasmo e certamente com revolta, a destruição do patrimônio do Estado e a entrega passiva das nossas riquezas aos que ditam as regras. (SODRÉ, 1994c, p.41)

O fio que une, então, o período dos anos 1990 e as memórias sobre o regime militar, de acordo com o texto de Sodré, seria o nacionalismo; colocado em risco pela ascensão da doutrina liberal, que divulga o fim até de quem patrocinou seu projeto, sempre em nome do capital externo.

Outro texto da revista (específico sobre a política econômica e não sobre as crises políticas durante a década de 1960) que encerra a sessão de ‘Falas e Escrituras’, é

o de Vânia Bambirra. Este texto tem como foco uma análise dos trinta anos do projeto que a autora qualifica como do estado liberal-conservador. Para tanto, recorre a uma análise tradicional ancorada na ‘teoria da dependência’ e em uma interpretação sobre a revolução de 30 como uma revolução democrático-burguesa defensora da luta de uma parcela do estrato social marginalizada do processo político, durante República Velha. Percebe-se no argumento a presença da noção de classes, da teoria do populismo na política brasileira e da dependência como variáveis explicativas da formação do estado brasileiro. A autora se alinha à interpretação de Dreifuss para exposição das causas do golpe militar. Assim estende sua análise até a Nova República, demonstrando as continuidades de um projeto de desenvolvimento liberal-conservador, pois faz uma política contrária ao que Bambirra entende como progressista: o nacionalismo-estatizante; corrente na qual o PDT baseia-se, contudo sem fazer uma leitura marxista que justifique sua interpretação do processo histórico. Estabelece-se assim o nexos, procurado no prólogo da revista por Darcy Ribeiro entre a ditadura e os projetos de desenvolvimento. Os primeiros textos discutem a política e o de Vânia Bambirra encerra com a questão econômica. O argumento da autora ainda dirige críticas a política ministerial de Fernando Henrique Cardoso e sua leitura da teoria da dependência, apontando que, por mais que Fernando Henrique Cardoso criticasse o fundo economicista da teoria de dependência (indicando a necessidade de mudanças políticas) sua ação dirigia-se, segundo a autora, para uma interpretação, senão economicista, totalmente monetarista.⁶⁷

Outra sessão da revista que tematiza esta relação entre política econômica e o golpe de 64, é a de ‘Reflexões’. Esta sessão conta com os seguintes textos: Theotônio dos Santos, “O Modelo econômico da Ditadura Militar”; Luiz A. Moniz Bandeira, “Segurança Continental e Golpe de 64”; “1964-1994” de Miguel Darcy de Oliveira e, por último, um de J. W. Bautista Vidal com o título “O Paradoxo do Regime Militar”.

O texto de Theotônio dos Santos inicia-se problematizando a relação da política interna com o contexto internacional da Guerra Fria para aquele período e a influência de movimentos nacionalistas como os do México e da Argentina no processo de crítica ao modelo de desenvolvimento dependente, como também no caso do Brasil. O modelo nacionalista, segundo o autor, tentou ser implantado como projeto de estado na política

⁶⁷ Fernando Henrique Cardoso, com relação a este tipo de crítica, mostra como suas negociações com o Banco Mundial eram necessariamente orientadas pela política e não somente sob bases da técnica e da política monetarista de cunho ortodoxo.

de governos como os de Vargas, Kubitscheck e João Goulart. O argumento central de Theotônio dos Santos visa demonstrar que havia, no contexto de seu texto, a criação de um discurso que o autor entende como um embuste histórico. Este discurso tentaria legitimar a continuação de uma política liberal que tinha timbres conservadores em uma nova ordem mundial que se estabelecia a partir dos anos 1980. O embuste estaria sendo constituído através do expediente de legar às crises do presente, como frutos da insuficiência do modelo nacionalista na condução da economia. Em suas palavras: “Para fazê-lo, vem se reinventando a história econômica do país apresentada como fruto do intervencionismo estatal, da recusa da abertura econômica para o exterior e da política da substituição da importação apresentada como um protecionismo a *outrance*”. (SANTOS, T., 1994c, p.73) Argumento coerente com o que compõe o eixo explicativo da revista para os problemas econômicos na década de 1990, como pode ser observado. Da história brasileira, segundo esta versão, em geral, retira-se que se os nacionalistas tivessem, efetivamente, levado a cabo suas propostas, o Brasil da década de 1990 seria outro que não aquele com tanta desigualdade social, aprofundada pelos sucessivos golpes políticos à tradição, demarcados nos eventos de 1954, 1961 e 1964.

Theotônio dos Santos caracteriza o modelo econômico do regime militar como orientado pelo auxílio do grande capital externo, salientando as contradições inerentes a este modelo para desfazer o equívoco da relação entre uma política nacional-estatista e a crise vivida durante a década de 1990. Este modelo estaria na base da argumentação em prol das privatizações levadas a cabo como o discursor defendido pelo candidato da oposição Fernando Henrique Cardoso.

Ainda neste mesmo sentido de versões sobre o passado construídas como discursos políticos, o texto de Luiz A. Bandeira trata da influência norte-americana, tanto política como militar, para o golpe de 1964. O autor apresenta a relação ambígua do presidente Kennedy, do Departamento de Estado e do Pentágono, oscilando nos caminhos de prevenção ao comunismo para a América Latina, além de destacar algumas ações do governo norte-americano (através de telegramas oficiais entre embaixadores e jornais da época como fonte) para justificar a relação do golpe militar no Brasil com outros golpes de estado na América Latina patrocinados pelos Estados Unidos, como o caso peruano, equatoriano e o argentino. Afirma o autor:

Com efeito, o que levou Goulart à beira de um ‘Estado quase revolucionário’, se é que assim pode se considerar o desbordo da democracia sob seu governo foi principalmente o fato de que Kennedy, com as promessas da *Nova*

Fronteira e da Aliança para o Progresso, reagiu, diante de algumas nacionalizações, que nada tinham de socialistas e sim visavam à expansão nacional do capitalismo, bem como esforços do Brasil para maior independência em suas políticas interna e externa, do mesmo modo que Eisenhower, em face das primeiras empreendidas por Fidel Castro. (BANDEIRA, 1994c, p. 99)

É importante assinalar aqui como Bandeira argumenta sobre a plena consciência dos trabalhistas de que suas propostas de reforma não se tratavam de comunismo, mas sim do estabelecimento de um capitalismo de estado protetor do capital nacional em face de uma divisão do trabalho internacional espoliativa.

Ainda com relação à defesa de um projeto nacional trabalhista negado pelo regime militar, Miguel Darcy de Oliveira com um texto de título “1964-1994” alude ao novo papel do Brasil na década de 1990 no cenário mundial. Seu argumento é que era necessário pensar em um projeto nacional antes de se dar as discussões de política externa. Para tanto, retoma uma contextualização histórica do período em que se desenhou a maior mobilização da sociedade em torno de uma reflexão sobre a autonomia da política externa. Miguel Darcy de Oliveira defende que:

Primeiros anos da década de 60. O Brasil descobre sua própria realidade e sonha seus sonhos de futuro. Brasília, bossa nova, cinema novo, movimento da cultura popular, projeto nacional de desenvolvimento, reformas de base, identidade nacional são temas e movimentos que expressam um momento de otimismo e dinamismo na civilização brasileira. (OLIVEIRA, 1994c, p.105)⁶⁸

Tendo isto em conta, o autor mostra como o regime militar frustrou tal expectativa ao lado de uma conjuntura internacional adversa a um projeto nacional. Esta conjuntura transformou o debate nacionalista em um problema político identificado no antagonismo das ideologias de um mundo bipolarizado, sob pressão da Guerra Fria. O autor finaliza seu argumento dando indicações para a década de 1990, enfatizando que seria hora de retomar um projeto nacional, àqueles moldes, levando em conta uma nova ordem mundial como a esboçada com o fim da Guerra Fria. Segundo o autor para aquela conjuntura:

O colapso do comunismo marcou o fim da Guerra fria e do enfrentamento Leste/Oeste. Neste conflito o Ocidente emergiu inequivocamente vencedor.

⁶⁸ Marcelo Ridenti analisa a produção cultural deste período dando destaque para a atuação de artistas e intelectuais dentro de um campo ideológico que o mesmo denominou como brasilidade romântico revolucionária. Consultar: RIDENTI, Marcelo. Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960. Tempo Soc. 2005, vol.17, n.1

Por outro lado, o colapso da União Soviética, ao remover um contrapeso ao poderio militar americano, cria um perigoso vácuo no poder na esfera internacional cuja forma de preenchimento é neste momento imprevisível. O próprio conceito de Estado/Nação como ator único da esfera internacional é posto em questão. A nova ordem econômica mundial é fruto da ação de atores transnacionais, para os quais princípios de soberania e de interesse nacional importam muito menos que a lógica do mercado, do lucro e da concorrência. No plano político, ao mesmo tempo que os interesses políticos e econômicos nacionais se dissolvem em mega-blocos regionais, ressurgem com força inesperada as identidades étnicas e religiosas. Conflitos inter-étnicos dão origem a guerras localizadas, porém de extrema violência. No vácuo do comunismo, o fundamentalismo islâmico se apresenta, para as massas despossuídas dos países árabes, como a negação radical da modernidade ocidental. (OLIVEIRA, 1994, p.109)

É neste quadro que, para o Brasil, a necessidade de um projeto nacional é acalentada pelo autor e tem seu óbice na ideologia trabalhista ao defender a autonomia na política externa como centro da política partidária.

Contudo, o tema do nacionalismo e o regime militar, geraram algumas controvérsias ao se considerar a política econômica durante o regime como plural. De certa forma, como alegar que as medidas liberalizantes do milagre econômico eram as mesmas do fim da ditadura? Para esta reflexão, que está no âmago da relação proposta, pelo referido número da revista Carta (entre política econômica do regime militar, liberalismo e os projetos políticos para as eleições de 1994) há o texto que encerra a sessão de 'Reflexões' com o título: "Os Paradoxos do Regime Militar" de J. W. Batista Vidal. A partir de depoimento sobre a sua trajetória como secretário de indústria e tecnologia e sua formação em física, o autor tenta destacar que: "É necessário entendermos, uma vez por todas, a questão que está no âmago do paradoxo entre nacionalismo dos militares e a questão do entreguismo militar de 64". Considerando este problema, a hipótese do autor é a de que foi sobre a ascensão de tecnocratas aos ministérios que se deu a causa do estrangulamento da política nacionalista. Aliada à hipótese anterior, o autor defende a inovação tecnológica como elemento responsável direto para a soberania nacional.

Percebe-se, portanto, como a leitura sobre o regime militar, por parte dos trabalhistas e mesmo marxistas, mas, sobretudo, da esquerda em torno do nacionalismo, um discurso que enfatiza a continuidade da política antinacionalista do golpe e a das privatizações durante a Nova República. Feita tal relação, era necessário se rememorar os "fatos escolhidos" que a legitimam historicamente para afirmar que o projeto nacional trabalhista aparece frustrado em favor de interesses externos. Com a análise da revista, também é possível observar um ponto central de disputa sobre o passado entre

os projetos políticos disponíveis durante aquele período: trata-se da ambigüidade da política econômica militar (especialmente em sua referência ao nacionalismo).

Esses debates organizam e expressam a disputa política entre nacional-estatistas e liberais durante o processo de consolidação da democracia na Nova República. O debate intelectual aponta para as diretrizes políticas, que deviam ser realizadas, conforme se oficializasse a vitória nas eleições. Para os últimos, liberais, tratava-se de realizar uma reforma econômica mais tecnocrática do que ‘ideológica’ e, para os primeiros, trabalhistas, estariam justamente aí os limites deste projeto político. Ao apresentar projetos políticos e intelectuais e demonstrar os “usos do passado” com relação à eleição de 1994, pretendi, também, apontar que os projetos para redemocratização não tinham como escapar de um debate com o projeto imposto pelo regime militar, isso porque o regime militar tinha alterado a face da sociedade brasileira. Muito diferente dos tempos atuais em que o consenso é mais facilmente alcançado, fazendo-se referência a uma política econômica “que funciona” e à necessidade de constante ampliação dos ganhos sociais, àquela época, a idéia de continuidade assumia um significado peculiar e complexo, ainda mais se considerarmos que o nacionalismo não esteve ausente na retórica e nas realizações do governo militar.

A afirmação da tradição política trabalhista por meio das propostas de Darcy Ribeiro: a política agrária e a LDB, de 1960 para 1990.

O tema da reforma agrária, ponto muito controverso na história política do Brasil, foi um dos debates que caracterizaram os anos iniciais da década de 1960 e que marcaram o cunho de radicalidade responsável pela deposição do governo Goulart. Este mesmo tema retorna na atividade legislativa de Darcy Ribeiro, a partir de uma proposta de emenda à constituição, no ano de 1995, a única por sinal em suas proposições legislativas.

Contudo, anteriormente, a questão da terra foi pauta ainda de discussão na Constituição de 1988. Conforme caracterização de Cardoso (2006, p. 230) durante a constituinte: “(...) a briga ideológica se travou, no fundo, em torno do direito de propriedade: seria ele sacrossanto ou estaria submetido a um valor maior, o da função social da propriedade?” Os trabalhistas defendiam a segunda posição, em contrariedade

à UDR (União Democrática Ruralista), que tinha como presidente o deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO). O resultado da disputa durante o novo texto da Constituição, que se iniciou já na Comissão de Sistematização, foi apontado por Cardoso nos seguintes termos:

Configurou-se o que se chamava na época de "buraco negro", ou seja, a Constituição acabaria ficando sem o capítulo sobre Reforma Agrária, posto que nenhum dos dois lados obtinha maioria suficiente para aprovar suas teses. Ulysses encerrou a sessão marcando o prazo de 48 horas para o relator apresentar um texto de conciliação, que poderia receber emendas de qualquer agrupamento, como rezava o Regimento. O resultado da obstinação de certos líderes progressistas em não abrir negociações com o Centrão no tocante à reforma agrária fez com que tivéssemos que nos consolar com uma manobra para evitar o pior. Depois de infundáveis idas e vindas com acordos de curta duração e recusas estrepitosas da UDR, a Constituinte aprovou a proposta conciliadora que tornou insuscetíveis de desapropriação as terras produtivas e as pequenas e médias propriedades e fixou normas para definir o cumprimento da função social da propriedade. Para obter o acordo, o líder Mário Covas, já refeito do problema de saúde que o acometera, aceitou que se votasse a proposta dos partidos progressistas que voltava ao tema da possibilidade de desapropriação de terras produtivas, mas sob uma forma que, pelas regras da Constituinte e do atual Congresso, se denomina "destaque para votação em separado", que tem exigências especiais para ser aprovada. (CARDOSO, 2006, p.102)

Este tema só terá direcionamento efetivo por parte do Palácio do Planalto no ano de 1997, quando Darcy Ribeiro já tinha falecido, através da apresentação do plano "Reforma Agrária: Um compromisso para todos"⁶⁹, no final do mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas a discussão foi tratada por Darcy Ribeiro ainda no primeiro ano de mandato de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, sob os moldes de uma atualização do plano de reforma agrária como sugerido na década de 1960 por João Goulart, na proposta de 'Reformas de Base'.

Um texto anexado por Darcy Ribeiro em seu periódico, na sessão de memórias⁷⁰, trouxe um pouco do histórico da discussão sobre a reforma agrária no governo João Goulart. Alude-se a um texto do próprio João Goulart intitulado 'Reforma Agrária'. Nele, o ex-presidente mostra seu pedido de reformulação da Constituição com a sugestão de sua proposta de reforma agrária destacando: "a proibição de manter a terra improdutiva por força do direito de propriedade; o pagamento das terras desapropriadas mediante títulos públicos de valor reajustável, sendo alvo de desapropriação

⁶⁹ BRASIL, Presidência da República. (1997), Reforma Agrária: Um Compromisso para Todos. Brasília. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/publica.htm>. Acesso 21.fev.2010

⁷⁰ Revista Carta', 1994, n. 3.

propriedades não-exploradas e as parcelas não exploradas de propriedades parcialmente aproveitadas quando não excederem 50%”.

Nos anos de 1960, o problema da terra esteve diretamente vinculado a uma teoria da modernização que se assentava na revisão da relação cidade-campo, às vezes, defendida por teorias tautológicas como, por exemplo, as propostas pelo Partido Comunista naquele período⁷¹. Naquele período a reforma agrária se tornou, pela primeira vez efetivamente, proposta política de um governo, através de medidas de reforma. João Goulart propôs ao Congresso Nacional a lei de reformas de terra.

Com base nessas experiências, Darcy Ribeiro retoma o tema em sua atividade legislativa no ano de 1995, acrescentando uma discussão política já cara aos anos 90, dando novos rumos para o debate. Chamo atenção para este fato como uma atualização do tema para o trabalhismo. Insere-se junto com o tema da reforma agrária o desenvolvimento sustentável – essa associação permite compreender ainda melhor as reflexões, elaboradas no capítulo II, sobre a participação de Darcy Ribeiro na Rio-Eco 92. Os princípios que orientariam a discussão sobre a ecologia e desenvolvimento seriam distintos, se comparados, por exemplo, os discursos do Partido Verde e os de Darcy Ribeiro (ainda mais particularmente do que as diretrizes discursivas seu partido). Para o caso deste último, a associação entre a defesa do meio ambiente, o desenvolvimento sustentável e o projeto de Estado, assentado em políticas públicas eficientes, voltadas para o bem-estar nacional, é o que tornaria o discurso político peculiar. Assim, uma reflexão sobre a ECO 92 não se traduzia apenas em uma defesa “politicamente correta da natureza”, mas sim em uma defesa que vinha acompanhada por um elemento novo em meio à cultura trabalhista, que era o “discurso ecológico”. O novo, atuando em simbiose com a tradição, é revelador dos princípios que orientam a prática legislativa de Darcy Ribeiro. Em síntese: um movimento de atualização dá-se na medida em que o senador se volta a sua tradição política, renovando-a a partir da introdução de um novo tema em outro contexto.

Retornando ao tema da terra, em 1995, produz-se a revisão desse tema como tratado na única PEC feita por Darcy Ribeiro, a de N° 59⁷² de 03/10/1995. Tal proposição versava sobre um pedido de inclusão de órgãos especiais no judiciário, acrescentando inciso ao artigo 92 e dando nova redação ao artigo 184. Destaca-se o

⁷¹ O partido afirmava, para tanto, a necessidade de uma revolução burguesa para a evolução do capitalismo até a chegada ao socialismo, suscitando grandes discussões políticas naquele período.

⁷² Fonte: Senado Federal/ Impresso em 04/02/2010 22:43h Sistema de Tramitação de Matérias - PEC 00059 / 1995 ou DSF N° 22-A DE 24 02 PAG 3276. (publicado em suplemento).

pedido de criação de tribunais e juízes agrários para a regulação de terras sobre direito de propriedade, utilização com ressalvas de proteção ao meio ambiente e o cumprimento do papel social da terra discutindo a viabilidade da reforma agrária. A proposta foi feita em 03/10/1995 e em 29/01/1999 a matéria foi arquivada nos termos do Art. 332 do risf. DSF nº 22.

No discurso feito na tribuna por Darcy Ribeiro, em 20/09/1995⁷³, antecedendo a proposta da PEC, o senador se solidariza com o movimento dos Sem-Terra afirmando que:

Este Congresso Nacional conta com mais de mil projetos de reforma agrária, todos inócuos, porque todos partem do princípio louco de que a reforma tem que ser feita pagando-se o justo preço, previamente, pela terra registrada. A maior parte dessas terras vem de chicanas, de grilagens, e é impossível conseguir recursos neste País para desapropriá-las numa verdadeira reforma agrária, pagando a justo preço todo esse terreno imenso, sobre o qual reconhecemos o direito abusivo de ter e não usar, apenas para especular. Cumpre, portanto, ao Brasil, como forma única, ou quase única de sair da crise em que estamos estabelecer uma norma nova na Constituição. Estamos falando todos na reforma da Constituição. A reforma que importaria mesmo para o nosso povo seria incorporar à Constituição um princípio simples: "A ninguém é lícito manter a terra improdutiva por força do direito de propriedade. (RIBEIRO, publicação no DCN2 de 22/09/1995 - página 16407)

Depois deste discurso, Darcy Ribeiro ainda fez outro com relação ao mesmo tema, o último do ano de 1995, em 03/10/1995⁷⁴. Nele, o senador comenta sua PEC encaminhando à mesa a proposta de regulação da questão agrária no país. Segundo Darcy Ribeiro, desde a lei de terras de 1850, a forma de regulação da terra assume a forma da propriedade como a de latifúndios improdutivos. É assim que o senador estabelece a comparação entre o processo de colonização nos Estados Unidos e o do Brasil para falar da questão dos desenvolvimentos diferentes destes países. Darcy Ribeiro recupera um tema antigo e defende que:

O que estou propondo aqui, Sr. Presidente, é que se inclua na Constituição um princípio novo, fundamental - deveria ser óbvio, mas não está lá: o de que a ninguém é lícito manter a propriedade improdutiva por força do direito de propriedade. Isso é uma ruptura do que tem sido a tradição brasileira, que é o direito de não usar. Diz-se que a ninguém é lícito manter improdutiva a terra porque é dono. Disso decorre a noção de uso lícito. O uso lícito que estou propondo é quatro vezes a área efetivamente utilizada. Não há problema algum para qualquer fazendeiro ou empresário rural ativo, porque têm a garantia de que é intocável quatro vezes a área de que se utilizam. Mas o que excede essas quatro vezes, Sr. Presidente, o que excede ao uso lícito volta ao

⁷³ Publicação no DCN2 de 22/09/1995 - página 16407

⁷⁴ Publicação no DSF de 04/10/1995 - página 130

domínio público, volta ao domínio do Estado, que deve receber essas terras baldias e devolutas, pela Constituição de 1891. Então, volta ao Estado com a obrigação de usar como um fundo de colonização, que não possa ser entregue a ninguém em propriedades maiores do que 100 hectares. Creio, Sr. Presidente, que esta lei, que tem o seu caráter de violência, porque afeta questões consideradas como direitos, ainda que sejam abusos, terá oposição. No entanto, apelo a este Senado - e é lindo que eu tenha tido, ainda que inicialmente, o apoio de 35 Senadores - para que coloquemos a mão na consciência, pois o movimento social mais amplo e mais perigoso que o Brasil já viu é o dos Sem-Terra. Segundo cálculo de pessoas informadas, aproximam-se de mil esses grupos, alguns deles com centenas ou milhares de famílias. Essa gente está pleiteando um pedacinho de terra, onde possam plantar sua mandioca, seu milho, onde possam viver livres e com dignidade. (RIBEIRO, DSF/1995, p.30)

Um fato digno de nota, já mencionado, é como Darcy Ribeiro atualiza a questão na tradição política trabalhista, colocando em sua proposta, não apenas a desapropriação por improdutividade da terra, mas também o mau-uso de acordo com as questões ambientais e de desenvolvimento sustentável.

Ainda examinando a relação proposta por Darcy com o governo João Goulart, outro tema orientador da atividade parlamentar de Ribeiro foi a educação. Do seu primeiro ano de atividade parlamentar até o último, ininterruptamente, sua atividade atravessou esta questão. Pedro Simon (2006) comenta este fato da seguinte maneira: “Entre as causas que Darcy Ribeiro abraçou ao longo de sua vida pública, a educação foi a que mais marcou sua atuação enquanto senador da república. Sua dedicação à Lei de Diretrizes e Bases – LDB – é um exemplo marcante”. (Simon, 2003, p.149)

O tema da educação foi o que deu proeminência a Darcy Ribeiro no debate público como político. Sua discussão com Carlos Lacerda nos anos 60, que lhe rendeu processo judicial, fora em torno deste assunto. Retornando ao tema durante os anos 90, o segundo tópico do discurso de posse de Darcy Ribeiro, intitulado ‘A lição de Anísio’, esclarece o interesse pelo campo na trajetória do senador. A menção a Anísio Teixeira deve-se pelo fato dos dois terem trabalhado juntos e diz respeito à segunda atividade profissional de relevo do próprio senador, enquanto funcionário público no CBPE – Centro Brasileiro de Pesquisas em Educação.

O autor afirma que Anísio Teixeira foi o responsável por tentar responder uma pergunta chave para o desenvolvimento nacional, que era “como a escola brasileira

produzia tantos analfabetos?” (RIBEIRO, 1991a, p.8). Esta crítica consubstanciou-se, na visão do autor, em uma tentativa de democratizar a educação, tema entendido como via de acesso a uma vida melhor para os cidadãos e responsável pelo desenvolvimento saudável de uma nação, estando no centro das idéias trabalhistas defendidas pelo PDT. Com relação a este tema, se manifestava nas idéias trabalhistas, sobretudo, com o discurso de defesa da educação pública em detrimento da privada.

Sobre Anísio Teixeira, o autor cita como a partir da Escola Parque, proposta por Anísio Teixeira, tinha-se o esboço do projeto dos Cieps – escolas de tempo integral que foram foco da política brizolista no Rio de Janeiro, a qual o senador sempre esteve ligado; quer seja como vice-governador, quer seja pela licença ao Senado solicitada no final de 1991 até 1992, quando assumiu uma secretaria especial no Rio de Janeiro, a pedido de Leonel Brizola, para cuidar da questão.

Esta licença foi pedida ao Senado, por Darcy Ribeiro, para levar à frente o projeto dos Cieps iniciado no governo de Leonel Brizola, no Estado do Rio de Janeiro, em 1983-1987, de quem Darcy Ribeiro era vice-governador. Este segundo período no Rio de Janeiro teve como um dos resultados a fundação da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)⁷⁵.

Apesar de manter inalteradas certas críticas à política do governo Collor, a aproximação de Darcy Ribeiro a este governo se deu a partir da área da educação. A terceira fala ao Senado de Darcy Ribeiro, de 22/05/1991⁷⁶, foi destinada à apreciação de um projeto do então presidente Fernando Collor de Mello para a construção de 500 mil CIEPs pelo Brasil. O CIEPs foi um projeto desenvolvido pelo próprio Darcy Ribeiro, como anteriormente mencionado. No projeto do governo Collor, esse mesmo modelo (escola pública integral) apareceria com o nome de CIACs. O senador foi autor de livros, nos qual aborda todo o projeto do CIEPs, desde a viabilidade da construção física até as concepções pedagógicas que orientariam o mesmo⁷⁷.

No ano de 1992, houve a ação parlamentar mais importante de Darcy Ribeiro com referência a esse tema. Esta se deu a partir da proposição de seu único projeto de

⁷⁵ Sobre a relação deste projeto e a política de Darcy Ribeiro, consultar: MATIAS, Glauber Rabelo. *A utopia é de concreto: Círculos Sociais e a Construção da UENF em Campos dos Goytacazes* / RJ. 2009. Dissertação (Mestrado em Programa de pós-graduação em Sociologia e Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁷⁶ Publicação no DCN2 de 23/05/1991 - página 2492.

⁷⁷ Sobre o Projeto Pedagógico de Darcy Ribeiro e de implantação das Escolas de Tempo Integral consultar: RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975 e RIBEIRO, Darcy. *O livro dos CIEPs*. Rio de Janeiro: Bloch, 1986.

lei deste ano. Trata-se do PLS de nº 67⁷⁸, onde estabelece sua proposta para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Este foi o de mais longa tramitação dentre seus projetos. Proposto em 20/05/1992, sofreu várias emendas, sendo aprovado em 20/12/1996. O autor afirma que a lei não saiu muito bem como queria. (Ribeiro, 1996, p.356). Segundo Carmen Maria Rangel em 'Darcy Ribeiro e a tramitação do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no Senado Federal':

O projeto de Lei da Câmara nº 101, de 1993 (PL nº 1258, de 1988, na Casa de Origem) foi enviado ao Senado Federal, com o objetivo de que essa Casa se pronunciasse sobre o estabelecimento de "diretrizes e bases da educação nacional". No curso de sua elaboração na Câmara de Deputados, a Lei de Diretrizes e Bases esteve a cargo de diversos relatores, entre os quais Renato Vianna, Jorge Hage e Ângela Amin. No Senado esteve sob a responsabilidade do Senador Cid Sabóia de Carvalho e a minha própria (Ribeiro, D. *Carta' 16, p.9*). Ao ser indicado Relator pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, o Senador Darcy Ribeiro considera, em seu parecer, que o Projeto de Lei oriundo da Câmara peca pelo detalhismo, incompatível com a técnica legislativa de um projeto de diretrizes gerais, além de invadir competência do Executivo. O Senador Darcy Ribeiro propõe, então, um Substitutivo que é apresentado aos parlamentares e à sociedade civil, em forma de minuta, possibilitando que diversas contribuições fossem apresentadas, inclusive realizando-se audiências públicas e nas Comissões do Senado, para esse fim. Daí surgiu cerca de 400 emendas, metade delas acolhidas total ou parcialmente. Em 1995, o Substitutivo do Senador Darcy Ribeiro foi aprovado pelas Comissões Técnicas do Senado. Em fevereiro de 1996, a redação final do Substitutivo é aprovada pelo Parecer nº 72/96 da Comissão Diretora, assinado pelos Senadores Teotônio Vilela Filho, Levy Dias, Eduardo Suplicy e Ney Suassuna. O Substitutivo do Senador Darcy Ribeiro necessariamente teve que voltar à Câmara dos Deputados para apreciação final, uma vez que era a sua casa de origem e que o Projeto de Lei havia sido alterado em seu texto. A Câmara o acolheu e o Relator na Câmara, Deputado Eduardo Jorge, introduziu algumas emendas. Aprovado o novo texto, foi à sanção do Presidente da República, e publicada no Diário Oficial da União em 20 de dezembro de 1996. Foi chamada de Lei Darcy Ribeiro e compõe-se de 92 artigos, distribuídos em nove Títulos. O art. 33 da Lei Darcy Ribeiro concedia licença para oferta de educação religiosa nas escolas públicas de ensino fundamental, sem ônus para os cofres públicos. A este artigo foi dada uma nova redação pela Lei 9475/97, restabelecendo a antiga postura de que os sistemas de ensino devem arcar com as despesas de ensino religioso, além de estabelecer normas para habilitação e admissão de professores para este fim". (Rangel, 1997, s/p)

O projeto de lei foi acompanhado do único discurso registrado no ano de 1992 em 20/05⁷⁹, em que o autor abordou a problemática da educação nacional justificando, assim, seu projeto. Com este discurso, Darcy Ribeiro agradece a presença e o apoio da

⁷⁸ Fonte: Senado Federal/ Impresso em 15/12/2009 03:48h Sistema de Tramitação de Matérias – PLS 0067 / 1992 ou DCN2 05 04 PAG 4645.

⁷⁹ Publicação no DCN2 de 21/05/1992 - página 3702.

Casa e levanta os problemas que motivariam esta reforma, alegando que a última foi feita sob seu comando quando ministro da educação do governo João Goulart no ano de 1962, há exatos 30 anos. O principal problema apontado pelo senador que justificaria a retomada do projeto foi o abandono da escola pública e o papel da educação para qualquer projeto de desenvolvimento nacional. Com relação aos usos do passado, percebe-se, mais uma vez, a referência à história para viabilizar a atividade parlamentar do senador, dessa vez, sua trajetória no governo Goulart. Mas o ponto mais importante a ser discutido é a diferença, o peso particular que esta lei vai assumir para Darcy Ribeiro no contexto de consolidação da democracia, a partir da ênfase em sua proposta e aprovação.

A educação, da perspectiva política e não somente técnica⁸⁰, foi vista como caminho para o desenvolvimento desempenhando um papel fundamental nas idéias trabalhistas. Em um país que viveu recentemente seu processo de urbanização e à época da militância de Darcy Ribeiro, com um grande índice de analfabetos, a educação, segundo o senador: “seria a única maneira de inserir a parcela da população provinda do meio rural no processo civilizatório”. (Ribeiro, 1992b. p.10) Caso contrário, ocupariam posição marginal na sociedade urbana que estava se formando.

No ano seguinte à proposta do projeto, o senador profere um discurso e um aparte dirigidos à senadora suplente da cadeira de Fernando Henrique Cardoso em 17/02/1993⁸¹, nesse caso, trata-se de Eva Blay (PSDB-SP), que o citou nominalmente com relação ao projeto da LDB. O aparte foi ao discurso da mesma senadora, manifestando contrariedade diante da tramitação em regime de urgência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Ainda neste mesmo ano o RQS 1198⁸² solicitou que fosse considerada licença autorizada os dias 01, 03 a 05 e 12 de novembro, quando o senador esteve ausente dos trabalhos da Casa, proferindo palestras e participando de debates sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ainda neste mesmo ano, os dois últimos RQS: 1419⁸³ e 1437, diziam respeito à educação à distância e novas

⁸⁰ Este projeto e discurso de Darcy Ribeiro foram acompanhados de um RQS relativo a uma viagem ao exterior que previa a investigação sobre novas tecnologias na educação. Trata-se do RQS de N° 694 onde o senador pede licença das atividades da Casa entre os dias 17 a 26 de setembro com o intuito de participar de duas reuniões uma em Indiana, nos Estados Unidos, sobre os 500 anos da edificação da América, e outra na cidade de Toronto, no Canadá, para estudar com as autoridades do programa de educação por teledifusão. Teve sua leitura e aprovação no dia 16/09/1992.

⁸¹ Publicação no DCN2 de 18/02/1993 - página 1678

⁸² Fonte: Senado Federal/ Impresso em 24/12/2009 21:23h Sistema de Tramitação de Matérias – PLS 01198 / 1993 ou DCN2 25 11 PAG 10778.

⁸³ Fonte: Senado Federal/ Impresso em 24/12/2009 21:27h Sistema de Tramitação de Matérias – PLS 01419 / 1993 ou DCN2 16 12 PAG 11388.

tecnologias em educação. Através deles o senador pede autorização para viagem ao exterior a fim de, primeiramente, acompanhar um seminário sobre estas novas tecnologias, realizado em Lisboa. Com leitura e aprovação em 15/12/1993 e o RQS, 1437⁸⁴, que acrescenta em relação ao precedente o pedido para observação da Universidade Aberta de Portugal⁸⁵.

Darcy Ribeiro foi alvo de críticas do modelo educacional proposto pela LDB, sob a acusação de que ela seria fruto somente da representação de seus interesses. Segundo Darcy Ribeiro, uma crítica ao modelo neoliberal não pressupõe as vantagens que o capitalismo, em termos de tecnologia, trouxe à humanidade. Por conseguinte, as novidades no setor educacional como, por exemplo, a Universidade Aberta ou as tecnologias de ensino à distância, não deixariam de ser contemplados em um projeto que se queria moderno para a educação pública no Brasil. Embora as duas perspectivas (liberal e nacional-desenvolvimentista) concordassem entre si quanto aos meios, ou melhor, quanto ao uso da tecnologia disponível, isso não quer dizer que não havia indisposições e críticas entre as mesmas.

Nas vésperas da aprovação de seu projeto de lei, em 1996, se deu o único aparte do senador naquele ano. Este aparte foi dirigido ao discurso de Hugo Napoleão (PFL-PI) em 31/01/1996⁸⁶. Versou sobre o impacto do Plano Real na economia brasileira e o desemprego, expondo também, um pouco antes, o que Darcy Ribeiro pensava sobre a relação entre projetos de desenvolvimento e educação naquele contexto. O Senador Hugo Napoleão manifestou agrado às políticas de privatização como necessária para a expansão de serviços que o estado não dava conta de oferecer. Em resposta a tal discurso Darcy Ribeiro diz:

Este Governo vive ainda ofuscado pela miragem do lucro, o lucro que presidiu o Brasil nos últimos vinte anos, lucro para as escolas privadas. Somos o único país do mundo que fez escolas para dar lucro, para dar dinheiro. Todo o ensino superior, em vez de multiplicar-se nas universidades públicas, multiplicou-se nas universidades privadas. Todo o sistema hospitalar que tínhamos público e de santas-casas, foi transformado em casas de negócio. Esse mesmo espírito está instalado no Poder Público agora, com o seu pendor, com a sua mania neoliberal já desmoralizada no mundo, mas

⁸⁴ Fonte: Senado Federal/ Impresso em 24/12/2009 21:35h Sistema de Tramitação de Matérias – PLS 01437 / 1993 ou DCN2 13 01 PAG 0073.

⁸⁵ Fundada em 1988, a Universidade Aberta (UAb) foi a primeira instituição de Ensino Superior Público vocacionada para o ensino a distância. Teve sua leitura no dia 20/12/1993 e sua aprovação em 12/01/1994.

⁸⁶ Publicação no DSF de 01/02/1996 - página 1146

que aqui continua sendo exercida para o sofrimento e para a tortura do povo brasileiro.

Não houve resposta de Hugo Napoleão, que apenas termina seu discurso de acordo com o protocolo da Casa. Frente à timidez de proposições neste ano, destaca-se o discurso proferido por Darcy Ribeiro em 08/02/1996⁸⁷, no qual o autor regozija a aprovação de Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Nesse discurso, afirma que esta lei não é somente “fruto de Darcy Ribeiro”, mas também trabalho do parlamento, manifestando sua satisfação ao papel que a Casa desempenhou para o bom funcionamento da democracia. O senador expõe:

Senadores da República, a elaboração desta lei ensinou como é grande o Senado, como é grande o Parlamento. Eu recebi mais de trezentas emendas, o que dá uma medida da participação desta Casa. Pude aproveitar duzentas integralmente, o que indica, também, como a Casa é competente. Sou um homem exigente. Incorporei as duzentas emendas porque elas alargavam a lei, faziam-na mais aplicável, mais sábia e mais justa. E, além dessas cem incorporadas integralmente, ainda incorporei cento e cinquenta parcialmente, ou seja, a maior parte das emendas que me foram propostas. O que eu tenho a dizer aos senhores é que esta lei a que o Senado dá o seu selo neste dia não é uma lei do Darcy, não é uma emenda, não é um substitutivo do Darcy; ela é o produto, é a síntese de oito anos de trabalho do Parlamento. E aproveitei quanta idéia surgiu na Câmara dos Deputados, quanta idéia surgiu no foro ou nas várias discussões de que participei, onde pude ler os relatórios. (...) Esta lei leva em conta essa experiência, e é uma lei que não tem asperezas. Ela é, em grande parte, consensual. Eu mesmo não concordo com alguma coisa que está aqui, que aceitei porque era a vontade da maioria, que é mais sábia; mas creio que cada um de nós pode tomá-la como sua lei.

Muito foi discutido sobre o papel que o ideal da democracia teve para a tradição política trabalhista durante o período da abertura. Mas tem-se na aprovação desta lei, pelo Senado Federal, e nesse discurso de Darcy Ribeiro, a demonstração de como este apostou nas instituições democráticas ao elogiar a atuação do senado. A rigor, sua fala anuncia o papel político da maioria, que pelo voto deveria ser a força principal da lei. O senador assim defende que na democracia estaria a sabedoria, a despeito dos interesses e posições políticas em disputa. No caso da LDB, Darcy Ribeiro questionava a abertura da educação ao ensino privado, fato que, de sua perspectiva, fora responsável pelo sucateamento da educação. Neste trecho fica claro como o senador teve que ceder em alguns pontos da sua posição, para que a lei fosse aprovada.

⁸⁷ Publicação no DSF de 09/02/1996 - página 1582

Havia também, além das disputas políticas, a disputa interna com relação aos processos legislativos. Assim, Darcy Ribeiro preocupou-se com uma lei feita na maior abertura possível, para que sua aprovação fosse facilitada, pois quanto mais específica, mais difícil institucionalmente a aprovação de qualquer proposta no âmbito legislativo. Nesse sentido, a arte de legislar estaria em conseguir alguns objetivos dentro das condições possíveis. O preço desta negociação política, segundo os defensores da democracia, é muito barato se levar em conta uma forma de governo autoritária, em que a vontade de um prevalece sobre a da maioria, sem consentimento.

Desta forma Darcy Ribeiro conseguiu aprovar a nova LDB, contendo o máximo possível o processo de liberalização que ocorria na economia, no plano da educação. Levando-se em conta o peso do processo de estabilização financeira em nome de um ideário liberal, cada vez mais consolidado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A morte de Darcy Ribeiro foi noticiada pela Agência Folha⁸⁸, no dia 17/02/1997, por decorrência de um câncer generalizado. Darcy Ribeiro já havia tirado o pulmão esquerdo, na década de 1970, em consequência de outro câncer. Este último câncer foi na próstata, provocando metástases ósseas – o que resultou na morte do senador, aos 74 anos de idade, no hospital Sarah Kubitschek, em Brasília. Esta constante luta contra a morte, entremeando suas doenças, configurou-se num par retórico de oposição – “*vida e morte*” –, que o mesmo articulou em vários de seus discursos e que carregou todo um sentido autobiográfico. Como quando o autor se refere à *vida* como energia – vontade de mudar e transformar, em alusão a seu espírito crítico –, resulta, daí, um *ethos* próprio que o senador nunca se cansara de reafirmar, sempre a favor da vida.

Darcy Ribeiro foi internado, no dia 13 de fevereiro (uma quinta-feira), com um quadro de anemia, problemas respiratórios e dores, falecendo na segunda-feira. O corpo foi velado, até às 17 horas, no Senado Federal e sepultado no mausoléu da Academia Brasileira de Letras, conforme a notícia. Segundo a Folha Online:

Sua última aparição no plenário do Senado, em cadeira de rodas, foi no dia 4 de fevereiro, para votar na eleição que decidiu, entre os candidatos Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Iris Rezende (PMDB-GO), quem seria o presidente do Senado e do Congresso. ACM foi eleito, mas o voto do senador foi para Iris Rezende. Na hora de votar, a direção do Senado mandou levar a urna até Darcy Ribeiro. Sempre bem-humorado, Darcy deixou que os fotógrafos registrassem, e, assim, revelassem o seu voto.

Alguns comentários publicados na Folha Online, a propósito da morte de Darcy Ribeiro – são interessantes para os temas até aqui apresentados. O primeiro é de Roberto DaMatta:

O que fica na obra do Darcy, não só na antropologia, não é a vontade de estudar e entender o mundo, mas de mudá-lo. Lévi-Strauss fala de duas lógicas contraditórias, e eu tive uma relação contraditória com Darcy. Tentei ser amigo dele, mas não consegui. Pensávamos

⁸⁸ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fol/pol/po17022.htm>. Acesso em: 31.jan.2010.

diferente, apesar de termos pontos comuns (DA MATTA apud. Agência Folha, 1997, s/p).

Este trecho faz clara alusão aos embates teóricos – travados na revista “Encontros com a Civilização Brasileira”, de 1979, e citados por Mattos (2007) – referentes ao problema da (re)inserção de Darcy Ribeiro no campo acadêmico brasileiro, após o exílio. DaMatta critica a relação entre a política indigenista e os estudos teóricos como defendida por Darcy Ribeiro. Já José Murilo de Carvalho situa o nacionalismo de Darcy Ribeiro, ao afirmar que: “O Darcy teve um papel de agitador de idéias. Ligava muito a paixão e a razão. E tinha uma enorme paixão pelo Brasil. O fato de se eleger senador tirou ele da política local do Rio e o recolocou no debate nacional.” (CARVALHO, 1997, s/p). Luiz Carlos Bresser Pereira (o então ministro da administração à época) ratificava, àquela circunstância, o nacionalismo do senador – o mesmo fora apontado por José Murilo de Carvalho, ao afirmar que: "Darcy Ribeiro era um grande intelectual, um notável escritor, um incansável político-patriota, que lutou por seu ideal de Brasil até o último momento". (BRESSER-PEREIRA, 1997, s/p).

Afora essas manifestações de intelectuais e políticos, houve também mensagens de alguns líderes de movimentos sociais que ajudaram a elucidar uma hipótese desta pesquisa – pois identificavam a relação estabelecida entre a tradição política do trabalhismo (através de alguns discursos de Darcy Ribeiro) com as novas formas de atuação política (emergentes no processo de consolidação da democracia brasileira), que desautorizavam o tratamento do trabalhismo apenas como uma tradição política populista, no Brasil, mais uma vez destacando não uma relação de mão única entre o trabalhismo e outros segmentos da sociedade. Trata-se da relação estabelecida (ou pelo menos proposta) do trabalhismo com alguns movimentos sociais – como o dos negros, o MST, o ambientalista, o indígena e o das mulheres. A inclusão das pautas (propostas por esses movimentos) alargou o espectro de luta política da tradição trabalhista – agora não somente voltado para os trabalhadores e seus sindicatos, como o era de início. O partido abriu-se para a discussão dos interesses destas, então, novas formas de atuação política e social, que vinham emergindo no Brasil, a partir da década de 1980. Assim, João Pedro Stédile (dirigente do MST) se posiciona sobre o falecimento de Darcy Ribeiro:

Foi uma perda irrecuperável para o povo brasileiro. Um homem lúcido, inteligente e coerente em defesa das causas nacionais e do povo, que deixa também uma contribuição científica à cultura brasileira. Particularmente, nós perdemos um militante, porque ele sempre apoiou o movimento e fez uma defesa contundente da reforma agrária. Esperamos que o governo se espelhe na grandeza de Darcy Ribeiro e passe a ter um mínimo de coerência. (STÈDILE, apud. Agência Folha, 1997, s/p).

Outro movimento social a deixar uma mensagem curiosa sobre o falecimento do senador, foi o indígena – representado na fala de Ailton Krenak, índio da nação Krenak da região da Vale do Rio Doce e diretor do Núcleo de Cultura Indígena:

Ao ouvir a notícia da morte de Darcy Ribeiro, comecei a fazer uma breve meditação, pensando na vida dessa pessoa maravilhosa. Estou pensando na luminosidade dele. Que tenha muita luz e se integre na origem divina, seguindo o seu caminho. Darcy Ribeiro foi uma pessoa muito especial, pela sua relação com os índios. Qual outra pessoa desse século viveu tão comprometida, política e pessoalmente, com o povo indígena? Darcy Ribeiro reconheceu no povo indígena a matriz do que pode ser o povo brasileiro. Estou muito comovido. (KRENAK, apud. Agência Folha, 1997, s/p).

Antes de Darcy Ribeiro morrer, já na cadeira de rodas, a ‘Folha Online’ afirmou que foi anedota, nos corredores do senado, ouvir o senador dizer: “Tomara que FHC desista de vender a Vale”, e ela foi vendida. Naquele governo, portanto, ocorreu o ponto máximo da inversão de culturas políticas, no Brasil: a troca das tentativas malogradas dos trabalhistas, na chegada ao poder, e a experiência de um governo social-democrata (como a reelaboração do velho liberalismo). Darcy Ribeiro, mais uma vez, sofre uma derrota para a história – desta vez não com o exílio, mas com a finitude de toda a existência humana.

O momento político posterior, vivido pela sociedade brasileira, pode ser visto como uma síntese, a partir do governo Lula – onde foi construída uma nova relação entre o governo e os trabalhadores, orientada por outra perspectiva sindical (que não a do trabalhismo histórico) e, também, pela ênfase na continuidade do programa de estabilização financeira (iniciado pela social-democracia defendida no governo Fernando Henrique Cardoso).

Tais fatores, a partir de uma nova perspectiva política, são o que Bresser-Pereira e Eli Diniz (2009) qualificam como um novo-desenvolvimentismo. O trabalhismo histórico do PDT, a partir de então, desempenha o papel de aliado do PT (um antigo sonho de Darcy Ribeiro), visível no apoio do PDT à candidatura de Dilma Rouseff na

sucessão ao governo Lula, que regeu o Brasil por oito anos. Antes deste processo de síntese no PT, Darcy Ribeiro afirmou:

O dia em que o PT herdar a história brasileira, de 1930 para cá, ele alcançará a condição, realmente, de governar o Brasil. Porque retoma o que é a linha histórica nossa. Jango é essa linha... no governo, o empenho dele quanto a uma coisa fundamental. O Getúlio mostrou, para tentar criar a Petrobras – e criou, e criaria a Petrobras –, que não era possível entregar as coisas fundamentais do país a empresas estrangeiras. (RIBEIRO, 1995)

Buscou-se investigar (a partir da atividade parlamentar de Darcy Ribeiro) as atualizações da tradição política trabalhista, no Brasil, durante os anos 90. Considerou-se o peso que o processo de consolidação da democracia exerceu nos ideários e na prática política de um dos partidos “*que se fez herdeiro da política de Getúlio Vargas e de João Goulart*”, o PDT. Nessa trajetória, certamente, não foram desprezadas as diferenças (já salientadas por Ângela de Castro Gomes) das diversas fases do trabalhismo brasileiro, que atravessaram decisivamente grandes momentos da política brasileira.

O trabalhismo (apesar de ter se associado a um discurso revolucionário e radical no pré-golpe, a partir da figura de Leonel Brizola) conservou seu lado de reformas pela lei, na figura de um personagem chave, Darcy Ribeiro – que teve presença forte na nova formatação do trabalhismo, via o PDT, a partir dos anos de 1980, ao lado do próprio Brizola.

Neste jogo político interno ao partido, Darcy Ribeiro (durante os anos de 1960) posicionou-se ao lado de João Goulart, ou seja, defendeu as reformas no Congresso Nacional e permaneceu ao lado do presidente da época até o exílio, quando se encontrou com Leonel Brizola. No entanto, foi este o momento de um arrefecimento no discurso radical de Leonel Brizola (que volta nos anos de 1980 à vida política brasileira) e uma mudança de direcionamento para um ideal mais democrático, fundando um partido segundo a tradição trabalhista – desta vez, enfatizando não mais a via revolucionária, mas sim o aspecto da necessidade de construção de um estado democrático, tendo em mente a experiência traumática de um regime militar.

Para a construção da ordem democrática no Brasil, tal tradição compôs um caminho específico e atuante, na medida em que o processo eleitoral brasileiro foi se aperfeiçoando e alargando suas bases eleitorais. O percurso do trabalhismo, no Brasil, teve como sustentação uma política social voltada aos direitos trabalhistas e,

posteriormente, uma política de desenvolvimento de cunho nacionalista – pela qual o estado desempenharia um papel fundamental, como agente do desenvolvimento, no programa de sustentação política e eleitoral do partido.

Foi durante o século XX que, depois da formação do estado, o Brasil encaminhou (não sem grandes percalços) uma ideia de democracia mais abrangente, na tentativa de traduzir os problemas sociais para a esfera da política institucional – processo este em que os partidos de esquerda desempenharam um papel fundamental.

Estas experiências políticas formaram um vocabulário, uma tradição política específica, que ensejou comportamentos políticos (não só de partidos na esfera institucional) que estabeleceram uma parte da cultura política brasileira. É em meio a este debate (sobre o desenvolvimento, sobre a relação do Brasil com os outros países, sobre a identidade nacional) que Darcy Ribeiro foi formado e foi a partir dele – não que nos anos de 1960 Darcy Ribeiro dele já não participasse, há que se dar o crédito devido a toda reflexão gestada durante o exílio, cujo seus estudos de antropologia da civilização são testemunho – que sua prática política nos anos 1990 foi reorientada.

Seu último cargo político no Congresso Nacional, no Senado Federal, foi o lugar da maturidade de sua trajetória política, onde ele trouxe as questões caras ao trabalhismo. O mundo passou por diversas transformações e foi a partir da história – especificamente, da história do trabalhismo brasileiro – que Darcy Ribeiro guiou sua prática política. Para Darcy Ribeiro, o trabalhismo não existe sem história e partindo dela que deve brotar sua força.

Contudo, as atualizações são necessárias, e, a partir disto, entraram em pauta (nas propostas do novo partido) os debates políticos oferecidos pela sociedade, durante o processo de consolidação da democracia, no Brasil. Como já mencionado, segundo Bernstein (1988), para que uma cultura política sobreviva, é necessário sua atualização através do tempo. E é neste sentido que se dá a relação entre os debates que surgem nos anos 1990 e o “passado” do trabalhismo.

A partir da análise da atividade parlamentar de Darcy Ribeiro, demonstrou-se a importância assumida pela questão da crítica às reformas de estado sob a égide liberal – esta tomou os rumos da política latino-americana, orientada pelos Estados Unidos, a partir dos anos 1970, depois da falência do modelo de estado de *Welfare-State*, como o demonstrou Conceição Tavares (1979, p.37). Porquanto, estas reformas começaram no Brasil (no início do governo de Fernando Collor), se concretizando no governo de Fernando Henrique Cardoso – tais reformas tiveram como centro a defesa de uma

política de estabilização financeira, mediada pelo controle de índices econômicos como, por exemplo, o controle da inflação.

Neste período, apresentou-se um programa de desestatização e a defesa de investimentos no capital estrangeiro, como um motivo para o crescimento. O que importa é que a perspectiva liberal (que sustentou as práticas políticas dos governos durante os anos 1990) foi marcada, principalmente, pelo fim do bipolarismo. A política das esquerdas então passou a ser criticada como responsável (segundo o discurso nascente) pelo atraso e a instabilidade econômica, pois que estes estão fundamentados na irresponsabilidade política dos governantes (pregadores de promessas) que aqui enraizaram uma política populista.

Neste contexto, viu-se como Darcy Ribeiro apontou este momento (de reorientação da política econômica) como o instante decisivo para a redefinição do papel das esquerdas no caso brasileiro, como crítico destes projetos de liberalização da economia. Não só o tema econômico apareceu em sua atividade parlamentar, mas foi o que marcou os debates da época; marcante também foi a questão do plebiscito, de 1993, debatido sob as vestes da experiência parlamentarista dos anos 1960, na defesa do presidencialismo. Para as eleições de 1994, Darcy Ribeiro, mais uma vez, mobilizou a memória do regime militar – a partir da experiência trabalhista – para desqualificar o projeto de liberalização da economia, defendido pela oposição.

Mas foi na discussão da reforma agrária (que se manifestou em um discurso e na única proposta de PEC da atividade parlamentar de Darcy Ribeiro) que houve – o que pode decididamente ser entendido como – uma atualização de um tema trabalhista. A conclusão anterior é mais do que plausível, pois, nesta proposta de Darcy Ribeiro, não só estavam presentes os dispositivos sugeridos pelo poder Executivo de João Goulart (ainda durante os anos 60), mas um adendo peculiar, recheado de temas provenientes da discussão realizada a partir de uma experiência da qual Darcy Ribeiro participou (já nos anos 1990), o debate da Eco-Rio 92. A lei trata que, além da necessidade da terra cumprir o seu valor social, esta haveria também de estar conforme as questões ambientais.

Por fim, nos anos de 1990, Darcy Ribeiro reiterou sua crença democrática na aprovação da LDB, lei que levou seu nome e motivo de regozijo do mesmo acerca da democracia, destacando o papel do Senado Federal como instituição e importante meio para a tomada de decisões políticas. Darcy Ribeiro, após ter-se filiado ao trabalhismo ainda na década de 60, morre, ainda na política, 37 anos depois, frequentando os salões

do Senado Federal como fiel escudeiro da tradição política que oferecia (na sua visão) o melhor caminho para o Brasil.

Chamo atenção, portanto, que, mesmo Darcy Ribeiro sendo autor de uma vasta obra, um imortal da Academia Brasileira de Letras e levando em conta o fato de todos os estudiosos tenderem a realçar seu papel como um homem de idéias (com exceção da obra de Pedro Simon), não se pode deixar de lado o destaque que a política teve em sua trajetória. Nesse sentido, o que ficou mais patente neste meu percurso é que a política, melhor ainda, o trabalhismo e seus valores de base, como o nacionalismo e a justiça social, tiveram uma importância singular em sua vida, uma importante chave de leitura para a compreensão de Darcy Ribeiro em suas diversas *'peles'*.

Documentos e arquivos consultados

1. Acervo Florestan Fernandes/Bco UFSCar/ São Carlos-SP

RIBEIRO, Darcy. *Carta': Falas, Reflexões, Memórias*. Brasília: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro. (1991a,b,1993c)

Coleção: 1991, (1-2); 1993, 3(8);

2. FUNDAR / Fundação Darcy Ribeiro/ Rio de Janeiro -RJ

Série **Partidos Políticos**

Dossiê:

Reconstrução PTB/Criação PDT

Série **Governo João Goulart**

Subsérie *Ministro da Educação*

Dossiês:

Política Educacional

Assuntos Diversos

Subsérie *Chefe do Gabinete Civil*

Dossiês:

Política Nacional

Casa do Candango

Confronto Darcy x Lacerda

Assuntos Diversos

RIBEIRO, Darcy. *Carta': Falas, Reflexões e Memórias*. Brasília: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro. (1996a)

1996 – [1 (16)]

3. Coleção Pessoal:

RIBEIRO, Darcy. *Carta': Falas, Reflexões e Memórias*. Brasília: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro.

(1991c),(1992a),(1992b),(1993a)(1993b),(1994a),(1994b),(1994c),(1994d),(1995a),(1995b),(1996a)

1991 – [3]; 1992 – [1,2 (4),(5)]; 1993 – [1,2,4 (6),(7), (9)]; 1994 – [1,2,3,4, 10),(11),(12),(13)]; 1995 – [1,2 (14),(15)]

Bibliografia

AGGIO, Alberto e LAHUERTA, Milton (org.). *Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina*. SP: Editora UNESP, 2003.

AGÊNCIA FOLHA. *Morre o Senador Darcy Ribeiro*. São Paulo, 1997. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fol/pol/pol17022.htm>. (Acesso em: 31.jan.2010)

AGROU, Pieter. A História do Tempo Presente na Europa depois de 1945 - Como se constituiu e se desenvolveu um novo campo disciplinar Rio de Janeiro: *Revista Eletrônica Boletim do TEMPO*, Ano 4, Nº15, Rio, 2009

ALVES DE SEIXAS, Jacy. (2001), "Percurso de memórias em terras de história: problemáticas atuais". In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória/(re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*, Campinas, Editora da Unicamp.

AMARAL, Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1938.

ARENDT, Hanna. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. "A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a 'Escola Paulista'" in MICELI, Sérgio *História das Ciências Sociais no Brasil*. volume 2 Editora Sumaré: FAPESP.

AZEVEDO FILHO, C. A. F. . Revista Livro de Cabeceira do Homem: diálogo entre o jornalismo e a literatura em João Antônio. *Patrimônio e Memória* (UNESP. Online), v. 1, p. 1-10, 2005.

BANDEIRA, Moniz. *A Experiência Brasileira: 1964 -1974 O Governo de João Goulart*. Civilização Brasileira.

BASTOS, E. R. . *As criaturas de Prometeu. Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. 1ª. ed. São Paulo: Global, 2006. v. 1000. 237 p.

_____, Elide Rugai. *Ciências sociais e trabalho intelectual*. Tempo soc. [online]. 2002, vol. 14, no. 2, pp. 209-212.

BELLUZZO, L.G. e COUTINHO, R. (org.) *Desenvolvimento Capitalista no Brasil - Ensaio sobre a crise*. Volume I, Brasiliense, São Paulo, 1982.

BENEVIDES, M. V. . *A UDN e o Udenismo (ambiguidades do liberalismo brasileiro)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. v. a. 297 p.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto. 1988

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos e REGO, José Márcio (2001). *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Editora 34.

_____. *As Revoluções Utópicas dos Anos 60*. 3a. ed. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2006. 206 p.

_____; DINIZ, Eli. Empresariado Industrial, Democracia e Poder Político. *Novos Estudos CEBRAP* (Impresso), v. 84, p. 82-99, 2009.

BOMENY, H. M. B. *Intelectuais da Educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. 86 p.

BRANDAO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. *Dados* [online]. 2005, vol.48, n.2 [cited 2010-01-21], pp. 231-269.

_____. *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2007. v. 1. 260 p.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica” in BOURDIEU, P. *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Ação*. Campinas: Papius, 2002.

BRASIL, Presidência da República. (1997), Reforma Agrária: Um Compromisso para Todos. Brasília. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/publica.htm>. (Acesso 21.fev.2010)

CARDOSO, Fernando Henrique e FALLETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1997.

_____, Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos. In: *Revista de Economia Política*, vol. 15, nº4, 1995.

_____, *A arte da política: a história que vivi*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CAPELATO, M. H. R. . Historia Política. *Historiografia Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, v. 9, n. n.17, p. 161-165, 1996.

_____, A propaganda política no varguismo e peronismo: aspectos teórico-metodológicos de uma análise sobre a história política. *História Questões e Debates*, Paraná, v. 26/27, p. 196-218, 1999.

_____, Populismo latino-americano em discussão. In: Jorge Ferreira. (Org.). *O Populismo e sua História: Debate e Crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, v. I p. 125-165.

_____, Cuadernos Hispanoamericanos - Idéias políticas numa revista de cultura. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, p. 344-370, 2005.

CASTRO, Marcus Faro de e CARVALHO, Maria Izabel Valladão de. Globalização e transformações políticas recentes no Brasil: os anos 1990. *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2002, n.18

CARNEIRO, Ricardo (2004). Desenvolvimento revisitado, in http://www.desempregozero.org.br/artigos/o_desenvolvimento_revisitado.php. (Acesso 20.fev.2010)

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1990.

CHEIBUB, José Antonio; FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. Partidos políticos e governadores como determinantes do comportamento legislativo na câmara dos deputados, 1988-2006. *Dados* [online]. 2009, vol.52, n.2, pp. 263-299.

CORREA, Mariza (1987) *História da Antropologia no Brasil (1930 – 1960)* Testemunhos: Emílio Willems, Donald. São Paulo: Vértice Editora. 1995

DA MATTA, Roberto. “Carta Aberta a Darcy Ribeiro”. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 15. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

DRAIBE, Sonia Miriam. A política social do governo FHC e o sistema de proteção social. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 15, n. 2, 2003

FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Vol. 10 a 11. São Paulo: DIFEL, 1986.

_____, *A Revolução de 30: história e historiografia*. São Paulo, Brasiliense, 1970.

FEREJONH, and PASQUINO, Pasquale. A teoria da escolha racional na ciência política: conceitos de racionalidade em teoria política. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2001, vol.16, n.45, pp. 05-24.

FERREIRA, Jorge. (org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

_____, Jorge (Org.) ; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.) . *O Brasil Republicano O tempo do nacional-estatismo* Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 1.

_____, Jorge; REIS, Daniel Aarão; (org.). *Revolução e Democracia. 1964... As Esquerdas no Brasil* 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3.

_____, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *Nacionalismo e reformismo Radical (1945 – 1964)*. As Esquerdas no Brasil. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FIORI, José Luís (1995). *O vôo da coruja: para reler o desenvolvimentismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Eduerj

FICO, Carlos. *Além do Golpe – Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Editora Record - 2004.

FILGUEIRAS, Luiz . *História do Plano Real* - 3a edição. São Paulo: Boitempo, 2006. v. 1. 294 p.

FURTADO, Celso . *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro. Fundo de Cultura. 1961

_____, *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1987

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método : traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 3 ed. Petrópolis : Vozes, 1999. 729 p.

_____. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro : fundação Getulio Vargas, 1998. 71 p.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, Vértice, IUPERJ, 1988.

_____. Brizola e o trabalhismo. *Anos 90 Revista do Programa de Pós Graduação Em História da UFRGS*, Porto Alegre, v. v. II, n. n 19/20, p. 11-20, 2004.

_____. Reflexões em torno de populismo e trabalhismo. *Varia História*, Minas Gerais, v. IL, n. 28, p. 55-84, 2002.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Org.). *As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical*.. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 2, p. 83-99.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d..

GUATTARI , Félix. *As três ecologias*. Trad. Maria C. F. Bittencourt. Campinas, SP: Papyrus, 13 edição. 1989/2002.

HEYMANN, Luciana Quillet. *De arquivo pessoal a patrimônio nacional: reflexões sobre a construção social do "legado" de Darcy Ribeiro*. Tese de Doutorado em Sociologia. IUPERJ. Rio de Janeiro, 2009.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. RJ: Civilização Brasileira, 1988.

JASMIN, M. G. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 27-38, 2005.

LÉVI-STRAUSS C. *Antropologia Estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, [1958]2008.

LIMONGI, Fernando (2001a) “A Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo” in MICELI (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. vol 1. SP, Editora Sumaré.

MAAR, W. L. . *O que é política*. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. v. 1. 110 p.

MANNHEIM, Karl. , *Ideologia e utopia*. Porto Alegre, Globo. 1950

MATIAS, Glauber Rabelo. *A utopia é de concreto: Círculos Sociais e a Construção da UENF em Campos dos Goytacazes / RJ*. 2009. Dissertação (Mestrado em Programa de pós-graduação em Sociologia e Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro

MATTOS, André Luís Lopes Borges: *Darcy Ribeiro: uma trajetória (1944-1982) / André Luís Lopes Borges de Mattos*. – IFCH/Unicamp/ Campinas, SP : [s. n.] tese de doutorado, 2007.

MAZA, Fábio. *O idealismo prático de Roberto Simonsen: ciência, tecnologia e indústria na construção da Nação*. 1ª. ed. São Paulo: FIESP/CIESP/IRS, 2004. v. 1. 250p.

MOTA, Lourenço Dantas. *A Nova República: o nome e a coisa*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PANDOLFI, D. C. . *Camaradas e Companheiros: História e Memória do PCB*. Rio de Janeiro, Relume Dumara, 1995.

PEIRANO, Mariza *An Anthropology of Anthropology. The Brazilian Case*. Harvard University, Tese de Doutorado. 1981

PINHEIRO, Lucas M. *Darcy Ribeiro e a América Latina: um pensamento em busca da identidade e da autonomia latino-americanas*. UNESP/Franca. Dissertação de mestrado, 2006.

PINTO, Céli Regina. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. SP: Brasiliense, 1995.

SENADO FEDERAL. *Regimento Interno: Resolução nº 93, de 1970*. – Brasília: Senado Federal, 2007.

SERPA, Elio Cantalicio; MENEZES, Marcos Antonio de. (Org.). *Escritas da História: narrativa, arte e nação*. Uberlândia - MG: EDUFU, 2007

RÉMOND, René (dir.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

_____. Por que a história política? *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 13 :7-19, jan-jun 1994.

RIBEIRO, Darcy (s/d) *Os Índios e a Civilização*. São Paulo: Círculo do Livro S.A., Editora Vozes

_____ *A Universidade Necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975

_____ *O Processo Civilizatório. Etapas da evolução sócio-cultural*. Estudos de antropologia da Civilização. São Paulo: Vozes, 1978a

_____ *O Dilema da América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1978b.

_____ *Darcy Ribeiro (depoimento, 1978c)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 61 p

_____ *As Américas e a Civilização*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979a.

_____ *Entrevista Programa Roda Viva*, Disponível em: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia_busca/171/darcy%20Ribeiro/entrevistados/darcy_ribeiro_1991.htm (1991e) (Acesso 20.jan.2010)

_____ *Antropologia ou a Teoria do Bombardeio de Berlim. Encontros com a Civilização Brasileira*. Nº 12, p 81-100, 1979c.

_____ *Carta ao diretor executivo do CEGRAF*, Agaciel Maia. 1993e

_____ *O Povo Brasileiro: Evolução e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995c

_____ *Entrevista Programa Roda Viva*, Disponível em: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/63/entrevistados/darcy_ribeiro_1995.htm (1995d) (Acesso 21.jan.2010)

_____ *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997a

RIDENTI, Marcelo. Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960. *Tempo Soc.* [online]. 2005, vol.17, n.1 ISSN 0103-2070.

SANTOS, W. G. . *Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise - Anpocs*, 1987.. 1. ed. São Paulo: Vértice, 1986.

SENTO-SÉ, J. T. L. . O Discurso Brizolista e a Cultura Política Carioca. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. Dezembro, p. 85-104, 2002.

_____, A Era do Líder Popular. In: Marieta de Moraes Ferreira. (Org.). *A Força do Povo*. 1 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008, v. 1, p. 182-201.

_____, J. T. L. . *Brizolismo. Estetização da Política e Carisma*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas/Espaço e Tempo, 1999. v. 2000. 368 p.

SIMON, Pedro (ed.). *“Darcy Ribeiro”*. *Grandes Vultos que honraram o senado*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas. 2003.

SIMONSEN, Roberto C. *Revolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo, Editora Nacional, Editora da USP, 1973.

SIRINELLI, Jean François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SCHWARTZMAN, Simon *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: Ministérios da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

VELLOSO, M. P. . Os intelectuais e a política cultural no Estado Novo. In: Ferreira, Jorge, Neves, Lucília de Almeida. (Org.). *O Brasil Republicano*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 2, p. 145-180.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo “Etnologia Brasileira”. *O que ler na Ciência Social Brasileira*. Vol 1, São Paulo: Anpocs, 1999.

VIANNA, José Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VILLA, M. A. . *Jango, um perfil (1945-1964)*. 1. ed. São Paulo: Globo, 2004. 287 p.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.